



RENATA SILVA

Gestão comunitária e tecnologia socioterritorial: análise da Rede de coletivos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo

São Paulo - SP

2022

RENATA SILVA

Gestão comunitária e tecnologia socioterritorial: análise da Rede de coletivos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Soberania alimentar, meio ambiente e saúde”.

Orientador: Davis Gruber Sansolo.

Co-orientadora: Andrea Santos Baca.

São Paulo - SP

2022

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Silva, Renata.

S586 Gestão comunitária e tecnologia socioterritorial : análise da Rede de coletivos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo / Renata Silva. – São Paulo, 2022.

164 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Davis Gruber Sansolo.

Co-orientadora: Andrea Santos Baca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2022.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Desenvolvimento sustentável – São Paulo, Região Metropolitana de (SP). 4. Cooperativas de consumo – São Paulo, Região Metropolitana de (SP). I. Título.

CDD 338.927

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE RENATA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 03 dias do mês de maio do ano de 2022, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de RENATA SILVA, intitulada **GESTÃO COMUNITÁRIA E TECNOLOGIA SOCIOTERRITORIAL: ANÁLISE DA REDE DE COLETIVOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. DAVIS GRUBER SAN SOLO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais / Unesp, Instituto de Biociências, Campus do Litoral Paulista, Prof(a). Dr(a). SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Prof. Dr. NEWTON JOSÉ RODRIGUES DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Extensão Rural / CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. DAVIS GRUBER SAN SOLO



**PROF. DR. DAVIS GRUBER
SAN SOLO**

**Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe**

Dedico este trabalho às minhas avós Maria Bernadete Constantino e Maria Terezinha Pilon, aos meus pais Juraci Constantino Silva e Aníbal Pilon Silva e a meu primo-irmão Weslei Oliveira Silva falecido, que foram a inspiração para lutar por aquilo que acredito e que me deram as bases para me tornar a pessoa que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha filha Rafaela Silva Carmo pelo carinho, compreensão e apoio em desenvolver este trabalho e na vida.

Expresso meu agradecimento a meu companheiro Vinicius Carmo que me incentivou a realizar esse meu objetivo, pelo companheirismo e trocas que temos ao longo da vida.

Agradeço a todos os militantes da Associação Oeste de Diadema, especialmente Manoel Boni, por todo conhecimento e trocas, tenho a honra de lutar ao lado de vocês por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço aos militantes do CCRU, especialmente Juliana Ap. dos Santos, Vinicius Carmo e Michel Anderson, do CCRU-Solo e a todas/os camponeses/as e movimentos, especialmente do Assentamento Ipanema, em Iperó, a RAMA, a SOF e a rede Sampa, em que os CCRUs estão envolvidos, pelas trocas de conhecimento e militância.

Expresso meu agradecimento a todas as pessoas envolvidas no TerritoriAL, a Universidade Estadual Paulista e a Escola Nacional Florestan Fernandes (MST) pelo apoio, por possibilitar minha formação no espaço da escola e em uma universidade pública, gratuita e de qualidade com uma proposta excelente de formação que valoriza a troca de saberes e a militância, assim como a Universidade Federal do ABC por ter me acolhido, poder realizar o projeto de extensão e outros projetos, pelo conhecimento e trocas cotidianas, além de exercer meu trabalho.

Agradeço ao meu orientador, professor Davis Gruber Sansolo, pela disposição em me acompanhar neste trabalho, pelo apoio, aprendizado e trocas.

Agradeço à minha co-orientadora, professora Andrea Santos Baca, pela motivação, pelo aprendizado, apoio, amizade, pelas trocas e militância que temos nesta caminhada.

Agradeço a banca, professora Silvia Ap. de Souza Fernandes e Newton José Rodrigues da Silva, pelo conhecimento, pela dedicação e disponibilidade.

Agradeço a minha amiga Roberta Kelly A. de França pela irmandade, por todo o incentivo e apoio para realizar o trabalho e na vida, pela militância e trocas.

Agradeço a minha sogra Alda do Carmo, cunhada Vanessa Carmo, irmão Ricardo Silva, cunhada Vanessa Paula e amiga Thais Helena F. Cardoso, pelo apoio e principalmente pelo carinho com a minha filha, fundamental para desenvolver esse trabalho.

Expresso minha gratidão a todos familiares e amigos(as) pela paciência e incentivo para realizar este trabalho. Todas e todos vocês foram fundamentais para que eu pudesse ser a primeira geração da família a cursar um mestrado. Na esperança de que as próximas gerações possam se motivar e ter a oportunidade de cursar o ensino superior e cada vez mais ocupar os espaços da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Movimentos contra-hegemônicos no campo e na cidade apresentam um regime alimentar alternativo em oposição ao regime alimentar corporativo. Através dos circuitos curtos de proximidade por meio dos grupos de consumo responsável realizam uma aliança em torno do abastecimento popular de alimentos saudáveis através da compra coletiva de alimentos agroecológicos direto do campesinato, da agricultura familiar e quilombola. Propõe-se analisar a gestão comunitária e tecnologia socioterritorial da rede de coletivos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo. Para isso, é apresentada a experiência do Coletivo de Consumo Rural Urbano - Associação Oeste de Diadema (CCRU) e a construção da rede de grupos de consumo fomentada na pandemia com o Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica, buscando compreender o funcionamento e os desafios da gestão comunitária para atuação do coletivo. Também, observou-se a atuação, abrangência e desafios da Rede Sampa que realiza compras coletivas de alimentos agroecológicos junto a Rede de Agricultoras Mulheres Agroecológicas em parceria com a ONG Sempre Viva Organização Feminista. Por meio de pesquisa participante, através de observação participante, formulário de pesquisa e investigação documental, com atuação nas atividades realizadas pelo CCRU e pela Rede Sampa, junto às referências teóricas. Constatou desafios para o funcionamento do CCRU em especial sobre atrair mais participantes à gestão do coletivo e a compra coletiva e dificuldade de transmitir a mensagem do coletivo aos participantes da compra coletiva. Observou-se que a ausência de sistema integrado é um desafio encontrado em todas experiências analisadas. Observou a relevância da atuação das mulheres na produção social da vida, especialmente na produção, abastecimento e consumo de alimentos saudáveis. Percebeu que os grupos de consumo e a atuação em rede é uma tecnologia socioterritorial contra-hegemônica que tem potencial de oferecer maior autonomia ao campesinato e o acesso à alimentação saudável e adequada a preço acessível na cidade, ainda mais em tempos de crise sanitária e alimentar. Também percebeu maior empoderamento individual e coletivo nas atividades comunitárias apontando a necessidade do desenvolvimento de novas formas de organização social para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Regime alimentar; Soberania alimentar; Economia feminista; Grupos de consumo responsável.

ABSTRACT

Counter-hegemonic movements in the countryside and in the city present an alternative food regime in opposition to the corporate food regime. Through short circuits of proximity through responsible consumption groups, they form an alliance around the popular supply of healthy food through the collective purchase of agroecological food directly from the peasantry, family farming and quilombola. It is proposed to analyze the community management and socio-territorial technology of the network of responsible consumption collectives in the Metropolitan Region of São Paulo. For this, the experience of the Coletivo de Consumo Rural Urbano - Associação Oeste de Diadema (CCRU) is presented and the construction of the network of consumer groups fostered in the pandemic with the Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica, seeking to understand the functioning and challenges of community management for collective action. Also, it was observed the performance, scope and challenges of the Sampa Network that makes collective purchases of agroecological foods with the Agroecological Women Farmers Network in partnership with the NGO Semper Viva Organization Feminista. Through participatory research, through participant observation, research form and documental investigation, working in activities carried out by CCRU and Rede Sampa, along with theoretical references. It found challenges for the functioning of the CCRU, especially about attracting more participants to collective management and collective purchasing, and the difficulty of conveying the collective's message to the collective purchase participants. It was observed that the absence of an integrated system is a challenge found in all analyzed experiences. He noted the importance of women's role in the social production of life, especially in the production, supply and consumption of healthy foods. He realized that consumption groups and networking is a counter-hegemonic socio-territorial technology that has the potential to offer greater autonomy to the peasantry and access to healthy and adequate food at an affordable price in the city, even more in times of health and food crisis. . He also noticed greater individual and collective empowerment in community activities, pointing out the need to develop new forms of social organization for the construction of a more just and egalitarian society.

Keywords: Diet; Food sovereignty; Feminist economics; Responsible consumption groups.

RESUMEN

Los movimientos contrahegemónicos en el campo y en la ciudad presentan un régimen alimentario alternativo al régimen alimentario corporativo. A través de circuitos cortos de proximidad a través de grupos de consumo responsable, forman una alianza en torno al abastecimiento popular de alimentos saludables a través de la compra colectiva de alimentos agroecológicos directamente al campesinado, agricultura familiar y quilombola. Se propone analizar la gestión comunitaria y la tecnología socioterritorial de la red de colectivos de consumo responsable en la Región Metropolitana de São Paulo. Para ello, se presenta la experiencia del Coletivo de Consumo Rural Urbano - Associação Oeste de Diadema (CCRU) y la construcción de la red de grupos de consumidores fomentada en la pandemia con el Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica, buscando comprender la funcionamiento y desafíos de la gestión comunitaria para la acción colectiva. Asimismo, se observó el desempeño, alcances y desafíos de la Red Sampa que realiza compras colectivas de alimentos agroecológicos con la Red de Mujeres Campesinas Agroecológicas en alianza con la ONG Semper Viva Organización Feminista. A través de la investigación participativa, a través de la observación participante, formulario de investigación e investigación documental, trabajando en actividades realizadas por CCRU y Rede Sampa, junto con referentes teóricos. Encontró desafíos para el funcionamiento de la CCRU, especialmente acerca de atraer más participantes a la gestión colectiva y la compra colectiva, y la dificultad de transmitir el mensaje del colectivo a los participantes de la compra colectiva. Se observó que la ausencia de un sistema integrado es un desafío que se encuentra en todas las experiencias analizadas. Señaló la importancia del papel de la mujer en la producción social de la vida, especialmente en la producción, suministro y consumo de alimentos saludables. Se dio cuenta de que los grupos de consumo y el trabajo en red es una tecnología socioterritorial contrahegemónica que tiene el potencial de ofrecer mayor autonomía al campesinado y acceso a una alimentación sana y adecuada a un precio asequible en la ciudad, más aún en tiempos de salud y alimentación. crisis. . También notó un mayor empoderamiento individual y colectivo en las actividades comunitarias, señalando la necesidad de desarrollar nuevas formas de organización social para la construcción de una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Dieta; Soberanía alimentaria; Economía feminista; Grupos de consumo responsable.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 –	Exportação de soja Brasil e União Europeia.....	29
Mapa 02 –	Mapa geográfico da fome no Brasil	37
Gráfico 03 –	Composição dos EES por gênero, 2016-Brasil	48
Figura 04 –	As 10 empresas que controlam o mercado alimentício no mundo....	60
Quadro 05 –	Os 5 princípios que orientam o Guia alimentar Brasileiro.....	62
Figura 06 –	Esquema conceitual de tecnologias socioterritoriais.....	68
Quadro 07 –	Principais produtos com alta demanda para a comercialização.....	69
Figura 08 –	Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos.....	74
Mapa 09 –	Grupos de consumo responsável por região (2021)	76
Mapa 10 –	Grupos de consumo no Estado de São Paulo (2021).....	78
Figura 11 –	Comparativo de preços.....	83
Figura 12 –	Tipos de redes de grupos de consumo (2011).....	84
Figura 13 –	Os passos para a realização da compra do “Grupo Compras Coletivas da Ilha”	86
Mapa 14 –	Localização do município de Diadema na Região Metropolitana de São Paulo.....	89
Figura 15 –	Assembleia de moradia da Associação Oeste de Diadema.....	93
Gráfico 16 –	População total dos bairros de Diadema e taxa de crescimento médio anual.....	94
Figura 17 –	I Caravana Agroecológica Rural Urbana: do campo à periferia.....	100
Quadro 18 –	Rede de Agricultores Parceiros do CCRU.....	101
Quadro 19 –	Forma de Gestão do Coletivo.....	102
Figura 20 –	Feira do CCRU na Assembleia de moradia da Associação Oeste.....	107
Figura 21 –	Feira do CCRU na Avenida Marginal do Serraria em Diadema.....	108
Gráfico 22 –	Pesquisa sobre as instâncias de decisão do coletivo.....	110
Gráfico 23 –	Pesquisa sobre oportunidade de participação das decisões das mulheres em relação aos homens.....	111
Gráfico 24 –	Pesquisa sobre principais dificuldades enfrentadas pelo coletivo.....	112
Figura 25 –	Aplicativo em teste.....	113

Figura 26	–	Blog do CCRU-Solo em desenvolvimento.....	115
Figura 27	–	Rede de grupos de consumo que participam dessa logística.....	117
Gráfico 28	–	Motivações que levaram a participar dos coletivos.....	119
Gráfico 29		Pesquisa sobre o que é preço justo para os alimentos.....	120
Figura 30	–	Cesta de doação da campanha Solidariedade de Classe.....	121
Gráfico 31	–	Cestas agroecológicas distribuídas em 2021.....	122
Gráfico 32	–	Campanha de promoção dos pontos de distribuição.....	123
Gráfico 33	–	Distribuição das cestas entre os pontos de distribuição.....	124
Gráfico 34	–	Constituição dos preços das cestas.....	125
Figura 35	–	Comparação da composição dos preços das cestas fechadas.....	126
Figura 36	–	Montagem das cestas no galpão da Associação Oeste de Diadema.....	128
Figura 37	–	Feira no galpão da Associação Oeste de Diadema.....	129
Figura 38	–	Exemplo da disponibilidade das cestas fechadas da compra coletiva com nova formulação.....	131
Figura 39	–	Novo fluxo de organização das atividades da compra coletiva.....	132
Figura 40	–	Divulgação dos eventos de conversa e acolhimento em rede.....	138
Figura 41	–	Mapa do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca.....	139
Figura 42	–	Intercâmbio da Rede no Vale do Ribeira/SP.....	141
Figura 43	–	Mapeamento de coletivos e iniciativas da rede Sampa no ano de 2021	144
Figura 44	–	Grupos/iniciativa que participaram da compra coletiva no ano de 2021	145
Figura 45	–	Comercialização dos alimentos do coletivo RAMA	147
Figura 46	–	Mutirão de recebimento dos alimentos da RAMA realizado pelos coletivos da rede Sampa	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução dos recursos aplicados no PAA de 2003 a 2018.....	35
Tabela 2 –	Número de EES por atividade e sua participação em relação ao total (2016)	46
Tabela 3 –	Os principais movimentos sociais com a participação dos EES no Brasil	47
Tabela 4 –	Alternativas para escoamento de alimentos agroecológicos no Brasil.....	75
Tabela 5 –	Aquisição de alimentos para o município de Diadema	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Áreas Especiais de Interesse Social
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CCCR	Circuitos de Circulação e Comercialização entre Redes de Agroecologia
CCRU	Coletivo de Consumo Rural Urbano - Associação Oeste de Diadema
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COOPAFASB	Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras - Vale do Ribeira
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CRU-SOLO	Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EES	Empreendimento de economia solidária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GCR	Grupos de Consumo Responsável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCA	Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MICC	Movimento de Integração Campo-Cidade
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
NEA-UFABC	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da

	UFABC
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANCS	Plantas alimentícias não convencionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RAMA	Rede de Agricultoras Mulheres Agroecológicas, da Barra do Turvo - Vale do Ribeira
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SINTUFABC	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do ABC
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOF	Sempreviva Organização Feminista
UFABC	Universidade Federal do ABC

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	REGIMES ALIMENTARES E A FOME.....	23
2.1	Regime alimentar corporativo e a fome.....	30
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA.....	45
4	REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS: CIRCUITOS DE PROXIMIDADE ATRAVÉS DOS GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL.....	61
4.1	Circuitos alimentares alternativos.....	66
4.2	Grupo de consumo responsável.....	79
5	EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DE CONSUMO RURAL URBANO – ASSOCIAÇÃO OESTE DE DIADEMA.....	91
5.1	Experiência da Rede Sampa de grupos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo.....	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS.....	159

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar e compreender a gestão comunitária e tecnologia socioterritorial da rede de Grupos de Consumo Responsável (GCR) na região metropolitana de São Paulo. Neste percurso faz-se necessário uma abordagem sobre o conceito de Regimes Alimentares, com o objetivo de tratar das principais dinâmicas e mudanças ocorridas no sistema agroalimentar. Buscamos dar ênfase nas questões que envolvem o modelo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que por sua vez está diretamente ligado com as problemáticas do sistema alimentar hegemônico que controla a produção, o abastecimento e consumo de alimentos, trazendo diversos impactos e desigualdades como a fome mundial e as crises alimentares e ambientais, dentre outros. Também, busca abordar os conceitos de Economia Solidária e Feminista de potencial democrático e antipatriarcal para o desenvolvimento econômico e social frente à economia de mercado capitalista.

Ademais, é oportuno a discussão e análise sobre as redes agroalimentares alternativas, por isso, o trabalho aborda os circuitos de proximidade através dos grupos de consumo responsável. Os Grupos de Consumo Responsável (GCR) são iniciativa de trabalhadoras/es consumidores organizados em torno da compra direta dos camponeses que produzem de forma agroecológica e/ou em transição a preços acessíveis e remuneração justa aos camponeses buscando autonomia, empoderamento e melhores condições no campo, e acesso a alimentos saudáveis que respeitem a biodiversidade e a vida e, assim, gerando uma Tecnologia Socioterritorial. Tais práticas tira o atravessador da ação, possibilitando circuitos curtos alimentares para além das relações financeiras, pois constrói proximidade relacional e territorial (sociocultural e geográfica) entre os trabalhadores/as da cidade (consumidores) e camponeses/as com relações mais justas, solidárias e de confiança. Os GCR também se relacionam em redes em diversas escalas: locais, regionais e nacionais, com camponeses/as e entre os grupos de consumo possibilitando capacidades comunitárias, bem como movimentos contra-hegemônicos em torno da soberania alimentar para um regime alimentar alternativo, capaz de estabelecer mudanças estruturais no sistema alimentar global, fortalecer os territórios e realizar uma aliança entre os povos do campo, das florestas, das águas e da periferia.

O presente trabalho também busca trazer dados atuais sobre os temas abordados, tal como a situação mundial de pandemia da covid-19 em que estamos vivendo. Além disso, a metodologia utilizada é uma análise da experiência do Coletivo de Consumo Rural Urbano- Associação Oeste de Diadema e da rede de GCR na região metropolitana de São Paulo através

de uma pesquisa participante que se dará por meio de participação nas atividades e dinâmicas realizadas pelo CCRU e pela rede Sampa de GCR na região metropolitana de São Paulo, junto às referências teóricas. Deste modo, utilizou-se de uma pesquisa participante, entendida pela investigação que visa a estabelecer um processo concomitante da investigação e da ação, com a participação dos envolvidos, tendo como proposta contribuir diretamente para a produção de conhecimento e resolução de problemas de interesse coletivo (Brandão, 2007).

O capítulo 1 expõe o debate sobre a fome como uma circunstância dos fatores sociais, políticos e econômicos, também expõe o conceito de regimes alimentares, mostrando as problemáticas trazidas pelos regimes alimentares e como o modo de produção capitalista utiliza os alimentos para controle político. Ainda, mostra a soberania alimentar e a agroecologia como construção contra hegemônica a tal modelo. Interessa aqui algumas bibliografias como por exemplo, Josué de Castro (1984), Ana Primavesi (2008), McMichael (2016), Fernandes (2019), e também as elaborações produzidas pela Via Campesina.

O capítulo 2 apresenta a economia solidária com a crítica feminista à economia capitalista que se utiliza das desigualdades de gênero e raça/cor para garantir seu funcionamento. A economia feminista é apresentada no sentido de somar com a economia solidária, considera a questão de gênero na economia e coloca a vida no centro das preocupações, contribuindo com o pensamento feminista na construção de um outro paradigma da economia, somando-se aos importantes princípios trazidos pela economia solidária (democracia, autogestão e solidariedade) e da perspectiva dos comuns para o desenvolvimento de novas formas de reprodução social. Importa aqui algumas referências utilizadas, por exemplo, Paul Singer (2002), Miriam Nobre (2003;2014) e Silvia Federici (2014).

O capítulo 3 mostra os impactos e desigualdades geradas pelo regime alimentar corporativo (atual), com suas redes varejistas transnacionais e seus monopólios, na vida e autonomia dos camponeses/as e trabalhadores/as da cidade (consumidores), afetando diretamente a dieta e saúde da população, também a agricultura camponesa e o meio ambiente. O capítulo contará com o subcapítulo 3.1 no qual abordaremos também os conceitos de redes alimentares alternativas, em especial o conceito de circuito de proximidade, baseada na aproximação social e no vínculo com o territorial na produção e abastecimento de alimentos, envolvendo aspectos geográficos, culturais, sociais/relacionais e ambientais, retirando os intermediários e as redes varejistas do centro dessa relação. Ainda,

abordaremos o conceito de coletivos de consumo responsável, que busca, junto ao campesinato, alternativas de resistência contra o modelo agroalimentar hegemônico na perspectiva da democratização do alimento, autodeterminação dos povos no controle dos territórios, das águas, das sementes, da biodiversidade, e também reivindicações mais amplas e, assim, gerando uma tecnologia socioterritorial.

Capítulo 4 pretende apresentar a experiência do Coletivo de Consumo Rural Urbano - Associação Oeste de Diadema (CCRU) criado no seio do movimento de moradia chamado Associação dos Moradores dos Núcleos Habitacionais, Cortiços e Moradores de Aluguel de baixa renda da Região Oeste de Diadema (Associação Oeste), localizado na cidade de Diadema. O CCRU realiza compras coletivas de alimentos agroecológicos e/ou em transição com preço acessível direto do campesinato para os trabalhadores/as, especialmente da periferia de Diadema (Vila Conceição/Vila Socialista). A partir do fortalecimento dessa experiência passaram a se relacionar com a Universidade Federal do ABC via projetos de extensão e assim surgiu o Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica (CRU-Solo). As duas experiências estão em territórios diferentes, mas são conectadas em rede, por isso, as experiências se entrelaçam. Portanto, a pesquisa busca identificar as formas e desafios de gestão comunitária de um grupo de consumo responsável para que o coletivo tenha durabilidade, consiga ser de fato contra-hegemônico e aponte para a superação dos problemas gerados pelo capitalismo. Foi feita uma pesquisa para conhecer os impactos da pandemia nos participantes da compra coletiva da rede de abastecimento dos CCRUs. Ainda foi feita uma pesquisa para conhecer o perfil e opinião das pessoas que participam da gestão do coletivo CCRU, CCRU-Solo e dos grupos de consumo da rede, referente a gestão do coletivo. Também, neste capítulo contaremos com o subcapítulo 4.1 que apresenta a experiência da Rede Sampa de grupos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo junto às agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo - Vale do Ribeira/SP intitulada Rede de Agricultoras Mulheres Agroecológicas - RAMA em parceria com a ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF) para a realização da compra coletiva de alimentos agroecológicos. A relação entre as redes teve início em 2016 e permanece até o momento (2022). As compras da rede Sampa com a RAMA tem por objetivo fortalecer um mecanismo de compra direta dos alimentos produzidos pelas agricultoras e quilombolas, ao mesmo tempo que as atividades realizadas busca possibilitar a aproximação e o fortalecimento da relação entre as agricultoras e consumidores/as e gerar um maior empoderamento individual e coletivo das agricultoras. Então, a pesquisa pretende identificar e mapear o perfil das

iniciativas da Rede Sampa. Foi realizado um formulário com as iniciativas sobre o perfil e também o mapeamento destes grupos. Vale destacar que aprofundamos a pesquisa sobretudo na atuação do CCRU e da rede no período de pandemia da covid-19, quando houve um esforço coletivo de continuar com as atividades de abastecimento popular num cenário de aumento da procura por alimentos saudáveis e de campanhas de doação de cestas para famílias com dificuldade no acesso à alimentação adequada e saudável. Assim, a questão norteadora deste capítulo sobre a pesquisa: Quais os desafios de gestão para o funcionamento dos Coletivos de Consumo Responsável - GCRs?

Por fim, o capítulo de considerações finais tem a intenção de percorrer os temas abordados e dar ênfase na importância de reconhecer e fortalecer o campesinato como modelo estratégico no desenvolvimento da agricultura de base agroecológica. Busca reforçar a importância das mulheres no campo e na cidade, principalmente na produção, abastecimento e consumo de alimentos saudáveis, dando centralidade à vida. Expõe que o fortalecimento do sistema alimentar campesino por meio dos circuitos de proximidade através dos coletivos de consumo responsável e suas redes busca garantir a permanência do camponês no campo e sua autonomia, além de gerar um maior empoderamento individual e coletivo das camponesas. Tais iniciativas atuam no sentido de democratizar o acesso à alimentação adequada e intervir no regime alimentar corporativo, ou seja, na lógica capitalista de produção, abastecimento e consumo de alimentos centrado no agronegócio e nas corporações, gerando tecnologias socioterritoriais contra-hegemônicas

2 REGIMES ALIMENTARES E A FOME

O modelo de desenvolvimento capitalista predominante em nossa sociedade vem se mostrando contraditório e insustentável, sequer conseguiu superar a problemática da fome no mundo, pelo contrário, produz crises alimentares advindas do sistema agroalimentar hegemônico.

O geógrafo Josué de Castro (1984) trouxe acertadamente o importante debate da fome e os demais problemas referentes à alimentação no Brasil relacionada à agricultura, à nutrição, ao latifúndio, à sociologia, à economia e à política em suas obras, com uma geografia crítica, contribuindo ao debate nacional e internacional sobre a fome como uma circunstância dos fatores sociais, políticos e econômicos. Partindo desta concepção, entende-se que a fome deveria e poderia ser resolvida no contexto das questões geopolíticas.

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. É a dura verdade que as mais das vezes esses interesses eram antagônicos. (CASTRO, 1984. p.21)

Neste contexto, podemos afirmar que o problema da fome está relacionado ao modelo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que por sua vez está diretamente ligado com as problemáticas do sistema alimentar hegemônico que controla a produção, o abastecimento e consumo de alimentos, trazendo diversas desigualdades, como a fome mundial e as crises alimentares e ambientais, dentre outros.

Para explorar o desenvolvimento da agricultura capitalista, as problemáticas do sistema alimentar e questões agrárias utilizaremos o conceito de regimes alimentares desenvolvido originalmente por Philip McMichael e Harriet Friedmann (ver Mc Mic Michael, 2016), e como o qual contribui-se para a compreensão de como o modo de produção capitalista utiliza os alimentos para controle político.

Assim como o capitalismo, o regime alimentar assume várias formas históricas. Na realidade, o capitalismo em si é um regime alimentar, na medida em que sua reprodução depende do suprimento de produtos alimentícios necessários à reprodução (econômica) de sua força de trabalho. Isso implicou a conversão do alimento e da agricultura em relações de mercadoria, o que, além de baratear o primeiro, também insere ambos em uma lógica das estratégias de investimento. Recentemente, essas estratégias passaram a incluir a especulação no mercado futuro do agroalimentar com efeitos inflacionários. (McMICHAEL, 2016, p. 37)

Em um início, McMichael afirma que *o conceito de “regime alimentar” foi um resultado de seu tempo: política nacional de regulamentação em declínio e “globalização” em alta.* (McMICHAEL, 2016, p. 13).

O regime alimentar é um projeto que se modificou conforme as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar visando o processo de acumulação do capital dos países tidos como desenvolvidos no território dos países tidos como subdesenvolvidos, explorando recursos naturais e mão de obra dos(as) trabalhadores(as).

McMichael (2016) identifica três regimes alimentares e suas diferentes estruturas: o primeiro, regime alimentar imperial centrado na Grã-Bretanha (décadas de 1870 - 1930), foram essenciais a apropriação das terras e mão de obra nas colônias, como é o exemplo do plantio da cana-de-açúcar utilizado como combustível calórico para sustentar a mão-de-obra fabril da era industrial emergente. Os alimentos baratos são aqui produzidos pela ampliação da fronteira agrícola, a pilhagem e limitadas inovações tecnológicas em maquinaria e melhora de sementes.

Esse regime foi caracterizado pela ideologia de livre-comércio com exportação de grãos básicos de clima temperado e carnes do Sul global, organizado na forma de acumulação extensiva e, que entrou em crise pela exaustão das fronteiras agrícolas e pela depressão econômica geral do período de entreguerras, seguido pelo pós II Guerra Mundial.

Com este modelo, a América Latina “libertada” continuou a ser uma região de extrativismo mineral e agrícola, que persiste até o século XXI, subordinada ao regime alimentar britânico. É neste contexto que surgiram movimentos camponeses para reivindicar terra de trabalho e políticas de reforma agrária, que levaram às primeiras guerras camponesas, como por

exemplo a guerra de Canudos, em 1896 no Brasil (Fernandes, 2000), e a revolução mexicana, em 1910 (Wolf, 1969). (apud FERNANDES, 2019, p. 191-192)

O segundo regime alimentar intensivo centrado nos Estados Unidos (décadas 1950-1970), caracterizado pela “ajuda” externa, desenvolvimento e livre-iniciativa, marcado pelos programas de segurança alimentar com o objetivo de “alimentar o mundo”, que redirecionou excedentes de alimentos resultantes de políticas agrícolas subsidiadas para seu império informal de nações pós-coloniais e dependentes (como os países latino-americanos) ao longo da Guerra Fria, e também com o objetivo de garantir lealdade anticomunista no pós-guerra (SHAW, 2007).

Esse regime foi fundamentado na agroindustrialização norte-americana, com uma agricultura de exportação e especialização agrícola de *commodities*, sobretudo de grãos básicos, uso intensivo de agrotóxicos e mecanização e, ao mesmo tempo, impondo o pacote tecnológico aos outros países - conhecido como revolução verde. Considerada como um fenômeno de desenvolvimento rural, caracteriza o processo inicial de modernização da agricultura no Brasil. (MATOS, PESSÔA, 2011).

Apesar do discurso que anunciava "acabar com a fome mundial", na verdade, a Revolução Verde baseava-se principalmente em interesses econômicos. Na época, os grandes defensores dessa política foram a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford e os Estados Unidos. O movimento se operacionalizou a partir de um pacote pronto de produção, tecnologias e subsídios estatais, baseado na monocultura, insumos industrializados, modificação genética e mecanização agrícola. (SHAW, 2007; FERNANDES, 2019).

Neste contexto, observa-se que o problema da fome no mundo foi tratado como um problema de falta de produção ou oferta de alimentos insuficientes para alimentar a população mundial. Em 1945, durante o segundo regime alimentar, com a constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), a questão da segurança alimentar foi primeiro pautada como uma luta contra a fome diante dos terríveis cenários da II guerra mundial e a solução encontrada para o problema da fome, a já mencionada Revolução Verde. Entre 1945 e 1974, o debate sobre as estratégias para eliminar a fome se concentrou nas políticas de desenvolvimento econômico e o aumento da produção baseado nas novas tecnologias da revolução verde (SHAW, 2007). As campanhas da ONU contra a fome e a pobreza dos países subdesenvolvidos também tiveram seu papel em fortalecer esse regime.

A Revolução Verde chegou ao Brasil por volta dos anos 60, quando o país vivia sob uma ditadura civil-militar, e se fortaleceu com apoio do Estado e de grandes indústrias mundiais. Em 1976, como parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo brasileiro criou um plano nacional de defensivos agrícolas, condicionando o crédito rural ao uso de agrotóxicos (MATOS, 2011). Com isso, houve uma pressão para os agricultores adquirir tais defensivos ocasionando uma dependência ao usar em suas produções.

A emergência da lógica fordista de divisão de trabalho e consumo em massa, logo após a II Guerra Mundial, provocou o processo de urbanização e a alienação das práticas alimentares. A agricultura industrial intensiva tem produzido uma homogeneização da dieta alimentar, acompanhada do aumento do consumo dos produtos alimentícios ultraprocessados e de alimentos envenenados com agrotóxicos, gerando uma mudança no sistema alimentar.

A crise do segundo regime chega em 1974, com uma elevação dos preços dos alimentos e uma queda nos estoques internacionais. Trata-se da primeira crise agroalimentar de dimensão internacional e que evidenciou que o problema da fome não é um problema de quantidades. Pela revolução verde a quantidade de alimentos produzidos no mundo chega a níveis históricos.

Então, os resultados do segundo regime alimentar e as causas que estiveram por trás de sua crise são: concentração da produção entre os produtores maiores (processos de descampenização), aumento da dependência nos mercados de insumos, especialmente o do petróleo, aumento da dependência alimentar de alguns países do terceiro mundo, as culturas tradicionais tornaram-se pouco competitivas o que contribuiu para diminuir a biodiversidade tornando os ecossistemas mais vulneráveis. A divisão social do trabalho, por sua vez, diminuiu e precarizou o emprego no campo, forçando um grande êxodo rural e, conseqüentemente, um aumento desordenado da população urbana, que se deparou com falta de estrutura de moradia, educação, saúde, segurança, etc.

A “revolução verde” desconectou o campo da cidade e a comida da natureza. O campesinato assistia a ruína de seus territórios. A produção de alimentos dependia cada vez menos dos agricultores e passou a ser controlada cada vez mais pelas grandes corporações. Isso significou o aumento da concentração da propriedade da terra. Evidente que essas mudanças não aconteceram sem resistência. (FERNANDES, 2019, p. 192)

Logo, o terceiro regime alimentar corporativo (décadas de 1980-atualmente), vem aprofundando o processo do regime anterior, caracterizado pelo controle do capital corporativo, comprometendo o ideal de agriculturas nacionais e pavimentando um caminho de regime alimentar cada vez mais transnacional e corporativo, ancorado por princípios neoliberais de mercado, políticas de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e supremacia de mercado, acarretando na subordinação de países ao mercado e da mercantilização do abastecimento alimentar. (McMICHAEL, 2016)

O terceiro regime alimentar corporativo está em vigor até hoje, mas *carrega legados dos regimes anteriores, embora expresse um novo momento na história política do capital, que pode ser conceituado como o “projeto de globalização” neoliberal* (McMICHAEL, 2016, p. 71).

Vale destacar que no primeiro e segundo regime alimentar o protagonismo estava na relação de Estado e mercado, com as políticas estatais e internacionais. Já no terceiro regime alimentar quem controla o comércio mundial da agricultura e do alimento é o setor privado, ou seja, as corporações transnacionais e instituições financeiras internacionais com o apoio do Estado. McMichael (2016) discute amplamente os processos que ocorreram para o estabelecimento da hegemonia corporativa que colocaram os mercados acima dos Estados. A financeirização no negócio de alimentos por investidores e o cálculo estritamente financeiro nas operações alimentares, converteram o alimento em uma mera mercadoria negociável no mercado mundial, as commodities, acelerando o esgotamento dos processos naturais por sua conversão em “recursos” especulativos.

O regime alimentar corporativista é globalizado, no entanto, apenas um pequeno grupo de grandes corporações controlam toda a cadeia alimentar, impondo um modelo de agricultura baseado em grandes escalas e no uso intensivo de agrotóxicos, com avanços tecnológicos voltados para a produção em quantidade e não para a melhoria de condições para quem produz e consome. Nesse sentido, o conceito de segurança alimentar começa a tomar outros rumos em oposição ao produtivismo da Revolução Verde, já que ficou provado que o aumento da produção desenfreada e o aumento da oferta de alimentos não garante necessariamente a superação da fome. Então, inicia-se uma noção de acesso à alimentação segura, ou seja, a produtos não contaminados e de qualidade, produzidos de forma sustentável e equilibrada, bem como, atenção aos problemas do acesso aos alimentos. Esse movimento vem ganhando força, pela preocupação mundial em integrar o meio-ambiente ao sistema socioeconômico em

que vivemos e, assim, fomentar o poder de compra domiciliar ou nacional, inclusive de alimentos de exportação (LIMA, 2018).

Com a Conferência Internacional de Nutrição realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma, no ano de 1992, consolida-se definitivamente o paradigma pela Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à alimentação adequada, tais movimentos geraram documentos de referência para as instituições de governo, para ações práticas sobre estratégias, políticas e medidas de segurança alimentar e nutricional.

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (ONU, 2002)

No Brasil, o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) aconteceu com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional em 1998. O conceito de DHAA vem sendo discutido a duas décadas no Brasil, e foi inserido como direito social na Constituição Federal explicitamente desde 2010. Com o conceito, ações governamentais avançaram para a exigibilidade do DHAA e da SAN. Um avanço muito importante foram a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Guia Alimentar para a População Brasileira, além dos tratados internacionais que estabelece a realização do DHAA como uma obrigação do Estado e como responsabilidade de todos. Como mostra Josué de Castro (1984), e mais tarde ratificado no CONSEA (2009), a alimentação está relacionada com a política, com as escolhas de desenvolvimento, com a organização da sociedade e as desigualdades que a estruturam.

Contudo, em 1996 é também fundado o movimento da Soberania Alimentar pela Via Campesina, no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação realizada em Roma pela FAO. McMichael (2016) também destaca o surgimento desta contratendência ao regime corporativo. Dessa forma, os movimentos camponeses, agricultores familiares, pescadores

tradicionais, indígenas, sem terras, quilombolas e outras organizações sociais, especialmente a Via Campesina, apresentam a Soberania alimentar como construção contra hegemônica às políticas neoliberais impostas pelo agronegócio, defendendo que o alimento não é uma mercadoria, mas sim um direito humano.

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

Este movimento internacional exige a democratização do sistema agroalimentar mundial, demandando espaços para debater a crescente crise de insegurança alimentar, a defesa do modo camponês de produção, o direito das comunidades aos alimentos considerando as características do território onde estão inseridas, bem como a participação dos movimentos na definição de políticas agrícolas e alimentares. Como alternativa ao pacote tecnológico dominante, movimentos sociais do campo, das florestas, das águas e da cidade, especialmente os ligados a Via Campesina, desenvolve técnicas agroecológicas e a poderosa ideia de que os alimentos, pela sua centralidade, não podem ser mercadoria. O movimento da Soberania alimentar vem atuar contra o modelo do capital, no qual a agroindustrialização cristaliza o processo de degradação ambiental e social, defendendo a necessidade cada vez maior do papel restaurador da agroecologia neste momento de profunda vulnerabilidade ambiental. Ao contrário do agronegócio onde tudo é transformado em mercadoria, a agroecologia é um compartilhamento comunitário de culturas e diversidade (FERNANDES, 2019, p.204).

A soberania alimentar é fundamental para assegurar a produção de alimentos, por meio da agroecologia, para alimentar o mundo e para garantir a autodeterminação dos povos no controle dos territórios, das águas, das sementes, da biodiversidade nas mãos de quem produz os alimentos.

Hablamos de la soberanía alimentaria como territorio porque el término contiene uno de los principios fundantes del concepto: la soberanía. Recuperar el poder de producir alimentos para el consumo local es un factor

diferencial que caracteriza el territorio de la soberanía alimentaria. Entendemos entonces que ser soberano significa garantizar a los pueblos y sus naciones el ejercicio de los derechos sobre sus campos, bosques y ciudades; por eso la soberanía alimentaria es un concepto multidimensional. Para hablar de ello, tenemos que pensar en varias cuestiones, pues las instituciones que están subordinadas a la agroindustria no consiguen proponer políticas de soberanía alimentaria, sino apenas de seguridad alimentaria. (FERNANDES, 2017, p.35)

Ademais, é importante destacar que o movimento da Soberania Alimentar não é um movimento restrito ao campesinato e à questão alimentar, mas sim de reivindicações mais amplas, precipitadas pelas consequências dos regimes alimentares, que por sua vez, se encontra em seu terceiro regime, chamado de corporativo. De acordo com Davis & Goldberg (1957); McMichael (2016); Ploeg, (2008), e, também, citado por Fernandes (2019, p.193), em meados do século XX, o capitalismo integrou diversos sistemas produtivos e criou o agronegócio, fortalecendo os impérios alimentares e determinando como modelo hegemônico de desenvolvimento o terceiro regime alimentar.

2.1 Regime alimentar corporativo e a fome

A crise do modo de produção e de superprodução capitalista se agrava. Tornou-se mais visível no ano de 2008, quando a maioria dos Estados optaram por aprofundar as reformas neoliberais em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

No interior desta crise estrutural do sistema do capital encontramos um conjunto de crises (ambiental, climática, alimentar, energética etc.) que são partes indissociáveis e interdependentes, que somente podem ser compreendidas na sua permanente interação com o todo em seu movimento histórico. (RAMOS FILHO, 2015, p.40)

Em 2007 e 2008, também houve uma crise alimentar no mundo, que vivemos na atualidade, em que os preços dos alimentos subiu muito e as populações, principalmente as mais pobres, diante da perda do poder aquisitivo, não conseguiam comprar os alimentos que geralmente consumiam. Segundo Fernandes (2014), a hegemonia do agronegócio no Brasil (e no mundo) não aceita outro modelo de desenvolvimento que não seja o modelo

agroexportador de commodities em grande escala com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos.

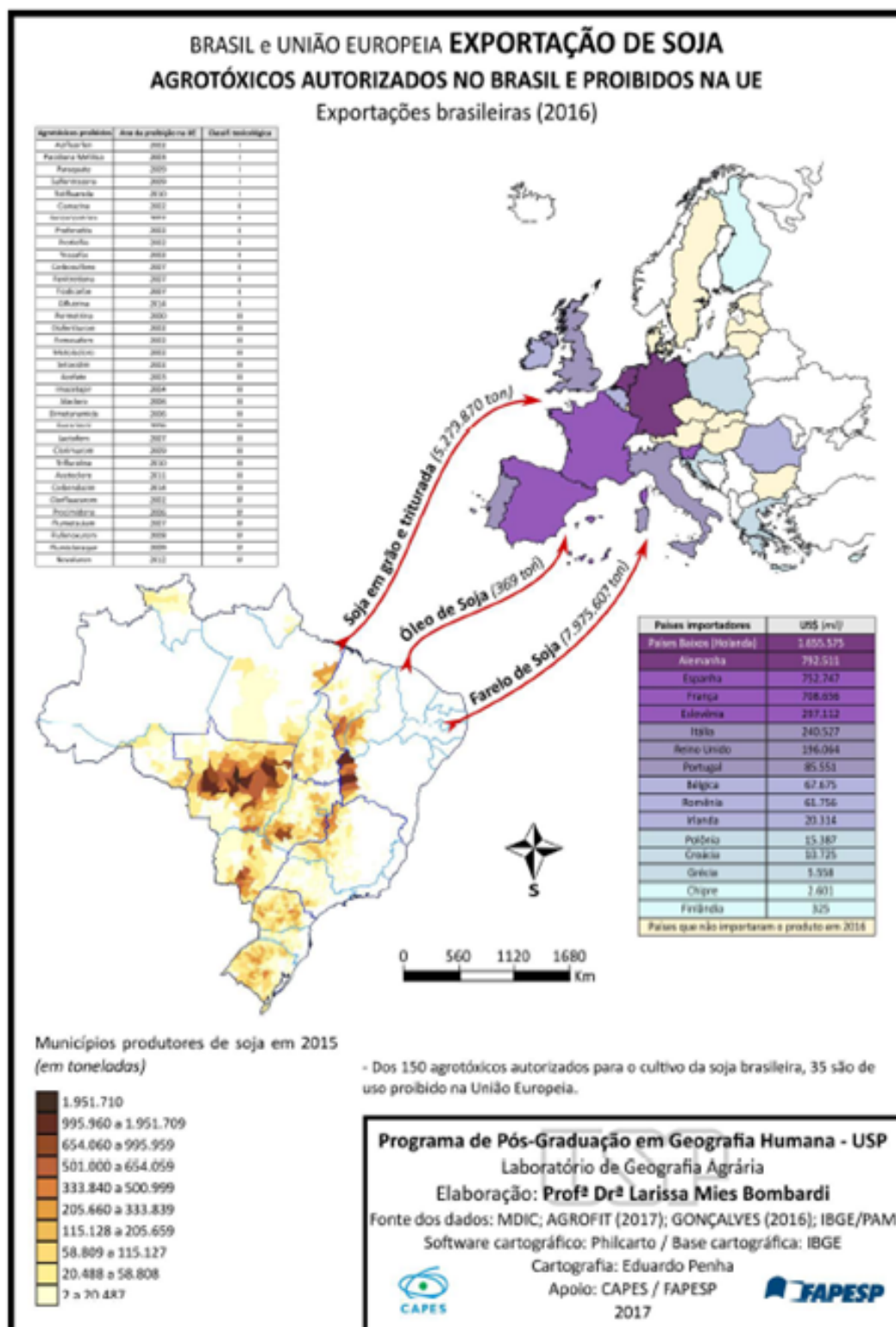
O sistema alimentar corporativo globalizado e o agronegócio transformaram o alimento em mercadoria, centrado na agroindústria e nas redes varejistas transnacionais, ou seja, define o modelo de produção, distribuição e consumo, que trata o alimento como um instrumento de poder aos interesses econômicos das corporações transnacionais, com o apoio das elites políticas e instituições nacionais e internacionais, cujo objetivo é o controle de toda cadeia alimentar a uma lógica mercantil, para expandir seus interesses. Beneficia a distribuição de alimentos em cadeias longas e restritas em poucas e grandes redes de supermercado que centraliza a venda dos alimentos, o que contribui com a separação entre os camponeses e os(as) trabalhadores(as) da cidade, a padronização da dieta da população e a perda de autonomia dos camponeses. Trata-se de um oligopólio, em que poucas empresas controlam o setor, que empobrece a atividade rural, homogeniza o que comemos, precariza as condições de trabalho, acaba com o comércio local e promove um modelo de consumo insustentável e irracional. (ESTEVE, 2017, p. 173)

McMichael (2016) aponta que o regime alimentar corporativo produz alimentos de lugar-nenhum (*The now-here food*) por meio do cultivo especializado e globalizado, coordenado por cadeias transnacionais corporativas de comercializadores e supermercados. Dominando uma noção de segurança alimentar ancorada ao livre mercado e que não reconhece a importância do lugar onde os alimentos são produzidos, nem quem os produz (empresa/campesinato), a forma, a tecnologia empregada e o destino de consumo dos mesmos.

Um dos seus elementos centrais está a exploração e apropriação dos recursos naturais (terra, água, biodiversidade, minérios etc.) dos países considerados subdesenvolvidos e a agroindustrialização, reproduzindo o padrão colonial, bem como a divisão internacional do trabalho e a tendência dos países da América Latina a se especializar na exportação dos alimentos (RAMOS FILHO, 2015; FERNANDES, 2014)

Vejamos um mapa que mostra a exportação de soja. Esse cultivo de *commodities* utiliza intensivo uso de agrotóxicos proibidos inclusive na Europa, que por sua vez, transfere para o Brasil os impactos que esses produtos acarretam, um exemplo do lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho.

MAPA 1: Exportação de soja Brasil e União Europeia



Fonte: Atlas: Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. (BOMBARDI, 2019, p. 231)

A dinâmica do regime alimentar corporativo com o agronegócio ameaça a agricultura camponesa, a soberania e a segurança alimentar nesses países chamados de subdesenvolvidos.

A crescente subordinação e expropriação do campesinato pelo capitalismo produz um problema estrutural denominado de questão agrária. A essência da questão agrária é a renda capitalizada da terra, que acontece através do controle dos preços agrícolas pelas corporações, que se apropriam da maior parte da renda fundiária, expressa no valor da produção agropecuária camponesa (FERNANDES, 2019, p.193)

O agronegócio concentra e centraliza a terra e o capital com suas corporações que atuam globalmente e com grande força, expandido as commodities e controlando o comércio agrícola internacional, impõe um modelo de sistema alimentar globalizado.

Controlando os sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, o agronegócio é um complexo de sistemas organizado em rede que envolve empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos. Com essa estrutura as corporações capitalistas passaram a controlar as sementes e as tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção. Desse modo, a participação do campesinato no modelo de desenvolvimento do agronegócio é sempre marginal e subordinada aos interesses das corporações. O uso do trabalho assalariado é predominante, embora esteja diminuindo por causa da intensificação da mecanização e da robotização. (FERNANDES, 2019, p.193)

Neste contexto, o regime alimentar corporativo destrói outras culturas, a diversificação de alimentos, promove desmatamento e mudanças climáticas, ou seja, aliena e ataca a soberania dos países de manter e produzir seus alimentos.

Entre 1970 e 2008 houve redução em 30% da biodiversidade no mundo. E, desde essa data, passamos a consumir 50% mais recursos naturais que nossa capacidade de produção. É o período da implementação da “revolução verde” – uso intensivo dos agroquímicos na agricultura. Em 2003, apenas 15 espécies respondiam por 90% dos alimentos vegetais, e apenas quatro

cultivos – milho, trigo, arroz e soja – respondiam por 70% do consumo. Atualmente, são 58 empresas que controlam a produção de alimentos no mundo. Outras 6 empresas controlam 60% das sementes utilizadas na agricultura; se voltarmos no tempo, em 1980 nenhuma empresa de sementes chegava a dominar 1% do mercado mundial. (ESTEVE, 2017, p. 16)

Tal controle não trata o alimento como bem social, ele aliena os trabalhadores da cidade com relação aos processos referentes à cadeia produtiva, mantendo-o distante de questões como sazonalidade, custo de produção e impacto ambiental de cada alimento em específico, remuneração e condições de trabalho justas para quem produz, padroniza os preços, os alimentos e a dieta da população, ocasionando em mudanças nas culturas alimentares locais, como por exemplo excluindo as plantas alimentícias não convencionais (PANCS) das opções de consumo. Nesse cenário, perde também o trabalhador da cidade, já que as opções de nutrição ficam restritas ao que esses grandes conglomerados determinam.

Alimentos ancestrais, que são parte de nossa identidade cultural, desaparecem da nossa mesa e paladar, também das áreas de mata, cada vez mais exíguas frente a expansão monocultora. Basta ver a dificuldade da população periférica de baixa renda em encontrar alimentos saudáveis (frescos/in natura) que deveriam compor a base das refeições, e a oferta cada vez maior de alimentos ultraprocessados, com baixo valor nutricional, e que têm, como consequência, a diminuição do seu consumo e impacto nos hábitos alimentares dessa população, podendo contribuir com diversos problemas de saúde causados por dietas inadequadas e pelo uso do agrotóxico.

Diversos autores tratam dessa problemática abordando o termo “deserto alimentar”, em que, além da dificuldade econômica, quem mora na periferia encontra dificuldade de acesso a alimentos nutritivos, acirrando ainda mais as desigualdades do sistema agroalimentar globalizado. Os desertos alimentares são caracterizados como vizinhanças socialmente vulneráveis que não têm ou possuem acesso físico limitado aos alimentos saudáveis (Honório, 2020).

Os alimentos produzidos pelo regime alimentar corporativo, fundamentado no agrotóxico e transgênicos, trazem diversos problemas à saúde do ser humano e do meio ambiente, também não corroboram com uma prática sustentável, pois são sementes geneticamente modificadas estéreis e não contribuem para a diversidade dos alimentos. O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) alerta sobre os efeitos

associados à exposição crônica a ingredientes ativos de agrotóxicos, citando: infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer. O INCA, incluiu o tema “agrotóxicos” no Plano de Ações Estratégicas de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil (2011-2022). O documento lembra que o Brasil ocupa a indesejável posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas. Lembra ainda que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil foi uma das responsáveis por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos, uma vez que o cultivo dessas sementes geneticamente modificadas exige o uso de grandes quantidades desses produtos.

Neste contexto, outro segmento de alimentos se dispõe a fornecer produtos de maior qualidade que o de alimentos convencionais, os alimentos orgânicos, que de um modo geral tem se expandido, porém se estruturando em um mercado concentrado, tanto do ponto de vista da oferta como do ponto de vista da demanda.

Os alimentos orgânicos dependem de uma identificação por selo, nada acessível para a agricultura familiar e camponesa, ademais pode ser produzido na lógica de monocultura e de exploração da mão de obra da agricultura. Por apresentar um valor diferenciado, configurando em alimentos caros e de luxo, designados para um público específico de alto poder aquisitivo, e assim contribuindo não só para uma elitização do consumo alimentar como também para a consolidação da ideia de que essa é uma consequência natural e imutável, inerente ao processo de produção sem agrotóxico, e portanto ofuscando mercados alternativos que priorizam o acesso a alimentação saudável da população, a um valor coerente com a realidade da maioria.

Neste sentido, os movimentos sociais apresentam a agroecologia como ferramenta contra hegemônica na transformação da agricultura, do sistema alimentar e da sociedade, com potencial de superar os problemas socioterritoriais e ecológicos. Primavesi (2008) afirma que a agroecologia está diretamente relacionada aos saberes de agricultores locais, buscando incentivar a inter-relação entre os seres vivos e os recursos naturais através do manejo consciente, respeitando a diversidade e os saberes tradicionais.

A agroecologia não é apenas um conjunto de técnicas agronômicas; é um processo político, social e transformador. Oferece ferramentas que dão às pessoas o direito de definir seus próprios sistemas de alimentação,

agricultura, pecuária, pesca e as políticas que impactam estes sistemas como parte de um movimento internacional. A agroecologia não procura melhorar a agricultura industrial, mas substituí-la: não se trata de adaptação ou conformação, mas, sim, transformação. (SANTOS; GLASS, 2018, p. 50)

Conforme defendido por Primavesi, a agroecologia proporciona diversos benefícios como qualidade de vida, alimentos mais acessíveis e saudáveis - menor custo de produção e sem o uso de agrotóxicos, valorização do modo de vida camponês e preservação do meio ambiente.

Por isso, são fundamentais discussões e ações que respondam aos problemas agroalimentares do sistema alimentar hegemônico e compreendam o caráter político do alimento, pois os níveis de pobreza e fome mundial continuam crescentes, embora o discurso do desenvolvimento neoliberal de que o regime alimentar corporativo pode ser a solução.

Visto que atualmente, o número de pessoas afetadas pela fome em todo o mundo tem aumentado lentamente desde 2014 (FAO, 2020). O último relatório da FAO sobre *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2020* mostra que em 2016, o número de pessoas que ingeriam menos calorias do que o necessário para uma vida saudável era de 37,5 milhões no Brasil, e saltou para 43,1 milhões em 2019. A porcentagem da população brasileira afetada pela insegurança alimentar moderada e aguda aumentou 13%. As estimativas atuais são de que quase 690 milhões de pessoas passam fome, ou 8,9% da população mundial - 10 milhões de pessoas em um ano e quase 60 milhões em cinco anos. O número de pessoas afetadas por insegurança alimentar grave, outra medida que se aproxima da fome, apresenta tendência de aumento semelhante.

Em 2019, cerca de 750 milhões - ou quase uma em cada dez pessoas no mundo - foram expostas a níveis graves de insegurança alimentar (FAO, 2020). Segundo o relatório, considerando o total de afetados pela insegurança alimentar moderada ou grave, cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo não tiveram acesso regular a alimentos seguros, nutritivos e suficientes em 2019. O relatório ainda revela que somente na região da América Latina e Caribe, mais de 47 milhões foram atingidas pela fome ano passado (2020). É também na mesma região que a insegurança alimentar aumenta rapidamente, crescendo de 22,9% em 2014 para 31,7% em 2019.

No início do século XXI o Brasil foi protagonista mundial de políticas públicas de combate à fome ligadas à segurança alimentar e nutricional, atualmente, contudo, tais políticas vêm sofrendo diversos desmontes. Uma das causas da fragilidade dessas políticas é que não foram políticas estruturais capazes de acabar com a desigualdade no país. Os governos anteriores do Partido dos Trabalhadores com sua política de conciliação de classe tentaram governar para as grandes corporações do agronegócio e para a agricultura familiar, com o discurso de que ambas podiam conviver e prosperar dentro das possibilidades do sistema capitalista.

É esse modelo que também encantou elites de muitos países em desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento do poder brando (soft power) da política externa brasileira: a possibilidade desenvolver, simultaneamente, políticas públicas voltadas para o agronegócio de exportação - tão importantes para a balança de pagamentos e para a entrada de dólares - e para a segurança alimentar e nutricional nacional a partir da produção local. (LIMA, T.; PEREIRA, I.; BARBANTI, O, 2018, p.399)

A partir da segunda metade da atual década, governos de caráter ultraliberal, do ponto de vista econômico, e ultraconservador, do ponto de vista social, tem ganhado força em diversas partes do mundo, incluindo Europa, América do Norte, e especialmente na América Latina, reforçando as políticas neoliberais e ultra neoliberais conduzindo um crescimento da pobreza e da extrema pobreza de uma forma acelerada, acarretando uma crise social, econômica, política e ambiental sem precedentes.

No Brasil, Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 com uma pauta regressiva nos direitos humanos, principalmente no que se refere às comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos produtores rurais. Chegou até a afirmar que: “*Passar fome no Brasil é uma grande mentira*”¹. Tal afirmação do presidente do Brasil causou espanto em parte da sociedade e da comunidade científica nacional e internacional, mas reflete bem a visão hegemônica em diversos países da América Latina e do mundo sobre o papel do Estado no “combate à fome”,

¹Trecho da afirmação consta na reportagem disponível no sítio eletrônico: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.ghtml>>, consultado em 13-11-2020, às 13:39.

a partir de uma nova configuração geopolítica e do avanço da extrema-direita no controle dos Estados nacionais.

As políticas para a agricultura familiar brasileira estão sendo desestruturadas, as leis ambientais flexibilizadas. O presidente Bolsonaro em seu primeiro dia de governo extinguiu o CONSEA, desmontando o espaço de articulação entre a sociedade civil e o governo na elaboração de políticas públicas de segurança alimentar voltadas para o combate à fome. Importantes conquistas ocorreram no âmbito do CONSEA, como: a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os programas de convivência com o semiárido, debates da proposta da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e a proposta de um Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos. No entanto, esses programas foram interrompidos ou tiveram uma redução drástica de orçamento. Abaixo segue tabela da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) referente a evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2018, como exemplo.

Tabela 1: Evolução dos recursos (R\$) Sead/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2018

ANO	VALOR (R\$)					TOTAL
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.649	7.070.990	63.330.078
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.649	7.070.990	4.020.424.100

Fonte: CONAB, 2019, p. 9

Em 2019, a Conab operacionalizou R\$ 41.380.857,26 de recursos oriundos do MC e do Mapa (CONAB, 2020) para o PAA, ou seja, os recursos para o programa estão diminuindo

a cada ano. Também, no início do governo com a reforma ministerial, transformou a pasta de execução e implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que era uma atribuição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em uma secretaria dentro do Ministério da Cidadania, que agora é uma fusão de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes.

Outros projetos foram anunciados pelo governo já no começo do seu mandato, por exemplo, que visa eliminar ou consideravelmente reduzir as restrições do meio ambiente às licenças para novos projetos de infraestrutura e outras atividades econômicas, que permite a caça de animais selvagens, que permite o estabelecimento de atividades de mineração e exploração dos recursos hídricos dentro áreas indígenas e protegidas, ainda que estabelecer novos regulamentos para o uso e venda de agrotóxicos no país (Abessa, 2019). Vale destacar que o atual presidente tem liberado mais produtos agrotóxicos do que qualquer outro governo pós ditadura civil-militar no Brasil.

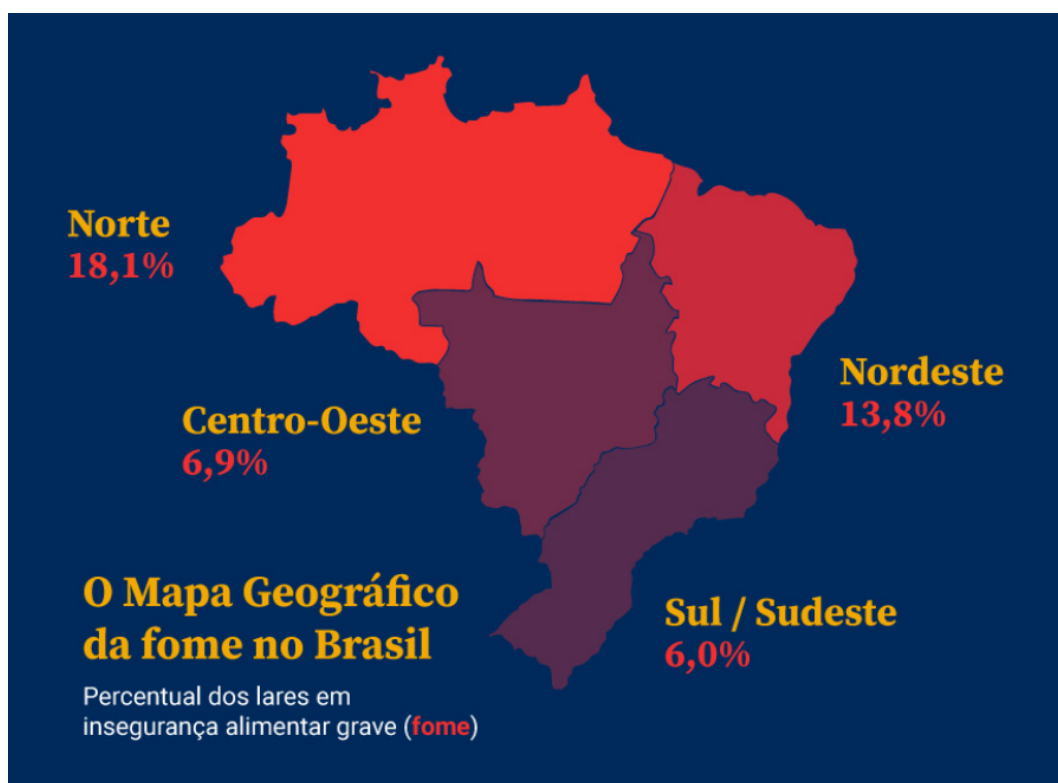
A fome no Brasil é um problema histórico, mas houve um momento em que fomos capazes de diminuí-la. Em 2014 o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU, que reúne países nos quais pelo menos 5% da população convive com a fome. No entanto, pesquisas apontam que o Brasil está voltando ao mapa da fome (FAO, 2020; Rede PENSSAN, 2021).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2021), mostra que em 2020 apenas 44,8% dos lares dos brasileiros e brasileiras em situação de segurança alimentar. Isso significa que em 55,2% dos brasileiros já estavam sem acesso regular e permanente a alimentos, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). E 9% da população voltou a conviver com a fome, o maior índice desde 2004. Ou seja, 19,1 milhões de pessoas estavam passando fome no Brasil no fim de 2020 (Rede PENSSAN, 2021).

Ainda, o inquérito revela que nas áreas rurais, em todo o país, a fome se mostrou uma realidade em 12% dos domicílios, contraditoriamente, já que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, mas a concentração fundiária dificulta a produção camponesa e a distribuição dos alimentos de forma igualitária entre a população. Também, os dados sobre insegurança alimentar no Brasil da Rede PENSSAN comprovam as desigualdades regionais. No Norte e no Nordeste, os índices ficaram, respectivamente, acima

dos 60% e 70%. Mesmo nas duas regiões mais urbanizadas e com maior índice de desenvolvimento humano do país, parte da população também convive com o fato de não saber se terá o que comer. Segundo o relatório, as regiões Sul e Sudeste somam mais de 58% de pessoas com insegurança alimentar, sendo que 7 milhões já estão passando fome. Abaixo podemos ver o mapa geográfico da fome no Brasil.

MAPA 2: Mapa geográfico da fome no Brasil



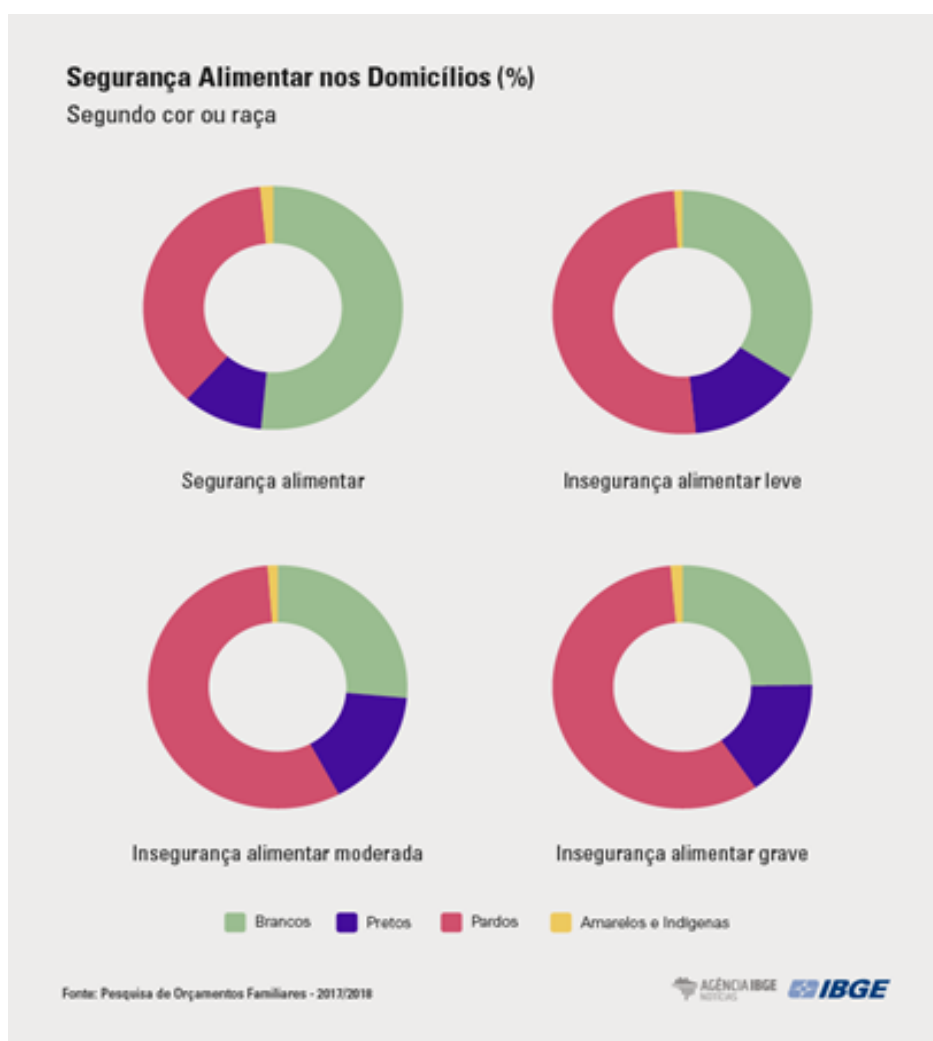
Fonte: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. (Rede PENSSAN, 2020)

O desmonte das políticas públicas, em especial de segurança alimentar e nutricional, assim como de soberania alimentar, se deu com o agravamento das condições de vida da população, gerando um quadro de crescimento da pobreza e abandono no Brasil. Segundo IBGE (2019), a prevalência nacional de segurança alimentar caiu 63,3%, em 2017 e 2018, alcançando seu patamar mais baixo. Dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% estavam com algum grau de insegurança alimentar, atingindo 84,9 milhões de pessoas. 10,3 milhões de pessoas viviam em domicílio em que houve privação severa de alimentos em alguns momentos em 2017-2018 (IBGE, 2019).

O descaso do Estado com as políticas alimentares tem um recorte de classe, sexo e raça. Na mesma análise do IBGE (2019), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil, mostrou-se que mais da metade dos domicílios com insegurança alimentar grave eram chefiados por mulheres. Na análise por cor ou raça, os domicílios em que a pessoa de referência era autodeclarada parda representavam 36,9% daqueles com segurança alimentar, mas ficaram acima de 50% para todos os níveis de insegurança alimentar (50,7% para leve, 56,6% para moderada e 58,1% para grave). Já em 15,8% do total de domicílios com insegurança alimentar grave, a pessoa de referência era autodeclarada preta. Nos domicílios com segurança alimentar, esse percentual é 10%.

Figura 3: Segurança Alimentar nos Domicílios (%)



Fonte: IBGE (2019), Pesquisa de Orçamento Familiares – 2017-2018

Do mesmo modo, com o desmonte das políticas públicas de segurança alimentar, ou seja, com a ausência da construção de uma política pública a partir da base, a agricultura camponesa está sem respaldo, reduzindo a capacidade de fornecimento de alimentos mais saudáveis, produzidos de forma agroecológica. Se essa capacidade se reduz, o apoio é menor,

e toda população fica privada da possibilidade de uma alimentação saudável, que não se baseia em alimentos processados e ultraprocessados. Fórmulas que interessam muito ao agronegócio no consumo interno, mas que priva a população de todo um processo que acontecia no Brasil de construção de condições para uma alimentação mais saudável.

Outro processo que deixa a população desprotegida são os preços dos alimentos que têm aumentado muito já que o agronegócio produz *commodities*, os supermercados especulam com a fome e as empresas promovem o uso de alimentos ultraprocessados que só deixam a população adoecida, com sobrepeso, obesidade, hipertensão, diabetes, colesterol etc. (FAO, 2019). A falta de controle de estoque de alimentos regulado pelo Estado, o incentivo maior e exclusivo para o agronegócio, bem como os cortes nas medidas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, responsável por produzir alimentos frescos e saudáveis, é o que tem piorado a situação da fome no Brasil.

Junto a crise alimentar, a crise do modo de produção e de superprodução capitalista estamos vivendo a crise sanitária da Covid-19 em todo o globo, agravando a crise econômica de desemprego e queda de renda anterior à pandemia, provocada pelo capital e por um estado empresarial, opressor e explorador, portanto, o vírus não pode ser apontado como o único responsável pelo cenário de crise em que estamos vivenciando.

Nesse cenário, as mulheres têm sido as mais atingidas, elas são historicamente responsáveis pela alimentação das famílias e por isso têm que lidar com o combate à fome, buscando formas de colocar comida na mesa, lidando com a falta de emprego, pois foram as que mais perderam o emprego com as crises e, ainda, enfrentam uma grave ampliação da violência doméstica e feminicídio com o isolamento social. A juventude, em especial a negra, segue morrendo nas periferias das cidades e sem oportunidades de produzir nos seus territórios. Os povos e comunidades tradicionais têm seus territórios atacados ainda mais, como forma do capital retomar suas taxas de lucro. A natureza também tem sido duramente ameaçada e com ela a vida humana. As florestas estão sendo destruídas com a única função de manter a acumulação capitalista materializada em sua forma atrasada no agronegócio brasileiro. O esvaziamento das políticas voltadas ao combate à fome, e para a agricultura familiar e camponesa tem um preço altíssimo.

Durante a pandemia, a proposta do Projeto de Lei 735 com “Medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da

Covid-19”, fruto da articulação dos movimentos sociais, teve artigos vetados pelo presidente. Uma rejeição praticamente integral, mostrando a política neoliberal de violação de direitos e na contramão das urgências e emergências que vivemos. O auxílio emergencial destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, que tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia teve diminuição significativa, o valor atual de R\$150,00 reais não corresponde com as necessidades básicas para se viver dignamente, tão pouco é capaz de dirimir o impacto do preço dos alimentos às famílias mais vulneráveis.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), seriam outra possibilidade de garantia do acesso a alimentação saudável, com a capacidade de um rápido atendimento e de efetivar os circuitos de proximidade, ligando a produção ao consumo, o que é o ideal em termos da soberania e segurança alimentar. E tem um outro aspecto muito positivo que é propiciar uma organização entre os agricultores para atender a demanda, fortalecendo a agricultura camponesa e familiar. O PAA tem um papel crucial na formação de estoques públicos de alimentação, o que vem sendo negligenciado pelos últimos governos com os estoques públicos quase a zero e com a privatização de estoques. No entanto, esses programas estão sendo desmontados, com cortes orçamentários tremendos, que ocorreram nos últimos anos.

É absolutamente vital o fortalecimento da agricultura camponesa, porque ela propicia a produção da maior parte dos alimentos e de melhor qualidade, in natura, mais saudável, para a população, oferecendo um sistema alimentar alternativo, com a agroecologia, que promove a saúde e respeita a diversidade cultural, as tradições e hábitos alimentares que se articula com a conservação da biodiversidade e o direito à terra e ao território. Além de lutar pela terra, os camponeses lutam contra os impérios alimentares na construção de um modelo próprio de desenvolvimento a partir de políticas públicas emancipatórias que garantam a produção de alimentos saudáveis. (FERNANDES, 2019, p. 203)

É fundamental a discussão e análise sobre o sistema agroalimentar e sua política de produção, distribuição e consumo de alimentos. No Brasil o abastecimento alimentar é feito fundamentalmente sob regras privadas, com algumas exceções, de alguns organismos e alguns municípios que têm uma ação pública um pouco mais relevante e de iniciativas dos movimentos sociais. Contudo, os movimentos sociais, do campo, das florestas, das águas e das periferias apresentam a soberania alimentar de base agroecológica como construção

contra hegemônica ao sistema capitalista e ao sistema agroalimentar globalizado. Há movimentos organizados em várias escalas: local, regional e nacional, alguns reúnem dezenas de pessoas, outros reúnem dezenas de milhares (FERNANDES, 2019)

O conceito de soberania alimentar articula-se ainda com o controle democrático dos sistemas alimentares e o reconhecimento da herança cultural e o pertencimento dos recursos genéticos da humanidade, concebendo que os quatro recursos essenciais para a realização da produção agrícola são: a terra, a água, o ar e as sementes. (RAMOS FILHO, 2015, p.60)

Há séculos o capitalismo com a divisão social do trabalho vem separando a cidade do campo. Todavia, movimentos contra-hegemônicos no campo e na cidade têm utilizado a soberania alimentar de base agroecológica para um regime alimentar alternativo, capaz de estabelecer mudanças estruturais no sistema alimentar global vigente e resgatar o conhecimento dos povos do campo, das florestas, das águas e da periferia.

Nesse sentido, movimentos que buscam criar uma aliança campo-cidade em torno da soberania alimentar, agroecologia e economia solidária vêm crescendo, articulando circuitos de proximidade na construção de novas perspectivas para o sistema alimentar alternativo, tendo em vista que a segurança e soberania alimentar não será garantida nas cadeias longas de produção, distribuição e consumo, da mesma forma, a conservação da biodiversidade.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA

A experiência de circuitos de proximidade traz em seus princípios a economia solidária frente à economia de mercado capitalista. Segundo Singer (2002) a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. A economia solidária tem suas raízes no cooperativismo que promoveu suas bases materiais, organizacionais e princípios. O cooperativismo teria aparecido fundamentalmente como uma reação aos altos níveis de desemprego e péssimas condições de vida do proletariado já no começo do século XIX.

As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. (SINGER, 2002, p. 1)

Nesse sentido, uma das maiores contribuições para a consolidação da economia solidária veio de uma cooperativa, a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, mais tarde imortalizados por Singer (2002) também como princípios universais do cooperativismo:

1o) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2o) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3o) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4o) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5o) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6o) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7o) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8o) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (SINGER, 2002, p. 39)

Para Singer (2002) para que houvesse uma sociedade mais igualitária seria preciso que a economia pautasse o princípio de solidariedade em vez de competitividade. Para o autor, a competitividade causa efeitos sociais negativos, favorecendo os vencedores, enquanto intensifica as desigualdades sociais, pois a desigualdade e a competição não são naturais, elas

resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção.

Singer (2002) explica que o capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, causando a divisão da sociedade em duas classes, a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe, trazendo como resultado a competição e a desigualdade. O autor postula que a economia solidária é outro modo de produção de potencial democrático para o desenvolvimento econômico e social, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002).

A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10)

Nesse sentido, na economia solidária cada pessoa é fundamental em relação aos demais, existem formas distintas de organização, sendo preciso unir-se para produzir, comercializar e consumir. Singer no livro *Introdução à Economia Solidária* (2002) também apresenta uma visão panorâmica da economia solidária mostrando a história do cooperativismo de consumo, do cooperativismo de crédito, e posteriormente as cooperativas de compras e vendas, as cooperativas de produção e os clubes de troca.

Singer (2002) ainda compara o modo como as organizações são geridas, o que talvez para o autor seja a principal diferença entre economia capitalista e economia solidária: heterogestão x autogestão. No geral, conforme apresentado pelo autor, a heterogestão se baseia na administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo.

Autogestão: é a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas ideias gerais são: fim do assalariamento; organização do trabalho com base na gestão democrática; eliminação da

hierarquia; decisões tomadas por democracia direta (BARBIERI, RUFINO, 2007, p. 17).

O empreendimento solidário é administrado democraticamente, a autoridade maior é a assembleia de todos os sócios que devem adotar as diretrizes a serem cumpridas, ou seja, a autogestão é baseada na democracia, na cooperação e na solidariedade, onde todas as pessoas que participam do empreendimento (associação, cooperativa ou coletivo) são, ao mesmo tempo, trabalhadoras e donas, e cada pessoa opina e decide coletivamente o que é melhor para o grupo.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (SINGER, 2002, p. 21).

Deste modo, a autogestão pode ser entendida como contra hegemônica em relação ao modo de organização do trabalho na sociedade capitalista, mas também como instrumento de educação e conscientização, pois quando se organizam em torno da autogestão ultrapassam as expectativas de subsistência e fomentam práticas democráticas, contrárias a estrutura hierárquica e às desigualdades inerentes do capitalismo. Outro princípio da economia solidária é sobre a remuneração e ao excedente, que são decididos democraticamente de forma transparente e coletiva.

Nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembleia de sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que podem vir a formar cooperativas), outra é posta em fundos de investimento, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, e o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada à cooperativa etc. (SINGER, 2002, p. 14).

No entanto, Singer (2002) ressalta que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção intersticial, ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. O autor explica que muitos cooperados não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva

para poder participar da cooperativa. Incluímos também as chamadas “coopergatos”, terminologia popular, sem respaldo na literatura e que simboliza as falsas cooperativas que não utilizam práticas de autogestão e reforçam a relação de trabalho hierarquizado e de exploração.

Singer (2002) explica que houve uma reinvenção da economia solidária no fim do século XX com o retorno do desemprego em massa, a desindustrialização dos países centrais e subdesenvolvidos, ocasionando a eliminação de muitos postos de trabalho formal, “flexibilizando” direitos trabalhistas e reduzindo salários, assim predominando a instabilidade no emprego e a competição entre os trabalhadores para escapar da demissão.

Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento (SINGER, 2002, p. 110).

Nessa fase de reinvenção o autor afirma que o avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para que permita estabelecer algum processo de autoemancipação. Essa afirmação reforça a ideia de que a construção da economia solidária depende da organização e aplicação efetiva de seus princípios básicos no cotidiano, ultrapassando as expectativas de subsistência e fomentando iniciativas democráticas.

A economia solidária atua em diversas áreas essenciais para a vida, existem empreendimento solidários na cultura, na alimentação, em fábricas recuperadas por trabalhadoras/es, na agricultura orgânica e agroecológica, na reciclagem etc. Vejamos os dados da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2016 que mostra o número de empreendimento de economia solidária (EES) por atividade e sua participação em relação ao total (tabela 02).

Tabela 2 Número de EES por atividade no Brasil e sua participação em relação ao total (2016)

EES por atividade econômica principal

Atividades dos EES	Total	%
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20,1
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Poupança, crédito e/ou finanças solidárias	328	1,7
Total	19.708	100

Fonte: IPEA, 2016, p.35

Portanto, a economia solidária se coloca como uma alternativa à economia capitalista pela mudança da sociedade, partindo da crítica à organização capitalista do trabalho, do mercado e da vida, por uma forma de desenvolvimento baseado nos princípios de comunidade, solidariedade, democracia, cooperação e autonomia.

Mas ela (economia solidária) só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (SINGER, 2002, p. 3)

Vejamos a tabela do IPEA (2016) com os principais movimentos sociais (sindicais e populares) com a participação dos Empreendimentos de Economia Solidária (tabela 03).

Tabela 3 Os principais movimentos sociais com a participação dos EES no Brasil (2016)**Principais movimentos sociais (sindicais e populares) com participação dos EES**

Respostas	Total de EES	%
Movimento sindical urbano ou rural	6.550	33,2
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	4.042	20,5
Movimento popular ou comunitário	3.194	16,2
Movimento religioso ou pastoral	2.619	13,3
Movimento ambientalista/de agroecologia	1.992	10,1
Movimento de mulheres/gênero	1.990	10,1
Movimento cultural	1.607	8,2
Movimento de luta por moradia	1.549	7,9
Movimento de jovens/da juventude	1.268	6,4
Movimento de combate à fome	1.024	5,2
Movimento étnico/racial	818	4,2
Movimento dos catadores	603	3,1
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	299	2,6
Outros movimentos	955	4,8

Fonte: Banco de dados do Sies.

Elaboração dos autores.

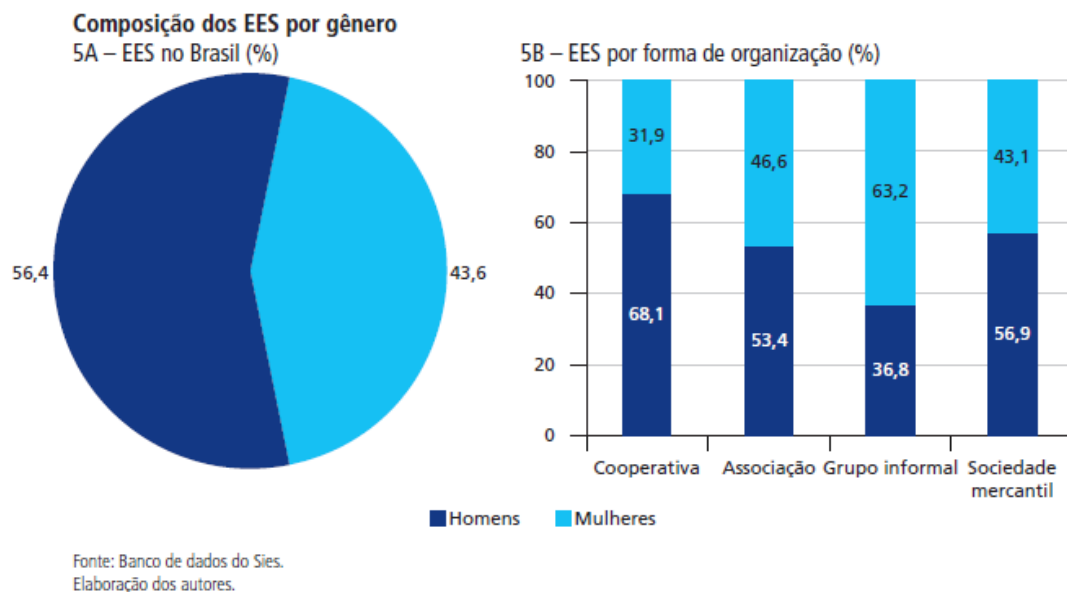
Obs.: Percentual em relação ao total de EES mapeados (19.708).

Fonte: IPEA, 2016, p.36

Ainda nestes dados podemos observar que a participação de 10,1% dos EES formais no movimento de mulheres e de gênero. Podemos questionar a importância das mulheres na construção da economia solidária. Para Nobre (2003) a questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres. No entanto, a participação da mulher nos EES é majoritariamente em grupos menores, informais e intermitentes, podendo ainda não ser reconhecidos como EES.

Segundo os mesmos dados do *Mapeamento de Economia Solidária no Brasil* realizado pelo IPEA (2016), a maioria do quadro social desses EES é do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total) contra 620.258 do sexo feminino (43,6%), com uma média de 41 homens e 32 mulheres por EES. Nesse quesito, as cooperativas e os grupos informais apresentam uma relação inversa: enquanto as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) dentre as formas de organização dos empreendimentos, os grupos informais são os únicos com média superior à de mulheres (63,2%). Vejamos o gráfico 03 abaixo:

Gráfico 03 - Composição dos EES por gênero, 2016-Brasil



Fonte: IPEA, 2016, p. 24

Ainda segundo o mesmo documento, a principal característica constitutiva dos EES considerados como grupos informais é que fíguram em atividade de produção de bens com vistas à oferta de trabalho e à geração de renda primordial dos sócios, mas principalmente como forma de obter rendimentos complementares ou quando a remuneração dos sócios é insuficiente. Também são frequentes nos EES de apoio à atividade produtiva dos sócios, por meio da comercialização ou do uso coletivo de bens e serviços.

As experiências alternativas de geração de renda surgem para as mulheres como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante a propriedade coletiva, e à remuneração; e principalmente como a oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho baseada no companheirismo, na gestão democrática. (NOBRE, 2003, p. 5.)

Para as mulheres ainda é mais difícil participar e acompanhar a dinâmica das iniciativas da economia solidária formalizadas, e também para as mulheres é mais difícil manter as iniciativas informais, visto que há dificuldades no acesso a recursos, ademais na sociedade capitalista patriarcal as mulheres realizam diversas tarefas importantes para a produção da vida (trabalho doméstico e de cuidados), mas que são invisibilizadas e desvalorizadas, dificultando a participação da mulher em diversos espaços.

Ainda que se reconheça ser necessária uma investigação mais precisa sobre as razões para a presença das mulheres se mostrar mais expressiva em grupos com tais características, é possível afirmar que há uma relação entre a ‘necessidade’ que as mulheres enfrentam de conciliar as atividades que desenvolvem nos grupos dos quais participam com as tarefas no âmbito familiar. Afinal, acessar os complexos mecanismos da formalização e gestão econômico-financeira do empreendimento é algo que demanda um tempo do qual ainda não podem dispor (COSTA, 2011, p. 22)

Singer (2002) cita as mulheres na construção do cooperativismo, que promoveu a base para a economia solidária, e destaca a importância das conquistas da *revolução feminina* com o sufrágio universal que possibilitou a prática da democracia política, e da revolução sexual contra a repressão sexual, dentre outras conquistas importantes. Esses avanços antiautoritários e democráticos fazem com que as novas gerações sejam menos reprimidas e passivas que as de seus pais e avós. Tudo isso provavelmente estaria por detrás do surto de autogestão no final do século XX em quase todos os campos de interação social (SINGER, 2002). Ou seja, a revolução feminina teria favorecido o avanço da autogestão em todos os campos.

Ainda assim, a autora Costa (2011) mostra que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária constata que não tem havido, ainda, o encontro entre as propostas trazidas pela economia solidária e as reivindicações das mulheres por mais igualdade de direitos e condições no mundo de trabalho.

Revela-se, assim, que a solidariedade anunciada pela economia solidária vincula-se restritamente a uma noção de classe que aparece (des)sexualizada, alheia à interseção mantida com aspectos de gênero, etnorraciais, geracionais, entre outros, e às influências determinantes das relações exercidas no mundo do trabalho. A preocupação com o fim de uma sociedade desigual anunciada pela economia solidária parece não incluir as mulheres (COSTA, 2011, p 11)

Para Nobre (2003) o debate sobre mulheres e gênero na economia solidária ainda é pequeno frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras. Falta sistematização destas práticas a partir de diferentes visões. Portanto, existe a necessidade de aprofundar o diálogo com o pensamento e o movimento feminista sobre as questões de gênero concomitante com as questões de classe e raça existentes na sociedade, não apenas por conta da participação expressiva da mulher na economia solidária, mas também pelo projeto de

sociedade de potencial democrático para o desenvolvimento econômico e social proposto por ela. A economia solidária pode se fortalecer com a crítica feminista à economia capitalista que se apropria das desigualdades de gênero, raça/etnia para assegurar suas bases de funcionamento (NOBRE, 2003).

Sobre apropriação de renda, o estudo *Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil* (2021), mostra que na apropriação da renda total das famílias por cada um dos grupos demográficos (mulheres negras, mulheres brancas, homens negros e homens brancos) as mulheres negras do país, que representam 26% da população total, ficam com apenas 14,3% da renda nacional. Um montante inferior àquele recebido por apenas os homens brancos do 1% do topo, que se apropriam de 15,3% da renda e representam 0,56% da população total, ou seja, 705 mil homens brancos que fazem parte do 1% mais rico do país têm renda maior que a de todas as mulheres negras adultas juntas, que representam cerca de 33 milhões de pessoas no Brasil (BOTTEGA *et al.*, 2021).

Logo, a economia feminista aparece para somar com a economia solidária, propondo considerar a questão de gênero na economia e colocar a vida no centro das preocupações, ou seja, mudar a centralidade do debate econômico do mercado para a sustentabilidade da vida, somando-se aos importantes princípios trazidos pela economia solidária, exercitando práticas democráticas, autogestionadas e solidárias.

Assim, a economia solidária necessariamente cria contribuições para supressão desses bloqueios, pois desempenha um papel de justiça de proximidade, e esse papel é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza; cria espaços de discussão, reflexão e deliberação coletivas, contribuindo também para redefinir a articulação entre famílias, autoridades públicas, mercado e sociedade; além de proporcionar práticas de reciprocidade entre homens e mulheres, conciliando sua vida familiar e profissional (COSTA, 2011, p 12.)

Para Nobre (2003) os significados de uma abordagem de gênero na economia solidária partem da consideração da posição das mulheres na sociedade e vão até a contribuição do pensamento feminista na construção de um outro paradigma de economia. A economia feminista se apresenta como uma teoria crítica a invisibilidade dada as experiências das

mulheres, de seu trabalho e de sua atuação econômica e social. Mesmo o trabalho de reprodução (trabalho doméstico e de cuidados) sendo fundamental para a humanidade na produção da vida, na sociedade capitalista patriarcal esse trabalho é invisibilizado e tratado com menos importância do que o trabalho de produção, embora faça parte integrante da economia, sem as quais a sociedade capitalista e o mercado de trabalho não poderiam funcionar às custas do trabalho não remunerado das mulheres.

Existe uma relação social específica entre homens e mulheres que organiza a sociedade tanto quanto as relações de classe e raça (NOBRE, 2003). Tal relação social foi construída ao longo dos tempos, estabelecendo uma hierarquia em que o trabalho feito por homens é valorizado em detrimento do trabalho feito por mulheres que é invisibilizado e negado valor econômico. A economia dominante se concentra no processo de produção e circulação de dinheiro, o mercado e o lucro, já os processos de sustentabilidade da vida, que são a base para a sustentação da acumulação capitalista e patriarcal, são invisibilizados.

O fato de que os empregadores e os formuladores das políticas econômicas consideram o trabalho doméstico e de cuidados como externalidades do modelo econômico implica, concretamente, que os custos com a produção do viver recaiam sobre as mulheres, já que não são incorporados nem por quem emprega, nem pelo Estado e, tampouco, pelos homens no ambiente doméstico (NOBRE *et al.*, 2014, p.13)

A economia feminista entende a economia para além do que é medido pelo dinheiro e circula no mercado, considerando as mulheres como agentes econômicos, e seu trabalho, mesmo o não remunerado, como economicamente relevante. Traz o debate do reconhecimento do trabalho, da contribuição econômica e dos conhecimentos que as mulheres detêm, ou seja, o reconhecimento de sua relevância e atuação na produção social da vida, o que implica sair de uma lógica de mercantilização da vida para uma lógica de bem estar da sociedade. Deste modo, o que está em jogo é a proposta de um novo paradigma orientador para a sociedade, que não enfoque os ganhos e lucros privados e a economia de mercado, mas traga para o centro da discussão a preocupação com a vida das pessoas e o bem-estar humano (NOBRE *et al.*, 2014, p.13).

Outro aspecto da economia feminista é a crítica sobre a divisão sexual do trabalho que separa o que é trabalho de homem e de mulher, responsabilizando a mulher pelos cuidados de reprodução relacionados aos cuidados da casa e da família, onde seu trabalho é invisível, privado, não reconhecido, não valorizado e normalmente não remunerado ou mal pago e para os homens as atividades produtivas relacionadas à produção de mercadorias e bens de consumo, onde seu trabalho é visível, público, reconhecido, valorizado e remunerado.

A divisão sexual do trabalho, determinada histórica e culturalmente, não apenas destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como também atrela os primeiros às funções de maior valor social. Assim, esse conceito se baseia em dois princípios: o da separação (trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquia (os trabalhos de homens são mais valorizados socialmente) (FREITAS, SILVEIRA, 2007, p.10)

Segundo o IBGE em seu estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* (2021), as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas). Embora na Região Sudeste as mulheres dedicassem mais horas a estas atividades (22,1 horas), a maior desigualdade se encontrava na Região Nordeste. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. Para os homens, contudo, o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça ou região.

Ainda segundo o IBGE (2021), entre as mulheres, também há diferenças marcantes por rendimento domiciliar per capita, com uma média maior de horas trabalhadas nas atividades de cuidados e afazeres domésticos entre aquelas que fazem parte dos 20% da população com os menores rendimentos (24,1 horas) em comparação com as que se encontram nos 20% com os maiores rendimentos (18,2 horas). A renda gera desigualdades entre as mulheres na realização do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, pois permite acesso diferenciado a esses serviços, por exemplo a serviço de creches e à contratação de trabalho doméstico remunerado, que na maioria das vezes é realizado por mulheres de baixa renda pretas ou pardas, possibilitando a realização do trabalho profissional das mulheres de renda maior, que na maioria das vezes são mulheres brancas.

Outro elemento básico na economia feminista é de que a autonomia econômica é central para garantia da autonomia das mulheres sobre sua sexualidade, comportamento e de maior atuação nas esferas públicas e como condição de vida livre de violência. Segundo os dados do Atlas da Violência (2021), em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, sendo 66% negras. Ainda, 33,3% do total de homicídios de mulheres registrados em 2019 (1.246) ocorreram dentro de casa, em decorrência de violência doméstica ou familiar.

A economia feminista também mostra que as mulheres estão ao mesmo tempo nas atividades de produção e de reprodução, enfrentando a dupla jornada de trabalho com a responsabilidade pelos cuidados da casa e da família e no mercado de trabalho. No mercado de trabalho, na maioria das vezes as mulheres são desvalorizadas, por exemplo, em relação às desigualdades salariais. Em 2019, as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens (IBGE, 2021). A participação das mulheres no mercado de trabalho é, de certa forma, restrita a alguns segmentos profissionais, embora se veja um crescimento da força de trabalho feminina em algumas áreas antes não ocupadas por elas (FREITAS, SILVERIA, 2007). As profissões com público maior de mulheres são voltadas em sua maioria aos cuidados e bem-estar, professoras, assistente social, enfermeira, merendeira, por exemplo.

A divisão sexual do trabalho esteve historicamente presente nas sociedades. Uma série de transformações ocorreu ao longo dos séculos, mas a hierarquia dos papéis, nas relações estabelecidas entre homens e mulheres e no campo do trabalho, manteve-se, e a incorporação da mulher no mercado de trabalho não trouxe consigo a igualdade entre os sexos. Ao contrário, as relações assimétricas existentes foram ganhando nova configuração, tendo no mercado de trabalho um favorecedor de sua permanência (FREITAS, SILVERIA, 2007, p.16)

Segundo o IBGE (2021) em 2019, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade que está na força de trabalho, ou seja, trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar, foi de 54,5%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,7%, uma diferença de 19,2 pontos percentuais. As atividades realizadas na esfera doméstica, assim como o cuidado com os filhos, aparecem como condicionantes à participação das mulheres nesse mercado, pois essas tarefas continuam sendo consideradas responsabilidades delas (SILVERIA; FREITAS, 2007).

Ainda segundo o IBGE (2021) o indicador Nível de ocupação das pessoas de 25 a 49 anos (CMIG 15) mostra que a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio é uma característica importante na determinação da ocupação das mulheres no mercado de trabalho. Entre aquelas que possuem crianças nesse grupo etário, a proporção de ocupadas em relação à PIT é de 54,6%, abaixo dos 67,2% daquelas que não possuem. O nível de ocupação dos homens é superior ao das mulheres em ambas as situações, sendo inclusive maior entre os homens com crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio, situação em que a diferença para as mulheres chegou a 34,6 pontos percentuais em 2019. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação – menos de 50% em 2019 –, ao passo que, entre as mulheres brancas, a proporção foi de 62,6%. Para aquelas sem a presença de crianças nesta faixa etária, os percentuais foram de, respectivamente, 63,0% e 72,8%. Nesse sentido, a maternidade aparece como um obstáculo à continuidade da carreira feminina, a qual é marcada por descontinuidades normalmente ligadas aos filhos e ao lar (SILVEIRA; FREITAS, 2007).

Dessa forma, a economia feminista se propõe questionar a sobrecarga de trabalho das mulheres e considerar como se organiza o trabalho entre os homens e as mulheres. Convém revisar e revitalizar essas práticas e a capacidade que as feministas tiveram no passado de identificar o trabalho reprodutivo como uma esfera importante da atividade humana – não para negá-lo, mas sim para revolucioná-lo (FEDERICI, 2014). A visibilidade do trabalho das mulheres, da esfera da reprodução, os condicionantes à participação das mulheres no mercado de trabalho e a crítica à economia capitalista e sua vertente neoliberal, são todos pontos de vista compartilhados com a teoria econômica feminista (NOBRE, 2003).

Conforme ressalta Reed (2008), historicamente a mulher é considerada como inferior, frágil e incapaz de se autogerir sendo subordinada ao patriarcado, mas nem sempre foi assim. Vertentes da antropologia ou os estudos de pré-história mostram que as mulheres foram as responsáveis pela produção de alimentos, que se inicia com a agricultura e a domesticação dos animais, proporcionando as bases iniciais para a produção e a ciência. Segundo Reed (2008) a degradação das mulheres coincide com a destruição do clã comunitário e sua substituição pela sociedade dividida em classe e suas instituições: a família patriarcal, a propriedade privada e o Estado. Sua dominação, inferiorização e invisibilidade foi construída historicamente com o processo de surgimento do excedente e da propriedade privada, surgindo então o patriarcado, que atribuiu ao homem o poder sobre a vida das mulheres, evidenciando a existência de uma forte estrutura hierárquica na construção de relações de

gênero. Foram muitos séculos para que os homens proprietários conseguissem colocar na invisibilidade o trabalho e a importância das mulheres para a humanidade, sendo o seu auge o advento do capitalismo. Este processo não se deu sem a resistência e luta das mulheres contra sua submissão, invisibilidade e inferioridade frente aos homens. No entanto, o capitalismo, o patriarcado e o racismo consolidaram um pacto visando o lucro e o fortalecimento do poder do homem na sociedade.

Do ponto de vista da soberania alimentar e da agroecologia, as mulheres são essenciais quanto à produção e ao consumo de alimentos, pois historicamente são as principais responsáveis pela biodiversidade na produção, pela guarda e troca de sementes e por garantir o cuidado e o bem-estar familiar. Nos espaços rurais, de acordo com Nobre *et al.*, (2014), são elas que cultivam os alimentos para o consumo da família nos quintais e roças. Nos espaços urbanos, elas também cumprem um papel fundamental na alimentação, ao comprar os produtos, cozinhar e alimentar os membros da família (NOBRE *et al.*, 20014).

A produção de alimentos nas cidades também envolve muitas mulheres, as quais correspondem à maioria das pessoas que praticam agricultura urbana e periurbana. O fato de produzirem alimentos em áreas extremamente reduzidas, ou mesmo em latas, baldes ou pneus, as coloca na linha de frente da disputa com a especulação imobiliária por áreas verdes de uso múltiplo e pelo acesso à água que não seja contaminada e que não envolva preços exorbitantes. (NOBRE, IYUZUKA, 2014, p 3.)

As mulheres e os movimentos feministas, como por exemplo a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas (maior marcha de mulheres da América Latina na luta por direitos) estão na linha de frente na defesa da agroecologia e da natureza contra as corporações transnacionais na mercantilização e no controle das sementes, da água, do território, contra a produção de ultra processados, por alimentação adequada, contra as relações patriarcais no controle de seus corpos e suas vidas, pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade, em defesa da soberania e democracia e contra a lógica capitalista de mercado e de controle das grandes corporações, colocando no centro do debate a vida. A organização e luta das mulheres brasileiras por igualdade de gênero e direitos em geral fez o Brasil ser o primeiro país da América Latina a abordar a questão do direito feminino à terra em sua constituição, por exemplo, dentre outros direitos importantes.

A autora Silvia Federici (2014) aborda uma perspectiva feminista dos Comuns, enfatizando os caminhos comunitários, de cooperação e responsabilidade. A autora expõe que uma perspectiva feminista do Comum é fundamental. Ela começa com o reconhecimento de que as mulheres, como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, tanto histórica como atualmente, dependem mais que os homens do acesso aos recursos comuns, e estão mais comprometidas com sua defesa (FEDERICI, 2014).

A autora propõe incluir na agenda política a partilha e a coletivização do trabalho doméstico a partir das experiências coletivas, do conhecimento e das lutas que as mulheres acumularam. Também ressalta a forma como o neoliberalismo tenta subordinar as formas de vida e de conhecimento à lógica mercantil. Aborda a questão da globalização que piorou a crise e aumentou a distância entre a produção e o consumo alienado, diversos processos e conhecimentos coletivos. Para a autora, o fortalecimento de comunidades e a gestão coletiva, ou seja, o pertencimento ao coletivo é essencial para romper com o capitalismo. Federici (2014) propõe uma nova reconstrução a partir da perspectiva feminista dos Comuns, que apresenta as bases para o desenvolvimento de novas formas de reprodução social.

De fato, se o comum tem algum sentido, este deve ser a produção de nós mesmos como sujeito comum. Esse é o significado que devemos obter do slogan “não há comuns sem comunidade” [...] Comunidade entendida como um tipo de relação baseada nos princípios de cooperação e de responsabilidade: entre uns e outros e em relação às terras, às florestas, aos mares e aos animais. É certo que a conquista desse tipo de comunidade, como também a coletivização do nosso trabalho reprodutivo cotidiano, é só um começo [...] Mas constitui uma parte essencial do processo da nossa educação para a gestão coletiva e para o reconhecimento da história como um projeto coletivo – principal vítima da era neoliberal capitalista (FEDERICI, 2014, p. 154).

Silvia Federici (2014) também apresenta experiências em países como Peru, Chile, Brasil, Índia e continente Africano, em que comunidades de mulheres recriaram modos de vida coletivos que sobrevivem até hoje, produzem parte significativa de alimentos que a população consome em terrenos baldios, têm lutado para recuperar as matas degradadas e proteger as árvores, unindo esforços para expulsar os madeireiros e bloquear operações de mineração e de construção de represas, formam associações de crédito que funcionam com o

dinheiro como bem comum, também preparam os alimentos em cozinhas comunitárias, dentre outras experiências. Reforçando que desta vez, são as mulheres que devem construir os novos comuns, para que eles não constituam meros espaços de transição ou zonas temporalmente autônomas, mas que se desenvolvam plenamente como novas formas de reprodução social. O acesso a alimentos agroecológicos pela população trabalhadora e periférica mobiliza grupos de consumo solidário que envolvem muitas mulheres (Nobre, 2014).

Talvez a proposta de uma economia feminista dos comuns seja a versão na qual ressurgem na sociedade atual, as preocupações do cooperativismo e da economia solidária, com as modificações necessárias para dar conta das realidades sem invisibilizar as mulheres.

4 REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS: CIRCUITOS DE PROXIMIDADE ATRAVÉS DOS GRUPOS DE CONSUMO RESPONSÁVEL

Conforme apresentado, o modelo agroalimentar hegemônico gera diversos impactos na produção, na distribuição e no consumo. Por exemplo, a dificuldade no acesso a alimentos de qualidade e danos à cultura e a diversidade na produção e no consumo alimentar, gerando crises ambientais e alimentares, assim como conflitos pela terra, mudanças climáticas, controle de sementes, contaminação dos solos e das águas pelo uso intensivo de agrotóxico.

Adicionalmente, este modelo de produção e distribuição de alimentos gera impactos e desigualdades aos camponeses e aos trabalhadores da cidade (consumidores), visto que, o regime alimentar corporativo com suas redes varejistas transnacionais e seus monopólios privilegia os grandes produtores do agronegócio, capazes de atender às exigências de padrões de produção homogêneos, a escala e especialização imposto por essas corporações varejistas, também conta com incentivos agrícolas e crédito e isenção fiscal pelo Estado. Tal fato causa a exclusão dos agricultores familiares que não respondem a tais exigências e acabam por ficar à margem desses processos (PLOEG, 2008).

Os mercados exercem pressão sobre as formas de organização produtiva e comercial na agricultura familiar. Isto muitas vezes gera exclusão e seletividades, permanecendo apenas aqueles que se adequam às exigências dos mercados, porém, em outros casos geram resistências e novas formas de organização, por exemplo, por meio de processos associativos e cooperativos. (ROVER; RIEPE, 2016, p. 664)

O regime alimentar corporativo com suas redes varejistas transnacionais controla e realiza cadeias cada vez mais longas e restritas de distribuição. Na relação de comercialização capitalista a figura de vários atravessadores é central, gerando um aumento de preço dos alimentos para a população e aprofundando a alienação do trabalhador/consumidor sobre a cadeia produtiva, ou seja, alienação sobre onde, por quem e como o alimento consumido foi produzido, também dificulta muito os camponeses acessarem os mercados.

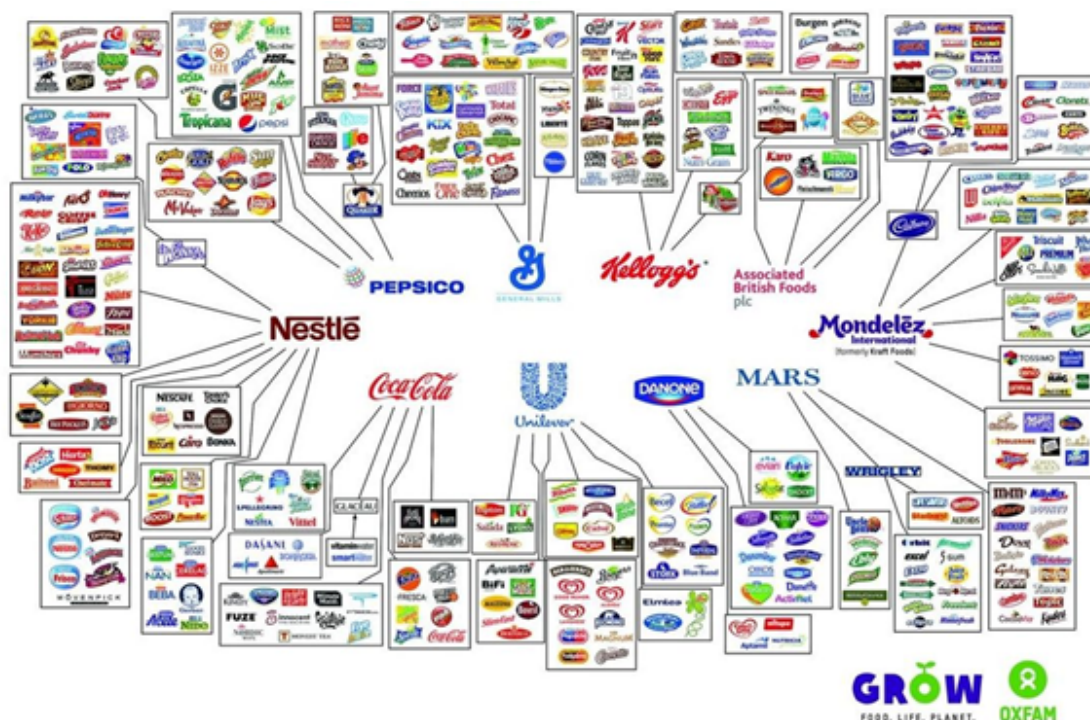
Os circuitos longos de comercialização de alimentos permitem que intermediários se beneficiem da maior parte do valor gerado com a comercialização [...] Estes circuitos longos estão também associados a um maior custo energético, especialmente devido ao consumo de combustíveis

de origem fóssil em viagens de longa distância, com efeito negativo sobre o meio ambiente e na saúde da população (ROVER; RIEPE, 2016, p. 666)

A Oxfam Internacional (2013), publicou em sua pesquisa “Por trás das marcas: Justiça alimentar e as “10 Grandes” empresas de alimentos e bebidas”, as 10 empresas que controlam o mercado alimentício no mundo, mostrando que embora o número de produtos faça parecer que os consumidores têm muita escolha, a realidade é que a maior parte de tudo que está nas prateleiras é produzido por poucas empresas. A pesquisa ainda mostra que essa consolidação do mercado dificultou o rastreamento pelos consumidores de quem produz o quê e de quais são os “valores” por trás de uma marca (OXFAM, 2013). Além disso, ressalta que os já vulneráveis agricultores familiares e produtores de pequena escala têm agora um número menor de compradores para seus produtos, o que fragiliza sua capacidade de barganha e os deixa com menor poder diante os atravessadores e seus preços.

A pesquisa (OXFAM, 2013) também evidencia que, devido à complexidade atual do sistema alimentar global, as próprias empresas de alimentos e bebidas pouco sabem sobre suas próprias cadeias de fornecimento. Onde um determinado produto é cultivado e processado, por quem e em que condições são perguntas que poucas empresas respondem com precisão e cuja resposta raramente compartilham com consumidores. A Oxfam (2013) escolheu essas 10 empresas porque elas tiveram as receitas mais altas do planeta, geram receitas diárias de mais de US \$1,1 bilhão. A figura 4 mostra quais marcas pertencem à qual grande empresa de alimentos e bebidas:

Figura 4: As 10 empresas que controlam o mercado alimentício no mundo



Fonte: Joki Gauthier, para a Oxfam 2012; 2013.

Outra característica destes circuitos longos corporativos é quanto maior o deslocamento dos alimentos, maiores são as perdas e o desperdício (Brasil, 2014). Segundo relatório da FAO (2011), no âmbito mundial, entre um quarto e um terço dos alimentos produzidos anualmente para o consumo humano, se perde ou é desperdiçado. Isso equivale a cerca de 1,300 bilhões de toneladas de alimentos. A FAO calcula que esses alimentos seriam suficientes para alimentar dois bilhões de pessoas. As perdas se referem às fases de produção, pós-colheita, armazenamento e transporte. A FAO (2011) estima que 6% das perdas mundiais de alimentos se dão na América Latina e no Caribe e a cada ano a região perde e/ou desperdiça cerca de 15% dos alimentos disponíveis. Segundo a FAO (2011), as perdas e desperdícios têm grande impacto na sustentabilidade dos sistemas alimentares, reduzem a disponibilidade local e mundial de alimentos, geram menores recursos para os produtores e aumentam os preços para os consumidores. Além disso, tem um efeito negativo sobre o meio ambiente devido à utilização não sustentável dos recursos naturais.

Ademais, é nestes grandes mercados varejistas, ou circuitos longos, onde se vende a maior parte dos alimentos ultraprocessados e com resíduos de agrotóxicos, baseados em açúcares, gorduras, sódio, aditivos químicos e cada vez mais restritos a poucas culturas como

soja e milho, resultando num quadro de agravo da saúde da população, refêm das doenças crônicas como diabetes, hipertensão, obesidade e cânceres. Essas doenças crônicas estão na lista do grupo de comorbidades que aumentam o risco de agravamento do quadro do paciente que está com covid-19, por exemplo. A estimativa global dos casos de obesidade e o sobrepeso da população era de US\$1,4 bilhões (FAO, 2013). Por exemplo, nos Estados Unidos a obesidade afeta, principalmente, a população afroamericana (36%) e latina (29%), que são os mais pobres (ESTEVE, 2017). Vale destacar que desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Um índice alarmante, visto que consome cerca de 20% de todo o agrotóxico comercializado globalmente, o que equivale a um quinto do total (SANTOS, GLASS 2018). Segundo o mesmo relatório, o consumo de agrotóxicos passou de 170.000 toneladas em 2000 para 500.000 toneladas em 2014, um aumento de 135%.

O regime alimentar corporativo com suas redes varejistas transnacionais é tão poderoso que suas decisões corporativas podem afetar diretamente a dieta e saúde da população e também a agricultura camponesa, assim como o meio ambiente.

As consequências desse fenômeno são diversas, afetando não só o aumento da volatilidade dos preços dos alimentos, mas também questões como soberania e segurança alimentar; saúde pública, sanidade e qualidade nutricional; sociobiodiversidade e preservação do patrimônio natural e cultural; e sobrevivência dos agricultores familiares e das comunidades rurais, com suas práticas, costumes e saberes alimentares tradicionais. (NIEDERLE, 2013, p. 5)

De maneira oposta, outras formas de produção e abastecimento popular é possível com a agricultura camponesa que oferece a base da alimentação da população brasileira, que deve ser baseada em uma grande variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados, como por exemplo: frutas, legumes, grãos, entre outros, conforme recomenda o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014). O guia se constitui como instrumento para apoiar e incentivar práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo, bem como para subsidiar políticas, programas e ações que visem a incentivar, apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2014), por isso se mostra um instrumento muito importante para a segurança e soberania alimentar.

Ainda, o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) ressalta os cinco princípios que orientaram a sua elaboração, sendo:

Quadro 5: Os 5 princípios que orientam o Guia alimentar Brasileiro

Os cinco princípios que orientaram a elaboração do Guia Alimentar para a População Brasileira	Alimentação é mais que ingestão de nutrientes
	Alimentação diz respeito à ingestão de nutrientes, como também aos alimentos que contêm e fornecem os nutrientes, a como alimentos são combinados entre si e preparados, a características do modo de comer e às dimensões culturais e sociais das práticas alimentares. Todos esses aspectos influenciam a saúde e o bem-estar.
Recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo	Alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável
Recomendações feitas por guias alimentares devem levar em conta o cenário da evolução da alimentação e das condições de saúde da população.	Recomendações sobre alimentação devem levar em conta o impacto das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade no ambiente.
Diferentes saberes geram o conhecimento para a formulação de guias alimentares	Guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentares
Em face das várias dimensões da alimentação e da complexa relação entre essas dimensões e a saúde e o bem-estar das pessoas, o conhecimento necessário para elaborar recomendações sobre alimentação é gerado por diferentes saberes.	O acesso a informações confiáveis sobre características e determinantes da alimentação adequada e saudável contribui para que pessoas, famílias e comunidades ampliem a autonomia para fazer escolhas alimentares e para que exijam o cumprimento do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Fonte: Guia Alimentar para a população Brasileira, 2014, p. 23

O guia, inclusive, recomenda que o consumo de alimentos ultraprocessados deve ser evitado, pois têm composição nutricional desbalanceada e favorecem o consumo excessivo de calorias (BRASIL, 2014). Segundo IBGE (POF, 2017-2018), cerca de metade (49,5%) das calorias totais disponíveis para consumo nos domicílios brasileiros provinham de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Já 22,3% vinha de ingredientes culinários processados, 9,8% de alimentos processados e 18,4% de alimentos ultraprocessados. A pesquisa mostra, também, que a aquisição de alimentos ultraprocessados é o dobro no meio urbano do que no meio rural (11,3% e 19,8% contra 5,5% e 10,7%).

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2021) apresentou uma pesquisa mostrando que diversos alimentos ultraprocessados consumidos pela população brasileira também contêm agrotóxicos. Esta pesquisa analisou, 27 produtos, divididos entre 8 categorias de alimentos e bebidas e verificaram que: 6 categorias continham resíduos de agrotóxicos, 16 (59,3%) dos produtos analisados apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxicos, 14 (51,8%) apresentavam resíduos de glifosato ou glufosinato, e todos os produtos analisados que tinham trigo como ingrediente continham agrotóxicos, os agrotóxicos detectados e quantificados foram: Carbendazim, Carbendazim (MBC) e benomil, CialotrinaLambda, Cipermetrina, Clorpirifós, Clorpirifós-metílico, Bifentrina, Deltametrina, Fenitrothion, Glifosato, Glufosinato, Malationa e Pirimifós-metílico (IDEC, 2021).

Os dados da pesquisa IDEC e as recomendações do Guia alimentar demonstram que estruturas de abastecimento do regime agroalimentar corporativo são os principais responsáveis pela venda e consumo de alimentos ultraprocessados nocivos à saúde da população. A mesma população que se concentrou nas cidades está crescentemente informada e sendo problematizada quanto aos riscos envolvidos no consumo de alimentos ultraprocessados, com uso indiscriminado de aditivos, conservantes, agrotóxicos, transgênicos etc. (ROVER *et al.*, 2021). Dessa forma, os circuitos alimentares alternativos estão sendo construídos em oposição aos regimes alimentares homogêneos, modificando a forma de pensar, se organizar, produzir e se alimentar.

4.1 Circuitos Alimentares Alternativos

Os camponeses resistem ao modelo agroalimentar vigente, avançando na produção de alimentos agroecológicos para a humanidade, reforçando a função social da terra, e redes, coletivos e espaços de comercialização são construídos com o objetivo do abastecimento popular e de tirar o atravessador, dar mais autonomia, renda e fortalecer o campesinato, suas comunidades e territórios, democratizar o acesso a alimentação saudável a preços acessíveis, principalmente para a população de baixa renda que vive nas periferias, e diminuir o impacto ambiental com técnicas de manejo ancestrais. Tais sujeitos têm nesse processo e no produto uma tecnologia sócio territorial, que trouxe uma solução alimentar e de geração de renda para eles e é, atualmente, um elemento fundamental na luta pela resistência comunitária. (SANSOLO *et al.*, 2021)

Mediante o encurtamento da cadeia, o campesinato pode oferecer alimentos a um preço mais acessível ao trabalhador (consumidor) e garantir um valor maior de seu alimento, possibilitando melhoria das condições de vida, autonomia e empoderamento da comunidade, também fortalece a relação campo-cidade quanto ao planejamento e controle da produção, luta pelo território e por soberania e consequentemente o fortalecimento das organizações. Em outras palavras, busca alternativas de resistência contra o modelo agroalimentar hegemônico. A lógica da técnica que desconsidera as relações preexistentes em determinados territórios, sejam elas de ordem social, cultural ou natural, é a forma hegemônica de territorializar subordinando o lugar ao mundo. (SANSOLO *et al.*, 2021)

Estas formas dominantes de produção e mercado agroalimentar vêm sendo alvo de muitas críticas, de um lado, pelas externalidades sociais e econômicas evidenciadas na exclusão de ampla base social da produção de alimentos e, de outro, pelos questionamentos acerca da degradação ambiental e dos impactos à saúde dos consumidores e produtores destes alimentos. Em face disso, têm ganhado força as abordagens que apontam para redes agroalimentares alternativas, seja no campo da produção, distribuição ou do consumo, muitas das quais se articulam em torno da abordagem agroecológica (ROVER; RIEPE, 2016, p. 666).

Existem experiências de movimentos sociais e de políticas públicas voltadas a sistemas alimentares alternativos locais, regionais e/ou nacionais que pensam diferentes formas de produção e abastecimento de alimentos camponeses, bem como formas de comercialização e consumo crítico desses alimentos, que aproximam camponeses e trabalhadores da cidade (consumidores). Tais experiências comunitárias estão presentes nos territórios e nas relações sociais produzidas em torno de práticas e concepções contra hegemônicas, que chamaremos de tecnologia socioterritorial. (SANSOLO *et al*, 2021). A aproximação social e as experiências comunitárias na produção e abastecimento de alimentos envolvem aspectos geográficos, culturais, sociais/relacionais e ambientais, também retiram os intermediários e as redes varejistas do centro dessa relação, fortalecendo os territórios.

O que se apresenta como elemento central na definição de tecnologia socioterritorial é, portanto, a correlação entre a produção material e imaterial que se realiza em condições comunitárias específicas, em territórios, definindo a sua territorialidade. Pode haver nesses territórios a reprodução de saberes e a articulação de novos saberes. É nesse sentido que se consolidam como tecnologias socioterritoriais, pois se realizam com base no território e nas relações sociais de produção específicas. (SANSOLO *et al*, 2021, p.108)

Tais iniciativas estimulam a segurança e soberania alimentar, fortalece a troca de conhecimento, o processo organizativo e o desenvolvimento das comunidades, bem como de seus territórios, também fortalece a agricultura camponesa, valorizando saberes ancestrais, incorporando novas dinâmicas socioeconômicas nos territórios e proporcionando a democratização ao acesso à alimentação saudável e adequada, assim como vão além das questões nutricionais da comida, abordando as questões que envolvem o ato político de comer e as dimensões globais e locais que abrangem a alimentação.

No tempo/espço atual, as tecnologias sociais combinam herança e inovação, reafirmando a importância do conhecimento tradicional, mas em diálogo com novos conhecimentos produzidos em comunidade; assim, ressignifica-se a função da tecnologia social como estratégia de luta pela soberania alimentar e, em última análise, pelo empoderamento dos territórios contra-hegemônicos. Portanto, compreende-se que as tecnologias socioterritoriais voltadas à soberania e à segurança alimentar estão enraizadas nos territórios como instrumentos de luta política. (SANSOLO *et al*, 2021, p.109)

De acordo com Goodman (2003); Deverre (2010); Lamine (2010), conforme citado por Darolt *et al*. (2016, p. 2), para esses autores as redes alternativas podem contribuir para uma transformação das relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares, incluindo um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo (a noção de autonomia). Essas novas formas de comercialização buscam promover o desenvolvimento local e a segurança alimentar, respeitando a cultura, as tradições, a biodiversidade e fortalecendo a autonomia do agricultor. (DAROLT *et al*, 2016).

Segundo Santos *et al*. (2009), conforme citado por Rover *et al*. (2016), salientam que a distribuição de alimentos, geralmente na forma de comercialização direta, tem gerado experiências que resgatam a histórica relação entre comunidades rurais e agrupamentos urbanos próximos, recuperando assim a cooperação entre diferentes grupos e atividades humanas. Para Darolt (2013), é possível que a aproximação da comunidade rural e urbana colabore com o fortalecimento da comercialização de produtos locais de forma direta, o qual é um modelo de consumo alimentar ecologicamente correto e milenar, podendo ser esta a melhor forma de reconectar produtores e consumidores, impulsionando assim o desenvolvimento local. Talvez a principal tecnologia socioterritorial seja a articulação comunitária e as diferentes formas de unir as lutas dos povos e comunidades tradicionais e do campo, tais como fóruns, redes, feiras de trocas de sementes, entre outros. (SANSOLO *et al*, 2021)

Nesse sentido, as redes alternativas propõem novos princípios de troca, realocação dos alimentos, retomam valores, tradições e novos tipos de relações entre produtores e consumidores (DAROLT *et al*., 2016). A construção de redes alternativas passou a ser o foco privilegiado da atenção de grupos sociais propondo que as pessoas, as famílias, as comunidades, os territórios e o próprio Estado reassumam a responsabilidade pelas práticas de

produção, distribuição e consumo (NIEDERLE, 2013, p. 5). Atualmente, o crescimento de um conjunto de novos mercados é a expressão das estratégias que permitem a esses grupos retomar o direito de decisão soberana sobre o tipo de alimentação e de vida que valorizam (NIEDERLE, 2013, p. 5).

Para Niederle (2013), a pesquisa de Darolt *et al.* (2016) “Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil” consegue demonstrar como esses novos mercados convergem para uma transformação das relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares, conferindo um maior peso e participação de consumidores e produtores, também, demonstra como o processo de construção de mercados favorece o aprendizado de novas práticas democráticas que se tornam fontes de empoderamento e formação de consumidores politizados.

Segundo Lamine (2012), conforme citação de Darolt *et al.* (2016, p. 3), a autora considera que para garantir uma transição ecológica para sistemas alimentares mais sustentáveis deve-se buscar mais do que a participação de produtores e consumidores, e considerar a rede de atores e instituições em um sentido amplo com envolvimento de outros atores da cadeia alimentar, como a extensão rural, a pesquisa, o ensino, a sociedade civil e o poder público.

A opção pela agroecologia e pelo desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos é indispensável para pavimentar o caminho que permitirá o acesso de todos a alimentos de qualidade (MEIRELLES, 2004). A agroecologia, assim, torna-se um componente-chave para a construção de redes agroalimentares alternativas (ROVER, 2016). Para Perez-Cassarino *et al.* (2013), conforme citado por Rover (2016), a agroecologia gera condições para o enfrentamento dos padrões hegemônicos do sistema agroalimentar.

Os movimentos sociais em prol das agriculturas de base ecológica no mundo têm compartilhado ideais muito semelhantes com um significado político forte que permite, em certa medida, readequar a produção para sistemas mais sustentáveis e repensar dietas e hábitos alimentares, reforçando laços entre áreas rurais e urbanas. (DAROLT *et al.*, 2016, p. 7)

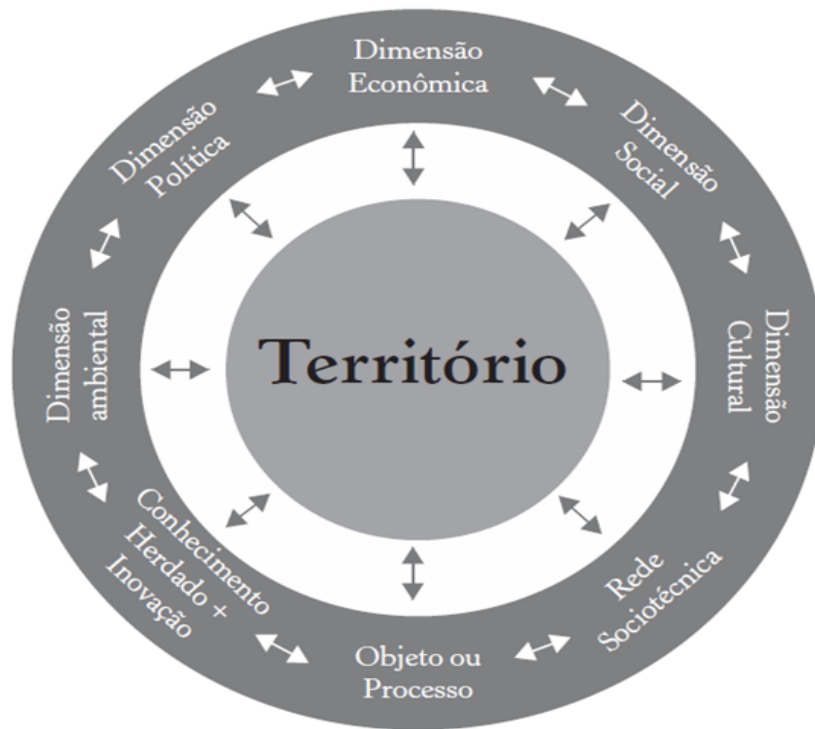
Assim, conhecer as alternativas de abastecimento alimentar e suas tecnologias socioterritoriais entre camponeses e trabalhadores (consumidores) vinculados ao território em

torno da compra direta, bem como o abastecimento e consumo de alimentos de base agroecológica é de extrema importância.

A tecnologia socioterritorial é coletivamente construída e apropriada. A construção inovadora de territórios implica a oposição a perspectivas patriarcais, a valorização do conhecimento dos mais velhos e o respeito às necessidades dos mais jovens. Implica também a distribuição equitativa e transparente dos benefícios (inclusive de renda) e das soluções trazidas pela tecnologia social. Respeita e valoriza as raízes culturais. Os ressignificados atuais da cultura ancestral são um manancial de conhecimentos para o diálogo intercultural, que acolhe e adapta os novos conhecimentos às necessidades e características de cada comunidade. (SANSOLO *et al*, 2021, p. 109)

Para Sansolo *et al* (2021) as tecnologias socioterritoriais, como resultado de um diálogo de saberes, se fortalecem quando são acolhidas e potencializadas por um sistema de redes. Portanto, resultam de um conjunto de fatores territorializados e, portanto, embora possam ser analisadas separadamente, não são setores do território, mas compõem de forma integrada o processo de territorialização. (SANSOLO *et al*, 2021). Sansolo *et al* (2021) apresenta o seguinte esquema conceitual de tecnologias socioterritoriais (figura 06).

Figura 6 - Esquema conceitual de tecnologias socioterritoriais



Fonte: SAN SOLO, JUSTO, SCHIAVINATTO, VILLANI, FERNANDES. Tecnologias Socioterritoriais, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2021, p. 110

Os autores Rover e Darolt (2021) apresentam as características e padrões distintivos entre o sistema agroalimentar convencional e elementos do que chamam de redes agroalimentares alternativas ou cidadãs (Quadro 07).

Quadro 7 - Principais produtos com alta demanda para a comercialização em rede

Características e categorias de análise	Sistema agroalimentar convencional	Redes agroalimentares alternativas ou cidadãs
Canais de Vendas e relação com intermediários	Canais longos / maior número de intermediários e atravessadores	Canais curtos / venda direta ou no máximo um intermediário "engajado" no processo
Distância e relação com consumidores	Afastamento entre produção e consumo (espacial, informacional e relacional) / menor conexão produtor-consumidor	Proximidade / identidade territorial/ informação da origem, produtor, sistema produtivo/ maior conexão entre produtores e consumidores
Gestão	Gestão por contratos / Cooperativismo industrial / integração vertical	Autogestão / maior participação / intercooperação / circuitos de comercialização em redes
Escala Saudabilidade Padrão de consumo Produtos Embalagens	Mercado global, commodities / grande escala / grande presença de produtos processados e ultraprocessados/ baixa saudabilidade/ consumo de massa/ grande uso de embalagens plásticas	Mercados locais / escala ajustada aos contextos territoriais/ produtos da época/ foco em produtos mais saudáveis / artesanais / coloniais / <i>in natura</i> ou minimamente processados/ consumo consciente/ qualidade biológica / redução de embalagens (produtos a granel)
Qualidade	Padronização/ especialização/ visão de produto (aparência, tamanho, durabilidade)	Diferenciação/ visão de processo (qualidade biológica, frescor, sabor, gastronomia) / segurança alimentar
Relações e valores entre atores	Relações impessoais, foco na compra e venda / competição / anonimato dos produtores	Construções sociais / resgate de valores, tradições, modos de vida/ confiança/ solidariedade / transparência / democracia alimentar
Preços Autonomia Dependência Perdas Risco	Preços baixos – intermediários e empresas comercializadoras ficam com a maior parte do valor do alimento/ concorrência / menor autonomia / maior dependência do sistema/ perdas e desperdícios/ maior risco para produtor	Busca de preços justos – valorização dos agricultores/ cooperação social / maior autonomia / interdependência e inter-relação entre atores/ menor perda de produtos / riscos são mais controlados para o produtor
Logística	Adaptada para larga escala e especialização de produtos e processos	Em construção quanto a infraestrutura e processos. Complexa pela diversidade de produtos, produtores e situações de abastecimento
Sistemas de produção predominantes Agrobiodiversidade Tipos de agricultores	Convencional / industrial / empresarial Baixa agrobiodiversidade Agricultores inseridos em cadeias bem definidas e agricultores familiares consolidados	Orgânico / agroecológico/ agricultura familiar (AF) Maior agrobiodiversidade Agricultores familiares diversificados, AF vulneráveis e se inserindo nos mercados/ Pluriatividade (importância da renda não agrícola)
Representatividade nas vendas	Grande escala	Pequena escala, em ampliação.

Fonte: Organizado pelos autores ROVER e DAROLT a partir de Darolt et al. (2016); Goodman et al. (2012); Renting et al. (2012); Gazolla e Schneider (2017), 2021, p. 24.

Deste modo, os movimentos sociais apresentam as redes alternativas que estimulam a aliança campo-cidade e a soberania alimentar com a compra direta de alimentos camponeses aos trabalhadores (consumidores).

Compreendemos que o significado de soberania e segurança alimentar para essas comunidades está diretamente vinculado a sua luta em defesa de seus territórios. Seja pela luta para permanência e uso da terra, seja pela valorização de suas manifestações culturais e artísticas e pelas relações simbólicas que desenvolvem entre os pertencentes a essas comunidades. (SANSOLO *et al*, 2021, p. 122)

Existem diversas denominações que abordam a compra direta entre camponeses e trabalhadores da cidade (consumidores). O movimento da Via Campesina apresenta a denominação de “mercados territoriais”

Proponemos denominar a estos mercados «territoriales» porque todos están situados en áreas específicas con las que se identifican. La escala de estas áreas puede ir desde el nivel de una aldea hasta el de un distrito o incluso una región, de modo que no pueden definirse como «locales». Su organización y gestión puede incorporar un mayor o menor grado de formalidad, pero siempre hay alguna conexión con las autoridades competentes, de modo que no pueden definirse como puramente «informales». Satisfacen la demanda de alimentos en distintas zonas: rurales, peri urbanas y urbanas. Implican a otros actores a pequeña escala del territorio: comerciantes, transportistas y procesadores. A veces estas otras funciones las desempeñan los productores a pequeña escala o sus asociaciones. Las mujeres son aquí actores fundamentales, de modo que estos mercados les proporcionan una fuente importante de autoridad y de ingresos cuyos beneficios repercuten en sus familias. (VIA CAMPESINA, 2016)

Apresenta ainda que esses mercados são extremamente diversos, mas todos se distinguem por certas características quando comparados aos sistemas globais de abastecimento de alimentos, exemplificando:

- Están conectados directamente con los sistemas alimentarios locales, nacionales o regionales: los alimentos en cuestión se producen, procesan,

comercializan y consumen dentro de un «territorio» concreto, la brecha entre los productores y los usuarios se reduce y la longitud del circuito se acorta; - Desempeñan múltiples funciones económicas, sociales y culturales dentro de sus territorios, que comienzan por la provisión de alimentos, pero no se limitan a este aspecto; - Son los más remunerativos para los productores a pequeña escala, ya que les ofrecen más control sobre las condiciones de acceso y los precios que las cadenas de valor establecidas; - Contribuyen a la economía territorial, ya que permiten que una proporción mayor del valor añadido se mantenga en las explotaciones y las economías locales, y retorne a las mismas. Por lo tanto, suponen una importante aportación a la lucha contra la pobreza rural y a la creación de empleo. (VIA CAMPESINA, 2016)

Na academia, Darolt *et al.* (2016) apresenta algumas denominações abordadas por autores, como Circuitos Curtos, utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007) ou circuitos de proximidade (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009) ou circuitos locais (MARECHAL, 2008), que reforçam a noção de proximidade geográfica e aludindo ao aspecto social/relacional presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação. Darolt *et al.* (2016) também complementa que alguns autores preferem utilizar ainda o termo circuitos alternativos (DEVERRE; LAMINE, 2010), numa perspectiva de questionar o modelo convencional, propor novos princípios de troca e relações mais justas entre produtores e consumidores.

Ploeg (2008) refere-se a circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. Segundo Ploeg (2008) a (re)avaliação de circuitos curtos e descentralizados que conectam produtores e consumidores independentes do Império tem um papel decisivo, para o autor elas podem, de fato, ser vistas como atos de insubordinação relativamente ao Império. Maluf (2004) aborda a denominação de circuitos regionais, apontando que a agricultura familiar se insere em dois mercados agroalimentares: as cadeias integradas nacionais e internacionais e os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo.

Eles (circuitos curtos) são aqui entendidos, na maioria das vezes, como inovações sociais que se organizam visando diversos interesses, como a resistência a formas dominantes de gestão dos sistemas agroalimentares,

busca de acesso e segurança alimentar e nutricional, assim como para gerar condições para uma transição agroecológica efetiva. (ROVER, DAROLT, 2021, p.27)

Segundo Banks, conforme citado por Braz e Pereira (2018), essas “novas modalidades” nada mais são do que a adaptação (ou mesmo uma ação de resgate, em alguns lugares) de seculares tradições camponesas de produção para o consumo próprio e venda dos excedentes. Uma forma que muitos agricultores e suas organizações têm buscado para se inserir em brechas de mercado agroalimentar são os circuitos curtos de comercialização de alimentos (CCC), ou mercados de proximidade (ROVER; RIEPE, 2016).

Este tipo de movimentos, que visam reconstruir Circuitos Alimentares de Proximidade, ligando produtores e consumidores têm se expandido por várias zonas do globo, em particular na Europa, com especial relevo para França, Itália, Bélgica, Espanha e Portugal e América Latina, sobretudo no Brasil e na Argentina (BRAZ; PEREIRA, 2018, p.123)

No Brasil o debate em torno do conceito de circuitos de proximidade ou circuitos curtos de comercialização está intimamente ligado à comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, como mostra uma rápida revisão bibliográfica (DAROLT, *et al.*, 2016; MORGANE, 2014). No entanto, as denominações estão em construção, a mais abordada ou conhecida é Circuitos Curtos, porém, neste trabalho preferimos abordar o conceito de Circuitos de Proximidade. Visto que os Circuitos Curtos, trata-se de uma definição útil institucionalmente, mas discutível na medida em que um supermercado também poderia comprar diretamente de um produtor, sem oferecer uma comercialização justa (DAROLT, *et al.*, 2016).

A definição de Circuitos Alimentares de Proximidade não se refere apenas à proximidade entre os sujeitos, mas também à proximidade geográfica, dando um caráter identitário aos alimentos e possibilitando uma maior transparência nas relações de comercialização e no papel dos agricultores que produzem a base da alimentação da humanidade. Desta forma, é possível pontuar que os Circuitos alimentares de proximidade são relações comerciais localizadas, em uma dada porção específica do espaço, que não apenas trazem a questão da proximidade geográfica, como também possibilita a proximidade social, pondo em contato os sujeitos dos Circuitos: agricultores e consumidores. (BRAZ; PEREIRA, 2018, p. 129)

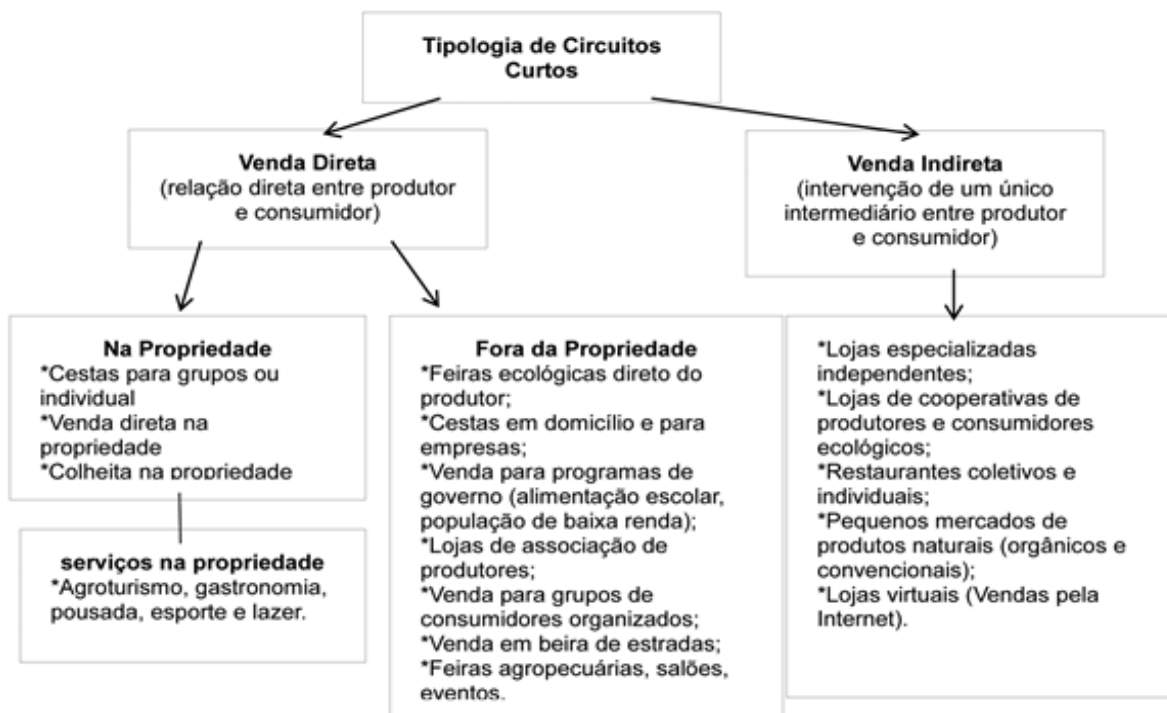
Segundo Mundler (2013), conforme citado por Braz (2018), os circuitos alimentares curtos não são impermeáveis, podendo então um mesmo agricultor fazer parte de diversos circuitos distintos, aumentando ainda mais a complexidade do estudo desses fenômenos. Conforme citado por Gelbcke *et al.* (2018), os autores Scarabelot e Schneider (2012), alegam que a aproximação entre produtores e consumidores aciona o interconhecimento, a solidariedade e promove mecanismos de confiança que acabam por reduzir riscos. Murdoch *et al.* (2000), se referem às relações de proximidade como enraizamento das relações sociais, e defendem o papel delas no fortalecimento dos valores comunitários, de justiça e segurança alimentar, conforme citado por Gelbcke *et al.* (2018).

Ainda, Dubuisson-Quelie e Velly (2009) abordam a proximidade também a partir do ponto de vista do consumidor à procura do mundo caloroso, personalizado e autêntico das relações diretas oferecidas nas feiras, ou na venda na propriedade, em oposição ao mundo frio e anônimo dos circuitos longos. Para Marsden *et al.* (2000, p. 425), de acordo com Gelbcke *et al.* (2018), estas relações não precisam necessariamente se dar de forma direta ou a curta distância, o importante é que o produto alcance o consumidor, carregado de informações, estabelecendo conexões e associações confiáveis com o lugar/espço de produção, os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção utilizados. Segundo Renting *et al.* (2003), conforme citado por Gelbcke *et al.* (2018), as convenções de qualidade — sustentabilidade ambiental, ligação com o território, segurança alimentar, identidade cultural — são contextuais. Para Maluf (2004) apesar do critério para delimitar os circuitos regionais ser, em primeira instância, geográfico, pois ele se baseia na proximidade física entre os agentes, o desenvolvimento de tais circuitos é uma resultante de processos socioespaciais.

A proximidade física não é suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, relações que constituem condição para a conformação dos referidos circuitos regionais. Essas relações são construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais. (MALUF, 2004, p. 299)

Darolt *et al.* (2016) apresenta a tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos encontrados na França e no Brasil, evidenciando que apesar de serem iniciativas em contextos históricos e geográficos diferentes são tipos similares (figura 8).

Figura 8: Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos



Fonte: Elaborado pelos autores Darolt *et al.* (2016)

Darolt (2013) destaca que no Brasil, a maioria dos produtores utilizam simultaneamente mais de um canal, sendo os canais de destaque as feiras, cestas em domicílio e programas de governo (por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar). Porém há outras alternativas, como restaurantes, cooperativas de consumidores, vendas em rede, lojas virtuais, entre outras. Nesse sentido, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC, 2021) mostra que existem 866 feiras orgânicas ou agroecológicas, 66 comércios parceiros de orgânicos e 102 grupos de consumo responsável. A figura 3 apresenta o levantamento de redes alternativas do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e a figura 6 apresenta o mapa brasileiro de grupos de consumo responsável:

Tabela 4 - Alternativas para escoamento de alimentos agroecológicos no Brasil (2021)

	Feiras Orgânicas ou Agroecológicas	Comércios Parceiros de Orgânicos	Grupos de Consumo Responsável
Centro-Oeste	63	2	4
Nordeste	225	8	7
Norte	43	-	5
Sudeste	303	39	58
Sul	226	15	26

Fonte: Instituto de Defesa do Consumidor, 2021. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>

Mapa 9 - Mapa brasileiro de grupos de consumo responsável por região (2021)



Fonte: Instituto de Defesa do Consumidor, 2021. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 02/06/2021.

Isto posto, analisaremos os Grupos de Consumo Responsável (GCR) que realizam compras coletivas diretamente com os camponeses no fortalecimento dos circuitos de proximidade em relação a produção e consumo de alimentos agroecológicos ou em transição.

4.2 Grupo de Consumo Responsável

Contextualizadas no movimento da economia solidária, diversas experiências coletivas de organização do consumo têm sido desenvolvidas no Brasil desde a década de 1990, resgatando características do cooperativismo de consumo desenvolvido no século XIX. (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011).

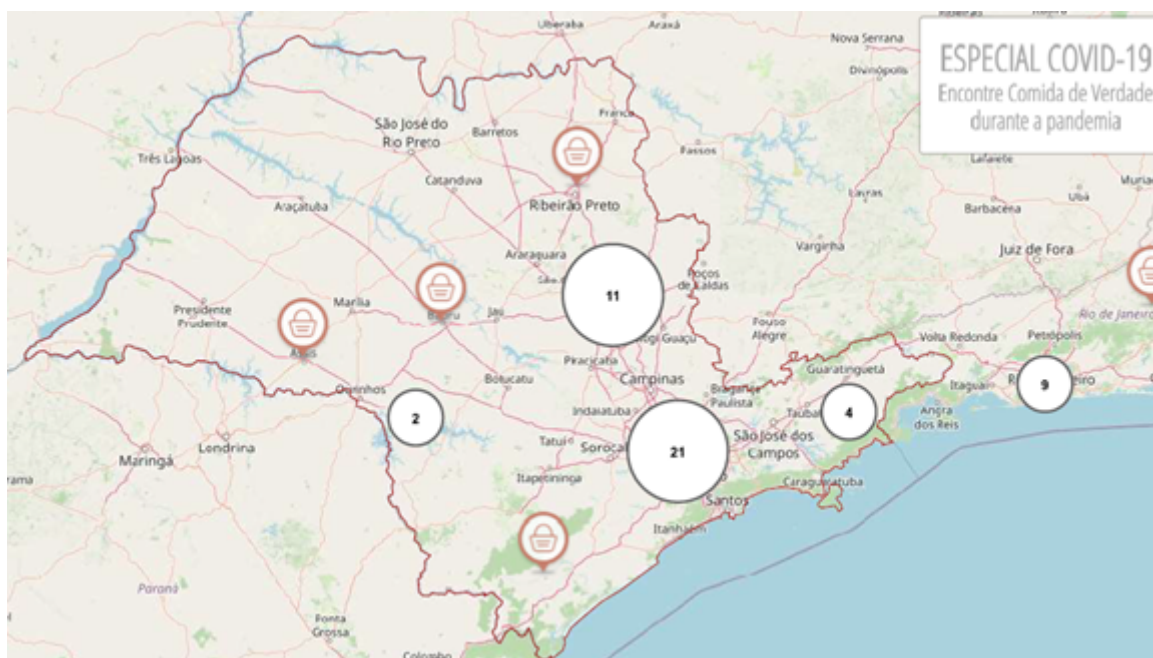
Num contexto de sociedades crescentemente urbanizadas, os consumidores e os centros urbanos têm se revelado como novos atores que geram inovações sociais, viabilizando mercados alimentares de proximidade. Um processo como este não seria possível sem a já destacada crise de confiança dos consumidores. Sua demanda por produtos de qualidade superior estimula a geração de novas relações produção-consumo, nas quais diferentes consumidores participam com diferentes níveis de engajamento, desde a simples condição de compradores de produtos de qualidade superior até uma participação mais efetiva na gestão e viabilização da produção e abastecimento alimentar. (ROVER; DARLOT, 2021, p. 30).

Ademais, soma-se a crise econômica e sanitária atual protagonizada pela Covid-19, que estimulou reflexões sobre uma alimentação saudável e de proximidade. (ROVER; DARLOT, 2021). Ainda, nesse momento de pandemia do coronavírus no qual as feiras estão sendo limitadas, muitos canais estão sendo fechados, o mercado restrito, os GCRs e vendas diretas estão sendo essenciais aos camponeses, para terem um mínimo de renda.

O Consumo Responsável (CR) é a intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza. Assim, esse consumidor (um indivíduo, um grupo ou uma instituição) busca alternativas, ajudando a construir opções saudáveis, sustentáveis e responsáveis de produção, comercialização e consumo. (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011, p.5)

No Brasil, como foi mencionado, o IDEC (2021) localizou a existência de 102 grupos de consumo responsável, sendo que o Estado com maior número de GCR é o estado de São Paulo, que conta com 39 grupos de consumo responsável (IDEC, 2021). As autoras Pistelli e Mascarenhas (2011) ressalta que a maioria dos grupos de consumo manifestam claramente que a motivação central de sua existência é a organização do consumo, tanto para possibilitar o acesso a produtos de qualidade a preços mais acessíveis, como para apoiar os grupos produtivos na comercialização de seus produtos. A figura 10 apresenta o mapa de grupos de consumo responsável no Estado de São Paulo:

Mapa 10 - Grupos de consumo no Estado de São Paulo (2021)



Fonte: Instituto de Defesa do Consumidor, 2021. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>

Os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) são iniciativa de trabalhadores (consumidores) organizados em torno da compra direta dos camponeses que produzem de forma agroecológica, orgânica ou/e em transição a preços acessíveis e remuneração justa aos agricultores, representando uma alternativa aos principais canais de comercialização encontrados no mercado e desenvolvendo ações que rompem com a lógica da reprodução do capital.

Os grupos funcionam nas bases da autogestão, assim, cada membro é responsável pela coesão do grupo e seus respectivos compromissos. Os agricultores são responsáveis pela produção, entrega e informações sobre a produção. Os consumidores são responsáveis pela coesão do grupo e seu fortalecimento, pela gestão das entregas (local, horário) e pelo dinamismo das trocas de receitas e informações relevantes para uma alimentação saudável. (DELAFOULHOUZE, CEZAR, 2021, p. 211)

Além disso, busca fomentar a aliança campo-cidade em torno da soberania alimentar e de organizar-se politicamente para lutar por direitos sociais, políticos e econômicos, portanto, não apenas a comercialização faz parte dessa relação, as atividades educativas e políticas estão sempre presentes, que ocorre por meio da participação em diferentes espaços. Dessa forma, o consumo responsável ultrapassa a mudança de hábitos e a busca de bem-estar

individual ao considerar o contexto em que está inserido, sua história e os valores que expressa. (MASCARENHAS, GONÇALVES, BENSADON, 2017)

Na cartilha Criando um Grupo de Consumo Responsável: um passo a passo para começar e estabelecer um GCR (CALABRÓ, 2016) cita exemplos de atividades educativas desenvolvidas pelos GCRs, sendo: Dia de campo: visita dos consumidores aos produtores; Degustações; Oficinas sobre temas de interesse; Reuniões de acolhida de novos produtores e/ou novos consumidores; Mutirões Assembleias ou reuniões gerais (mesmo o objetivo maior sendo deliberativo, esses espaços também têm caráter educativo.

A Cartilha (CALABRÓ, 2016) ainda enfatiza que estas atividades podem ter diversos objetivos, lista alguns: Promover um melhor entendimento das condições de produção, em particular a sazonalidade de produtos agrícolas locais, que, às vezes, não é muito bem compreendida pelos consumidores urbanos, além de outras dificuldades; Favorecer as interações e as relações interpessoais; Instigar o debate sobre temas relacionados; Fazer com que novos membros se apropriem dos princípios e valores do GCR; Dividir a carga de trabalho de produção ou de gestão do GCR.

Tais práticas têm a intenção de, por um lado, democratizar o acesso dos trabalhadores (consumidores) da cidade aos alimentos saudáveis da agricultura camponesa e agroecológica a um preço mais acessível, ao mesmo tempo que se busca construir com os camponeses um canal de escoamento de seus alimentos com remuneração mais justa, logística facilitada, eliminação do atravessador e a exploração do trabalho na produção, bem como preservar as sementes, solos, águas, o conhecimento e valorização da produção, além do processo formativo e popular entre campo e cidade. Em geral, baseiam-se na autogestão e em diversas atuações voluntárias e militantes e não visam o lucro, diferenciando-se de lojas convencionais e empreendimentos comerciais (CALABRÓ, 2016). São princípios comuns entre os GCRs a economia solidária, autogestão, alimentação saudável, não exploração dos camponeses, e o fortalecimento do modo de vida camponês, de seus territórios e da agroecologia.

Os coletivos de consumo responsável são uma alternativa para construir estratégias de compra e venda baseadas em relações de ética e transparência entre produtores, vendedores e consumidores são os Grupos de Consumo Responsáveis, grupos de pessoas que decidem organizar-se para comprar determinados produtos, de uma forma diferente da que ocorre no mercado convencional. Essas pessoas querem ter acesso a produtos que tenham

qualidade nutricional e que sejam fruto de um sistema produtivo e comercial que respeite as pessoas e o meio ambiente. Dessa forma, o objetivo desses grupos vai além do ato de consumo, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral. (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011)

A definição sobre os tipos de alimentos que serão consumidos (orgânicos, agroecológicos, em transição) e quais agricultores (da agricultura familiar, de cooperativa, do movimento camponês etc.) serão provenientes desses alimentos indicará a forma como o coletivo funcionará, bem como os perfis de compra (hábitos e necessidades), a logística e armazenamento dos alimentos. Essa definição está intimamente relacionada com a identidade do grupo, uma vez que os princípios e valores que dão sentido ao coletivo costumam ser traduzidos em seus critérios de compra (PISTELLI, MASCARENHAS, 2011).

A relação com os camponeses é criada pela proximidade territorial e relacional no sentido de estabelecer laços de solidariedade entre camponeses e trabalhadores urbanos em torno do abastecimento de alimentos. Nesse sentido, a relação é estabelecida na confiança entre ambos, por exemplo, não existe pagamento prévio, o que exige comprometimento com a entrega e com o recurso financeiro que deverá retornar para os camponeses. Também a relação é pautada em sua maioria pela certificação direta, ou seja, os trabalhadores urbanos ao conhecer os camponeses, como é feita sua produção, e quais as razões que levam a escolha de determinada forma de produzir, saibam o que estão comendo, e eles mesmos certifiquem a qualidade dos alimentos.

Dessa forma podem se conhecer melhor, planejar ações e compreender suas limitações e desafios, como por exemplo sobre a sazonalidade, a qualidade, as questões de clima e insumos, para que juntos possam enfrentar essas questões e construir outras práticas. Nesse sentido, a agroecologia e a soberania alimentar estão contextualizadas no processo de luta das organizações, além da prática política organizada comunitária.

Nesse sentido, os GCRs, junto a outros movimentos ligados à agroecologia e aos mercados locais, em todo o mundo, trazem novas propostas para o desenvolvimento de experiências alternativas em que o consumo é entendido

como um ato político. São ações coletivas, baseadas na autogestão, que partem do incômodo de indivíduos frente ao sistema produtivista e consumista em que vivemos e se propõem como práticas de resistência. Constituem-se como espaços onde é possível não só partilhar ideias mas também construir algo novo. (GONÇALVES; MASCARENHAS, 2018, p. 251)

Assim, o objetivo desses grupos vai além do ato de consumo, essa relação de produção e consumo se transforma em ato político de resistência e de força econômica, pois além das compras os grupos passam a refletir sobre o sistema de produção vigente, tornando possível para os participantes assumirem ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais e territoriais que acontece desde a produção até o consumo dos alimentos, inclusive deixando ou diminuindo o consumo no circuito das grandes redes varejistas de abastecimento e produção, fomentando canais diretos com os camponeses. Esse movimento forma os atores envolvidos para além da relação de produção e consumo, pois tem a capacidade de contribuir para uma transformação social e refletir sobre as dinâmicas de dependência e exploração, transformando o comer como ato político.

A maioria dessas experiências [GCRs] nascem articuladas com movimentos sociais, principalmente da agroecologia e da economia solidária, em organizações que partem da crítica ao capitalismo para buscar alternativas à reprodução social e sair dos monopólios dos grandes supermercados, ao mesmo tempo em que viabilizam necessidades de escoamento da produção dos produtores familiares e dos grupos produtivos de base solidária e agroecológica. (MASCARENHAS; GONÇALVES; BENSADON, 2017, p. 4 e 5)

Os GCRs não consideram outros grupos de consumo como concorrentes, ou não deveriam, mas sim como parceiros na luta, por isso, além das redes de camponeses, cada GCRs formam uma rede na cidade, que por sua vez pode participar de rede com outros GCRs com o objetivo de articular e fortalecer suas ações e o movimento, por exemplo realizando compras coletivas conjuntas para facilitar e baratear a logística, dentre outras atuações.

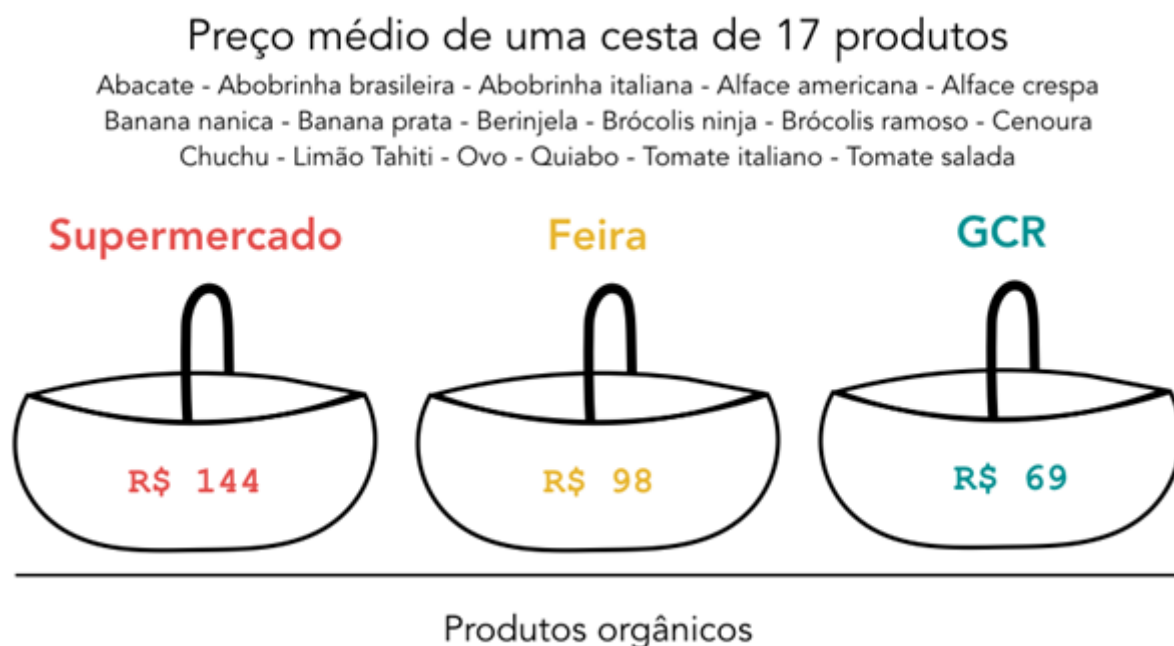
Almeida *et al.* (2021) utiliza o termo Circuitos de Circulação e Comercialização entre Redes de Agroecologia (CCCR) para definir as redes de construção coletiva de mercados alternativos na região Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do país, os quais propõem novos tipos de relações entre agricultores/as e consumidores/as.

São caracterizados pela cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial; revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada nas redes, certificação por sistemas participativos de garantia (SPG) e pela participação de movimentos sociais, condições que favorecem a reinserção econômica de agricultores familiares excluídos do processo de comercialização. Trata-se de um mercado alternativo para escoamento regular de uma produção agroecológica diversificada, com remuneração justa e valorização do agricultor, preços mais acessíveis ao consumidor e baixos custos operacionais. (ALMEIDA *et al.*, 2021, p. 157)

Em relação ao preço dos alimentos, os GCR se diferenciam pela definição coletiva dos preços e transparência das questões financeiras do coletivo. Mesmo nos casos em que existe uma taxa proporcional ao preço do produto, esse acréscimo visa a cobrir custos de gestão, mas de nenhuma maneira a gerar lucros (CALABRÓ, 2016). Os pagamentos são realizados diretamente ao agricultor ou organização que participa (coletivo, associação, cooperativa etc.) facilitando seu recebimento, podendo ser antecipado ou após a entrega dos alimentos, mas sempre prezando pelo comércio justo e solidário e pela transparência, ou seja, busca um preço justo ao agricultor e ao consumidor, onde todos compartilham as informações sobre os alimentos, a composição dos preços e sobre as organizações envolvidas no processo no sentido de que todos fazem parte da construção dessas novas relações.

O Instituto Kairós realizou (2017) uma pesquisa comparativa de preços de produtos convencionais, orgânicos e em transição agroecológica, foi feita com coleta participativa mensal de preços em 4 canais de comercialização distintos (GCRs, feira orgânica, feira convencional, supermercado), em 5 cidades do Brasil, para 22 itens, que incluem hortaliças, frutas e ovos, durante 1 ano (julho de 2014 a junho de 2015). Dentre os resultados apresentados destacam as informações que o preço geralmente elevado dos alimentos sem veneno depende do canal de comercialização e que produtos sem veneno nem sempre são mais caros que os produtos convencionais, comprovando a relevância dos GCRs na democratização do acesso a alimentos saudáveis dos camponeses, conforme demonstrado:

Figura 11- Pesquisa Instituto Kairós - comparativo de preços de produtos convencionais, orgânicos e em transição agroecológica (2017)



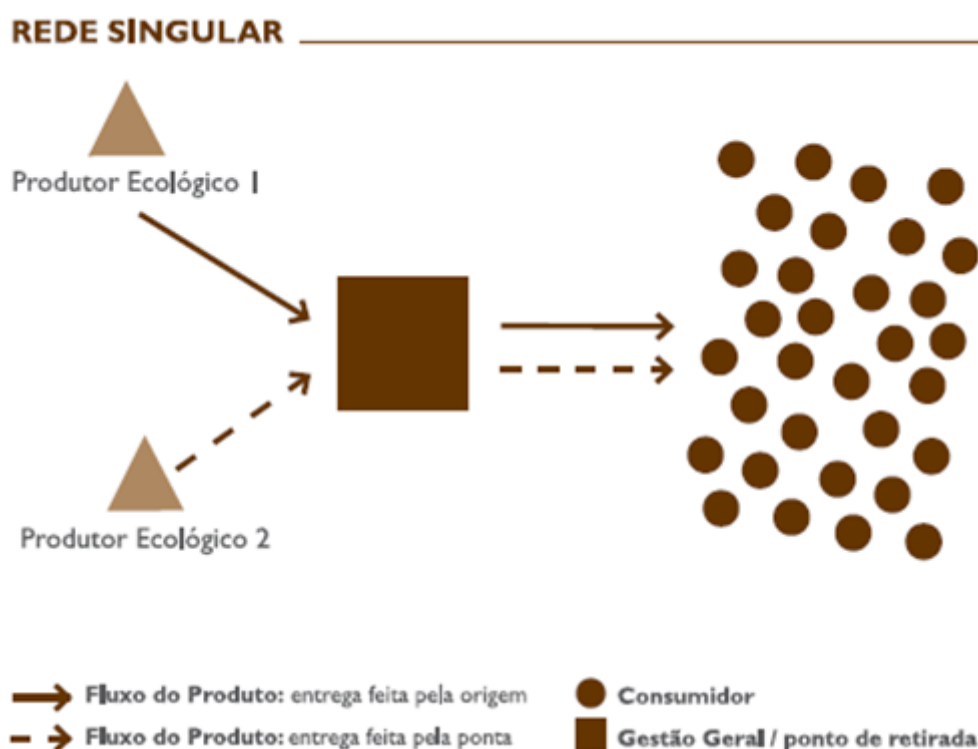
Fonte: Gonçalves; Mascarenhas, 2017.

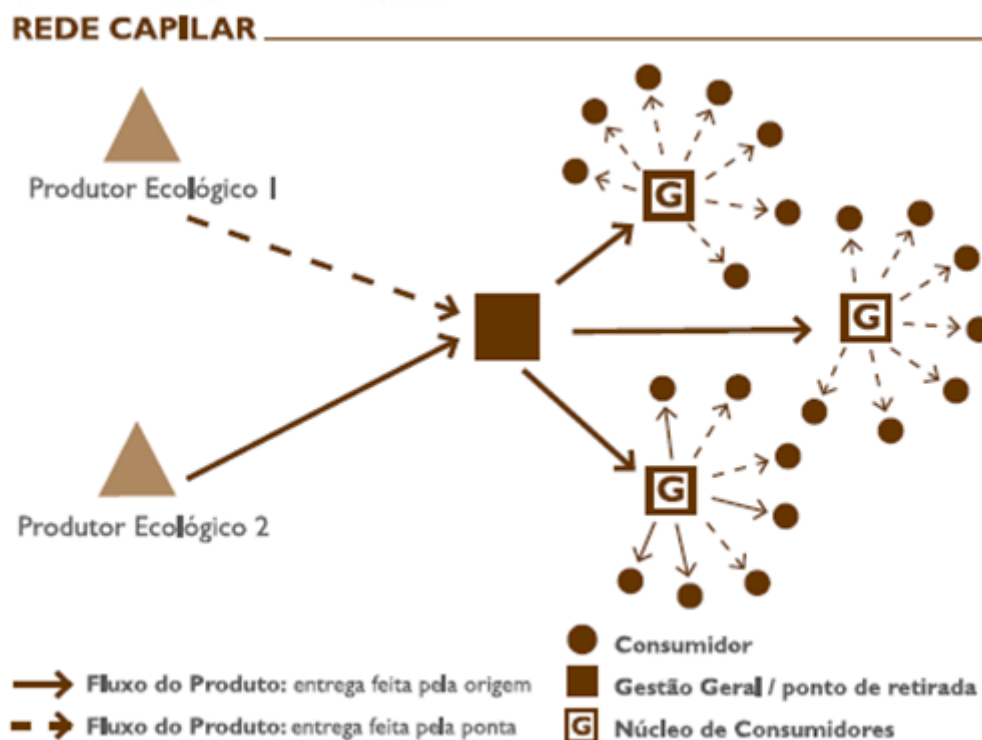
Em relação à oferta dos alimentos, depende da disponibilidade de alimentos dos agricultores, mas também da organização dos GCR. De fato, um princípio comum a quase todos os GCRs é o fato de que os produtos são encomendados antecipadamente pelos consumidores (CALABRÓ, 2016). Assim, são evitadas perdas e desperdícios de alimentos. Existem duas grandes possibilidades: trabalhar com cestas fechadas ou com uma lista aberta de produtos disponíveis. Há também a possibilidade de o grupo combinar cestas fechadas e lista aberta (CALABRÓ, 2016). Também é decidido em coletivo a periodicidade das entregas (semanal, quinzenal ou mensal), pois também depende da organização dos GCR e dos agricultores.

Ainda, sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Kairós, a cartilha Organização de Grupos de Consumo Responsável (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011) classifica dois tipos de redes de grupos de consumo: os capilares e singulares. Redes capilares são os grupos de consumo formados por diferentes núcleos de consumidores (caracterizados por certa localização geográfica, ambiente de trabalho etc.) que descentralizam a gestão e a distribuição dos produtos (entrega/retirada) e podem apresentar variados graus de autonomia entre si, dependendo da proposta do grupo. Redes singulares são os grupos de consumo formados por

um coletivo de consumidores que tem um eixo centralizado de gestão e distribuição dos produtos (entrega/retirada), o qual se relaciona diretamente com os produtores; as redes capilares são os grupos de consumo formados por diferentes núcleos de consumidores (caracterizados por certa localização geográfica, ambiente de trabalho etc.) que descentralizam a gestão e a distribuição dos produtos (entrega/retirada) e podem apresentar variados graus de autonomia entre si, dependendo da proposta do grupo. A principal diferença entre essas duas formas de organização diz respeito à relação entre o consumidor e a gestão, já que são bastante parecidas no tocante à gestão com os produtores (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011). Abaixo (figura 12) segue os tipos de redes de grupos de consumo.

Figura 12: Tipos de redes de grupos de consumo (2011)





Fonte: Pistelli; Mascarenhas, 2011.

É normal ir modificando e afinando o funcionamento das atividades à medida que o grupo ganha experiência, se depara com desafios e os resolve, inventando suas próprias soluções (CALABRÓ, 2016). A cartilha Organização de Grupos de Consumo Responsável (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011) também exemplifica os passos para a realização da compra coletiva com o exemplo do Grupo Compras Coletivas da Ilha, localizado em Florianópolis - SC, conforme figura 13.

Figura 13 - Os passos para a realização da compra do “Grupo Compras Coletivas da Ilha”

Os passos para a realização da compra do “Grupo Compras Coletivas da Ilha”

Como funciona uma compra coletiva? As atividades do núcleo gestor são:

- ➔ divulgar uma lista com os produtos disponíveis e preços;
- ➔ receber os pedidos individuais e os pagamentos dos consumidores (em alguns casos o pagamento é feito no momento de receber ou retirar o pedido);
- ➔ organizar os pedidos por fornecedor e repassá-los a cada um;
- ➔ acompanhar o envio dos produtos, cuidando de sua recepção e de seu armazenamento (em casos em que os produtos não são retirados na origem, junto aos fornecedores/produtores); e
- ➔ organizar a distribuição dos produtos no dia da partilha, em um dia predefinido para tal.



Fonte: Pistelli; Mascarenhas, 2011.

Os principais desafios apontados pelos coletivos estão relacionados à logística (realização de pagamentos, transporte, gestão dos pedidos), à busca da viabilidade econômica e à mobilização dos consumidores não só na compra, mas também na organização do coletivo (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011). Também existe o desafio em relação ao sistema de pedidos, que ajuda a gestão do coletivo na sistematização dos pedidos para oferta dos alimentos, controle e contagem de pedidos e de pagamentos dos consumidores, envio do valor total de pedidos e pagamento aos agricultores. Alguns grupos utilizam ferramentas web ou softwares de gestão, outros fazem esse processo pelo WhatsApp ou através de uma planilha eletrônica (Excel, por exemplo).

Ademais, o grande desafio com a democratização do acesso a esse alimento para a população de baixa renda é constante, visto que os GCRs estão mais localizados em regiões centrais, universidades e outros espaços mais frequentados pela classe média. Nesse debate, é interessante conhecer algumas experiências que integram a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável que envolvem a população da classe popular. Destaca-se aqui a atuação do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC), na zona leste da cidade de São Paulo, do Coletivo de Consumo Rural Urbano (CCRU), em Diadema/SP) e da Rede Tapiri, em Manaus/AM (Gonçalves, Mascarenhas, 2018).

Assim, vale analisar a experiência do Coletivo de Consumo Rural Urbano - Associação Oeste de Diadema (CCRU), de que forma desenvolvem a gestão comunitária, sua atuação no território e verificar qual relação de proximidade o coletivo tem com camponeses em torno da compra coletiva de alimentos agroecológicos de assentamento, agricultura familiar e comunidades quilombolas.

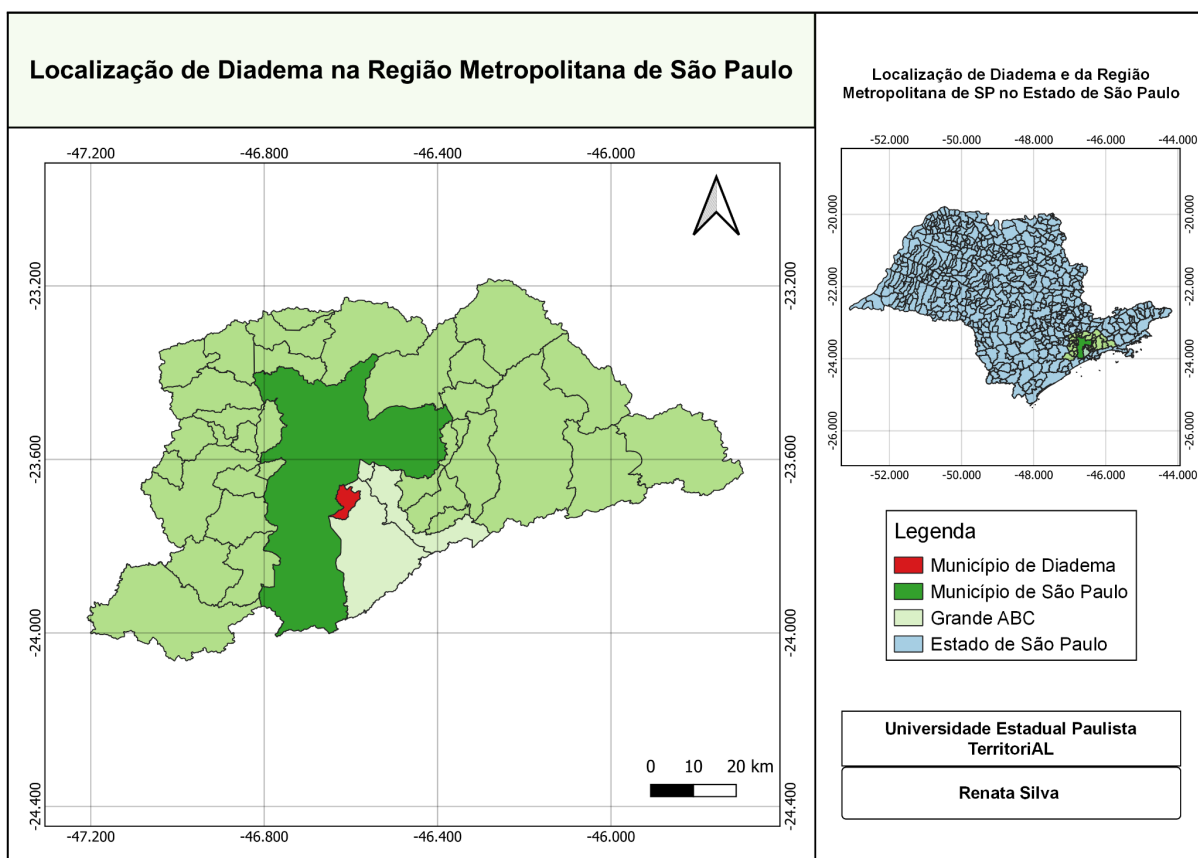
5 EXPERIÊNCIA DO COLETIVO DE CONSUMO RURAL URBANO – ASSOCIAÇÃO OESTE DE DIADEMA

O Coletivo de Consumo Rural Urbano - Associação Oeste de Diadema (CCRU) nasceu no ano de 2014 dentro do movimento de luta por moradia chamado Associação dos Moradores dos Núcleos Habitacionais, Cortiços e Moradores de Aluguel de baixa renda da Região Oeste de Diadema (Associação Oeste de Diadema). A Associação foi construída a partir da iniciativa de militantes oriundos dos movimentos sociais e sindicais do período da redemocratização do país, nas décadas de 1970/80.

A cidade vivia então um processo de explosão populacional impressionante: dos 12 mil habitantes em 1960, saltou para 80 mil em 1970 e para 230 mil em 1980. Um terço destes vivia nas 128 favelas cortadas por vielas de terra e lama, em barracos de madeira e lata, sem abastecimento de água, coleta de esgoto nem rede de energia elétrica. (Idem, p. 20, 2011)

Abaixo podemos ver mapa 14 com mapa da localização do município de Diadema:

Mapa 14 - Localização do município de Diadema na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Autora, 2022. Mapa elaborado por meio do Qgis, versão 3.16, a partir de dados cartográficos do IBGE.

Segundo relatos de pessoas do movimento, durante a conhecida greve de 41 dias dos metalúrgicos da região do ABCD, no ano de 1980, quando mobilizou aproximadamente 300 mil trabalhadores(as), em meio às assembleias, reuniões do Comando de Greve e organização de piquetes, ocorreu a intervenção no Sindicato de São Bernardo do Campo, por ordem do regime militar. O Fundo de Greve foi então transferido para a quadra esportiva da Igreja Matriz do centro de Diadema, mas a própria infiltração de policiais (prática típica dos governos militares) estimulou o deslocamento do movimento para os bairros. O que, por sua vez, propiciou a percepção de que algumas associações de moradores mantinham práticas meramente recreativas e despolitizadas, em meio a uma realidade social de graves privações: favelas sem qualquer saneamento ou serviços de energia elétrica e água; esgotos dentro das moradias; bicos de água e luz vendidos a preços mais caros que as tarifas oficiais, num processo de exploração entre iguais; constantes ameaças e ações de despejo e, no dizer a liderança da Associação, Manoel Boni, uma “luta encarniçada por um pedaço de chão para edificar suas moradias”.

A liderança do movimento de moradia da Associação Oeste, Manoel Boni, explica na I Plenária do Conselho Aliança Campo/Cidade, realizada no ano de 2015, na biblioteca da Associação, com a presença de pessoas do movimento de moradia, do CCRU e agricultores/as parceiros do coletivo, sobre a luta por moradia na cidade de Diadema. Manoel Boni (2015) afirma que teve início nos anos de 1978/1980, quando se observou que a problemática da favela eram os despejos. Manoel Boni (2015) lembra que na época as Associações de Bairro estavam na mão de vereadores que apenas distribuía “santinhos/parabéns” nos bairros, não sendo de luta direta, então a primeira coisa feita foi tirar os vereadores pelegos das Associações, juntar-se aos favelados e as Organizações de Bairro na luta contra os despejos, realizando ocupações. Completa que no período era ocupação mesmo morava-se no local, não era alojamento.

Assim, as lideranças e formas de organização sindical acabaram por permear a vida cotidiana nos bairros operários e incorporar suas demandas e reivindicações: melhorias do serviço de transporte, saneamento, energia elétrica nas residências, luz nas vias públicas e asfaltamento.

Segundo relatos de pessoas do movimento de moradia, no caso específico dos favelados, foi organizada uma comissão municipal, depois Associação dos Favelados de Diadema. Com a mobilização do movimento de moradia pressionando a prefeitura da cidade que na época era do Partido dos Trabalhadores (desde 1983), diversas demandas foram incorporadas no sentido da urbanização das favelas da cidade: instalação de redes de água, esgoto e energia, pavimentação de vielas e ruas internas, formalização das moradias com atribuição de nomes de ruas, números de casas e códigos de endereçamento postal.

As prefeituras da região do ABCD reforçaram, nos anos seguintes, a política comum de atrair indústrias multinacionais e de autopeças (as quais passaram a explorar a força de trabalho barata dos favelados locais), urbanizando glebas e as repassando para as novas empresas com isenção de impostos e outras regalias. Por outro lado, a política de habitação limitou-se à complacência com as ocupações e o aprofundamento da favelização.

A posterior valorização fundiária mudou essa postura, que passou à repressão ostensiva visando a evitar a expansão das favelas. Nesse período, as ações de ocupação e desocupação violenta passaram a fazer parte do cotidiano das famílias faveladas e das

manchetes locais e nacionais, levando o poder público a instituir, em Diadema, as chamadas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS).

Manoel Boni (2015) expõe que a cidade de Diadema foi urbanizada visando às indústrias e não casas para os trabalhadores, informando que aos trabalhadores estavam reservados apenas os morros e áreas insalubres. Ainda lembra que na ocasião era vereador e com essa luta foi expulso do Partido dos Trabalhadores. Explica que, depois houve a ocupação da Vila Socialista e a do Morro do Samba na cidade de Diadema. Lembra que no ano de 1990 houve a ação do Estado com os despejos acarretando o enfrentamento, resultando em 3 mortes e feridos, sendo um dos feridos ele, no braço acarretando amputação do membro.

“Em 1992, 2.500 pessoas entraram em um terreno particular de 240 mil metros quadrados na localidade chamada Vila Socialista, no Jardim Inamar. O proprietário da área entrou com uma ação de reintegração de posse e obteve a liminar. A Prefeitura preferiu não contestar a ação determinada pela Justiça, sendo depois responsabilizada, por uma parte da população, pelo grave conflito ocorrido depois, com uso da tropa de choque da Polícia Militar contra os ocupantes, que resultou em três mortes e dezenas de feridos [...] Dois vereadores do PT, Romildo e Boni, foram presos por terem liderado a invasão, e expulsos do partido já em 1989. Este último perdeu uma das mãos em um dos conflitos, vitimado pela explosão de uma bomba de efeito moral [...] Pode-se dizer que foi no âmbito deste embate no município que se originou o Programa de Apoio às Associações de Luta por Moradia, iniciativa importante porque problematizou a questão das responsabilidades das distintas esferas governamentais e da população organizada na política habitacional.” (Id. Ibid., p. 32)

Neste cenário ocorreu um processo de cooptação e a Associação foi dividida em quatro novas entidades: associações Norte, Sul, Leste e Oeste; e apenas esta última seguiu fortalecendo o movimento por moradia, com ocupações de terras e luta coletiva contra os despejos.

Seguindo o contexto, os empreendimentos de interesse social deram novo fôlego às ocupações e novos formatos à luta urbana por moradia. Em 1996, a Associação Oeste realizou sua primeira experiência de aquisição de terreno e construção de um empreendimento imobiliário, envolvendo 700 famílias numa área de 63 mil m². A partir de então, novos empreendimentos vieram a se somar a um trabalho que está prestes a completar vinte e seis

anos. A Associação estima o respectivo assentamento de aproximadamente 8.000 famílias, o que significa um contingente de 45 a 50 mil pessoas. Com a hipervalorização fundiária urbana ocorrida nos últimos anos, os antigos lotes sociais das AEIS foram inviabilizados e a verticalização se impôs, trazendo em seu bojo o Programa Minha Casa Minha Vida.

Podemos observar nos nomes das ruas da Vila Conceição e Vila Socialista homenagem a pessoas que participaram da luta por moradia, como por exemplo: Dona Maria Aparecida dos Santos, de revolucionários como: Leon Trotsky, Karl Marx, Lenin e Rosa Luxemburgo, também rua Socialistas, rua dos Sindicalistas, dentre outros nomes que evidencia a história de luta deste território.

Manoel Boni (2015) esclarece que, após as duras lutas por moradia em Diadema por parte dos movimentos, houve as Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), a qual podia fazer lote de 42 metros quadrados. Então, a segunda fase do Movimento de Moradia da Associação Oeste foi a compra coletiva de terras e loteamentos. Já na terceira fase, Manoel Boni (2015) explica que a Associação Oeste entrou com o programa do governo federal “Minha casa, minha vida”, principalmente na composição da faixa 1, que era voltado para famílias com renda baixa.

Vale destacar que além da organização estatutária da Associação Oeste de Diadema, organizada por conselhos e coordenações, também existe uma Comissão onde são levadas as informações e demandas da população do entorno e das frentes de saúde, educação, esporte, sindicato e sobretudo moradia. Nas reuniões da Comissão se discute coletivamente as reivindicações e ações que serão tomadas no sentido de melhoria das condições de vida e de trabalho. A própria associação é um movimento formado a partir de um partido marxista.

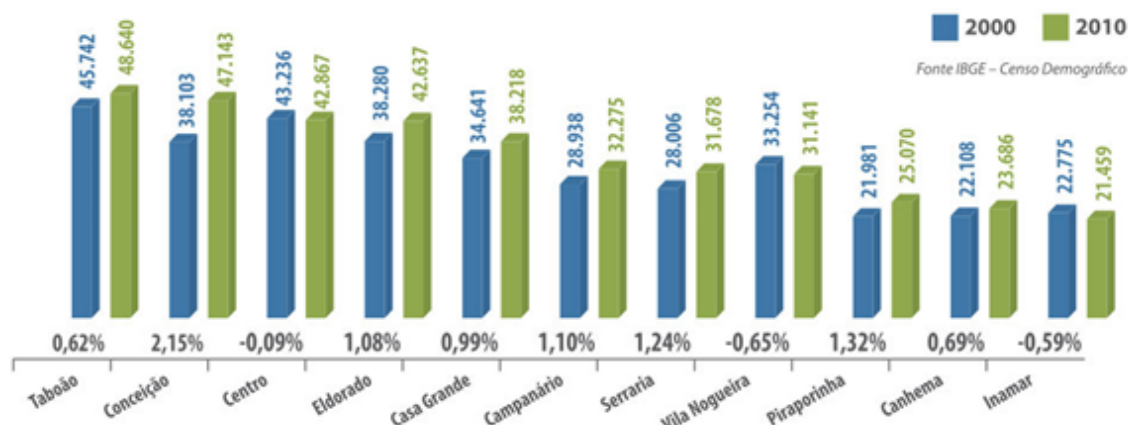
Abaixo podemos ver uma imagem da Assembleia de moradia no galpão da Associação Oeste de Diadema:

Figura 15 - Assembleia de moradia da Associação Oeste de Diadema



Fonte: Associação Oeste de Diadema, 2016.

Diadema é um dos 39 municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo, e integra o Grande ABC junto com Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o município possuía 30,732 Km² e 386.089 habitantes, apresentando a segunda maior densidade populacional do Brasil, com 12.536,99 hab/Km². Em 2019, obteve o 3º maior PIB do Grande ABC, 25º do Estado e o 74º do País, com R\$ 12628179,86. Abaixo segue um gráfico com a população total dos bairros de Diadema e taxa de crescimento médio anual. Podemos observar que o bairro Conceição, onde a Associação realizou diversas lutas por moradia e onde fica localizada sua sede é o seguido com maior densidade demográfica da cidade (47.143hab. e densidade demográfica 17.673,67 hab./Km²) e, em termos de crescimento, foi o bairro com a maior taxa, com média anual de 2,15% (IBGE, 2010).

Gráfico 16 - População total dos bairros de Diadema e taxa de crescimento médio anual

Fonte: IBGE, 2010.

Diadema possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,757 o que é considerado ótimo quando comparado com o IDH da Grande São Paulo e do Brasil.

Apesar de o município possuir quase 100% das residências com acesso à rede geral, ainda existiam, em 2010, 2.865 domicílios com destinação precária do esgoto, 1.118 ligados à fossa séptica, e 67 que sequer tinham banheiro ou sanitário (em termos percentuais, respectivamente, 2,44%, 0,95% e 0,06%), totalizando 4.050 moradias não ligadas à rede geral de esgoto ou pluvial (3,45%), segundo dados do IBGE (2010).

Em 2019 (IBGE), o salário médio mensal era de 3.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.3%, o total de 98.904 pessoas, ou seja, poucas pessoas ocupadas.

Referente às políticas públicas de abastecimento do município, colocaremos como indicador os dados do Programa de Aquisição de Alimentos que é um Programa criado em 2003, uma ação do Governo Federal. O programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Abaixo são dados de aquisição de alimentos realizado pelo governo federal, estadual e municipal para o município de Diadema:

Tabela 5 - Aquisição de alimentos para o município de Diadema 2011

Estado de São Paulo					
Programa	Total de Agricultores Fornecedores	Total de Entidades Beneficiárias	Total de Atendimentos	Recursos Fornecidos (R\$)	Peso total dos produtos (Kg)
Total	13.196	1.929	2.750.246	R\$ 59.485.952,63	46.235.511,71
Fonte: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação					

Município de Diadema					
Quantidade de município	Total de Agricultores Fornecedores	Total de Entidades Beneficiárias	Total de Atendimentos	Recursos Fornecidos (R\$)	Peso total dos produtos (Kg)
645	0	2	24.753	R\$ 0,00	0,00
Fonte: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação					

Dados de 2012:

Estado de São Paulo					
Quantidade de município	Total de Agricultores Beneficiados	Total de Entidades Beneficiárias	Pessoas beneficiadas	Recursos Pagos (R\$)	Alimentos doados (Kg)
645	16.464	2.542	2.570.782	R\$ 83.309.054,53	59.324.839,14
Fonte: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação					

Município de Diadema					
Programa	Total de Agricultores Beneficiados	Total de Entidades Beneficiárias	Pessoas beneficiadas	Recursos Pagos (R\$)	Alimentos doados (Kg)
Total	0	4	62.353	R\$ 0,00	0,00
Fonte: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação					

Dados de 2013:

Estado de São Paulo					
Quantidade de município	Total de Agricultores Beneficiados	Total de Entidades Beneficiárias	Pessoas beneficiadas	Recursos Pagos (R\$)	Alimentos doados (Kg)
645	9.866	466	2.158.390	R\$ 54.490.320,28	35.308.787,42
Fonte: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação					

Município de Diadema					
Programa	Total de Agricultores Beneficiados	Total de Entidades Beneficiárias	Pessoas beneficiadas	Recursos Pagos (R\$)	Alimentos doados (Kg)
Total	0	3	44.653	R\$ 0,00	0,00
Fonte: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação					

Esses são dados que comprovam a ineficácia dos órgãos públicos para a questão de políticas públicas de abastecimento no município de Diadema, mesmo antes da diminuição no

investimento dessas políticas públicas, visto que houve investimento irrisório por parte da prefeitura de Diadema em comparação ao governo do Estado.

Nesse sentido, o CCRU junto a Associação Oeste busca fomentar a aliança campo-cidade e realizar o abastecimento popular de alimentos agroecológicos, variados e saudáveis com preço acessível direto do camponês para a periferia, no enfrentamento ao sistema agroalimentar dominante, em construção à Segurança e Soberania Alimentar. O Coletivo é uma frente de alimentação junto a outras frentes importantes da Associação e conta com o suporte com estrutura do galpão da Associação, câmara fria e espaço para recepção, armazenamento e conservação adequada dos alimentos.

Segundo as informações encontradas sobre o coletivo, as atividades do coletivo são desenvolvidas segundo os princípios da agroecologia, soberania alimentar, solidariedade de classe e a atividades sem lucro. O coletivo não visa o lucro, porque não realiza uma “venda” nos modelos convencionais. É importante pontuar que ao reduzir os atravessadores, que fazem com que os produtos cheguem do campo até a mesa, o valor a ser pago pelos alimentos diminui. Aos valores dos agricultores/as parceiros são acrescidos 20% (vinte por cento) no valor das cestas fechadas e nos alimentos da feira e 30% (trinta por cento) nos alimentos avulso do aplicativo, para custear o transporte dos alimentos, energia da câmara fria e os gastos básicos para a manutenção do coletivo. Esses valores não atendem as necessidades do coletivo, pois há meses que o financeiro fica no vermelho com pendências em relação a energia da câmara fria e também existem meses que o valor arrecadado para pagamento do frete não é suficiente, tendo o coletivo realocado suas finanças para cobrir o déficit. Para as pessoas que realizam a compra coletiva estes valores são razoáveis, porque não ocorre um aumento significativo do valor final do alimento mantendo um valor acessível, como veremos mais à frente.

A partir do fortalecimento dessa experiência passaram a se relacionar com a Universidade Federal do ABC (UFABC) via projetos de extensão e assim surgiu o CCRU-Solo. Em meados de 2013, servidores técnicos administrativos da universidade que já atuavam no CCRU, se juntaram a um grupo de discentes, docentes e comunidade externa (membros do CCRU) iniciando as discussões teóricas sobre agroecologia, soberania alimentar, economia solidária e consumo crítico e responsável.

Com o objetivo de fomentar ações de ensino, pesquisa e extensão nessas temáticas, em 2014 e 2015 apresentaram uma proposta de projeto de extensão intitulado "Apoio aos coletivos de consumo na UFABC e na Associação Oeste" com o propósito de incubar os dois coletivos nas áreas de gestão da autogestão, logística, agroecologia, finanças, consumo crítico e responsável e comunicação, além de discutir alternativas para intervir na lógica capitalista de produção, abastecimento e consumo de alimentos, problematizando os hábitos de escolha e compra e divulgando novas formas de produção, distribuição, consumo de alimentos dentro da universidade e de fomentar pesquisas sobre o tema.

Após a realização do primeiro projeto, o coletivo da UFABC decidiu fazer uma plenária para organizar ou não a primeira compra coletiva de alimentos agroecológicos, orgânicos e/ou em transição direto do agricultor(a). A plenária contou com várias pessoas interessadas em consumir e ajudar nas tarefas. Então, no final de 2014 nasce o Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica (CRU-SOLO). O coletivo e o projeto de extensão estão em vigor desde então.

As duas experiências, CCRU e CCRU-Solo, estão em territórios diferentes, mas são conectadas em rede. Desde o início as atividades são realizadas em conjunto, como caravanas, debates, contatos de agricultores/as são trocados formando uma rede de agricultores parceiros dos coletivos, dentre outras ações que demonstram as trocas, vivências e toda a parceria entre os coletivos. Porém, cada CCRU preserva sua independência de atuação, são iniciativas separadas dentro de uma mesma rede, muito caracterizada de acordo com a demanda de seus territórios.

Podemos apresentar alguns exemplos de atividades realizadas em conjunto entre os dois coletivos: Apoio na logística da I Feira Nacional da Reforma Agrária, no ano de 2015; Caravana Agroecológica da Região Sudeste, rumo ao Vale do Ribeira, no ano de 2016 - quando o Galpão da Associação Oeste foi uma rota da Caravana; Membros do Organismo de Controle Social, do Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira de Guapiruvu no Vale do Ribeira, SP; Membros do Organismo de Controle Social, Frutos da Comuna da Terra, do Assentamento Dom Pedro Casaldáliga em Cajamar, SP; Encontros de Vivência Agroecológica em parceria com o Núcleo Regional Carlos Marighella, no ano de 2018 e 2019; I Semana da Agroecologia da UFABC junto ao Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da UFABC (NEA-UFABC), no ano de 2019. Vivências nas cooperativas de agricultores COOPAFASB e COOPERAGUA de Sete Barras e Guapiruvu, SP,

respectivamente, anos de 2016, 2017 e 2019. Caravana agroecológica na Barra do Turvo no Vale do Ribeira, anos de 2017, 2018 e 2019; I Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária da UFABC, no ano de 2021.

Destacamos a caravana intitulada “I Caravana Agroecológica Rural Urbana: do campo a perifa” (figura 17), organizada pelos coletivos CCRU e CCRU-Solo com a Rede Trem Bão (Assis, São Paulo), Horta Di Gueto (Taboão Da Serra - SP), Associação de Mulheres na Economia Solidária, Coletivo Unifesp de Consumo de Alimentos. A Caravana ocorreu no ano de 2018 e contou com a participação de pessoas destes movimentos e de agricultoras quilombolas da Barra do Turvo, agricultoras assentadas em Assis, movimento da população de rua e movimento de moradia. As pessoas puderam conhecer os territórios onde os alimentos das agricultoras quilombolas da Barra do Turvo são abastecidos e participaram de atividades com a temática da relação campo-cidade, sistema agroalimentar e agroecologia, e economia feminista e solidária. As atividades foram realizadas na Associação Oeste de Diadema, na Feira de Economia Feminista e Solidária, no Ponto de Economia Solidária do Butantã e no movimento Horta Di Gueto, Taboão da Serra. Abaixo podemos ver na figura 17 a oficina realizada na associação:

Figura 17 - I Caravana Agroecológica Rural Urbana: do campo a perifa



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

Ademais, o CCRU tem fortalecido os vínculos com diferentes grupos, Cooperativas e Associações de agricultores familiares, assentados e quilombolas, assim como a rede de GCRs Nacional e Estadual. Atualmente o coletivo conta com uma rede de 14 parceiros da agricultura familiar, camponesa e quilombola. Para compor a rede de camponeses/as do coletivo precisam ser camponeses, agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, movimentos de democratização da terra (reforma agrária), agricultores organizados em coletivo, cooperativas e associações, mulheres agricultoras e LGBTQ+ e realizar a produção agroecológica e/ou em transição. Em um GCR, o produtor tem a oportunidade de ser reconhecido por qualidades que nem sempre são valorizadas nos canais convencionais de comercialização: respeito à sazonalidade, valorização do sabor e não apenas da aparência, uso de ingredientes e processamentos mais naturais (CALABRÓ, 2016).

Ao entrar em contato com os agricultores, o coletivo sempre explica a sua proposta de aliança campo-cidade, seus princípios, também são debatidas as dificuldades e expectativas dessa relação em torno da compra coletiva direta, a capacidade de produção/oferta, os tipos e como os alimentos são produzidos, ademais o coletivo realiza visitas de campo na produção e sempre busca compreender a história do agricultor e do território, além de procurar trazer ao debate a importância da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Atualmente o coletivo conta com os seguintes agricultores/as parceiros (Tabela 18):

Quadro 18 - Rede de Agricultores Parceiros do CCRU

Camponeses(as)	Estado	Município
Agricultora familiar André	São Paulo	Santo André
Agricultora familiar Fátima	São Paulo	Mogi das Cruzes
Agricultora familiar Veruza	São Paulo	Biritiba Ussu - Cinturão Verde
Camponês Assentado Gabriel Porto Boaventura	São Paulo	Assentamento Ipanema - Iperó
Camponês Assentado Ivan Jr. Correa	São Paulo	Assentamento Ipanema - Iperó
Camponesa Assentada Lurdes Wasem	São Paulo	Assentamento Ipanema - Iperó
Canto da Abelha	São Paulo	Araçariguama
Coletivo Raiz Verde	São Paulo	Assentamento Ipanema - Iperó
Cooperativa de Agricultura Familiar de Sete Barras (COOPAFASB)	São Paulo	Vale do Ribeira - Sete Barras

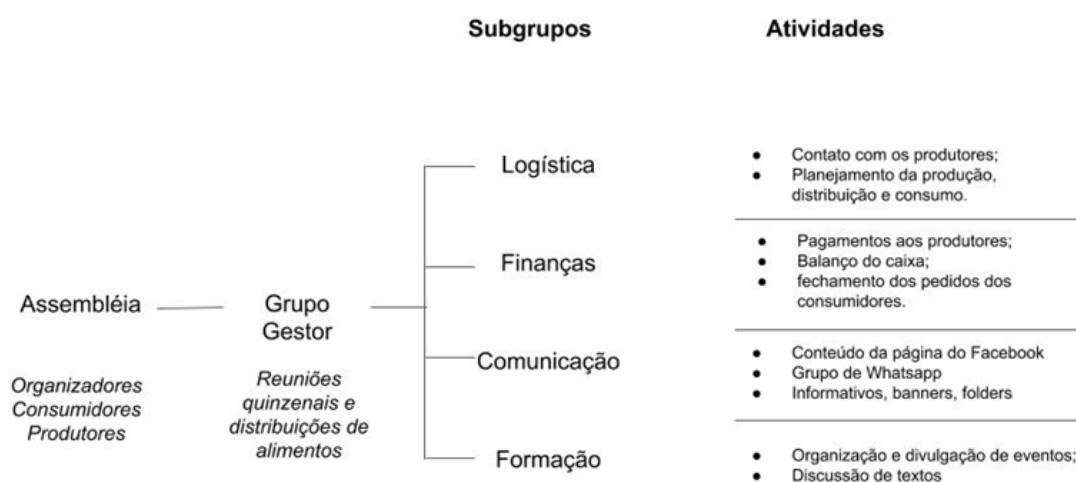
Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) - MST	Rio Grande do Sul	Eldorado do Sul
Instituto Terra Viva	São Paulo	Sorocaba
KM 125	São Paulo	
Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA	Espírito Santo, Sergipe, Rio de Janeiro	Espírito Santo, Sergipe, Rio de Janeiro
Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras - RAMA	São Paulo	Vale do Ribeira - Barra do Turvo

Fonte: Autora, 2022

A construção da relação Campo-Cidade, a partir da perspectiva das ações do CCRU, demonstram potencialidades e dificuldades na aproximação das dinâmicas dos agricultores/as e consumidores, e também da própria gestão de um coletivo de consumo.

O CCRU experimentou diversas formas de organizar suas atividades, sempre com base nos seus princípios e preceitos da autogestão. Formas e experiências que estão em constante debate e adaptação. Em sua dinâmica de atuação identificamos a presença de um grupo gestor e de subgrupos de gestão (logística, finanças, comunicação e formação), também identificamos a presença de assembleias plenárias e de reuniões da gestão, todos fundamentais para a realização das atividades do coletivo e da tomada de decisão de forma democrática. A figura 19 mostra como o coletivo faz sua gestão.

Quadro 19 - Forma de Gestão do Coletivo



Fonte: Coletivo CRU-Solo, 2020

Como podemos observar as atividades do coletivo são dinâmicas, envolvem desde a responsabilidade pela abertura e fechamento dos pedidos, contato com agricultores, planejamento da logística, controle financeiro, etc. Ademais, as atividades de formação estão sempre presentes como debates, oficinas, mutirões, rodas de conversa, lives, troca de receitas e preparo de pratos com os produtos do coletivo, caravanas/intercâmbio ao agricultor(a), campanhas etc. Abaixo segue linha do tempo com alguns marcos das atividades de organização das compras coletivas do CCRU, que também pode ser visto através do infográfico no link: encurtador.com.br/uEHQ8

2014:

Início das atividades do Coletivo. O abastecimento era realizado através das feiras nas Assembleias por moradia dos empreendimentos da Associação Oeste de Diadema, todo final de semana. Os pedidos das compras coletivas eram organizados via WhatsApp e planilha. A montagem das cestas e/ou feira era feita pelos membros da gestão. As entregas dos alimentos eram realizadas no dia das feiras.

2015:

Além das feiras nas Assembleias por moradia no galpão da Associação Oeste de Diadema aos finais de semana, o coletivo iniciou uma feira semanal na avenida Marginal do Serraria, próximo a Associação, às quintas-feiras, onde também eram retiradas as cestas abertas, e também organizou entregas em São Paulo, na praça Elis Regina., no Butantã. O objetivo do coletivo em realizar a feira de quinta-feira na avenida era de ter mais visibilidade e divulgação da ação no território. A organização dos pedidos passou a ser pela plataforma disponibilizada no blog do coletivo (antigo blog <http://coletivocruabc.blogspot.com/>). O sistema disponibilizado no blog foi fruto de uma parceria do coletivo com um técnico administrativo da UFABC que participava das compras coletivas do CCRU-Solo, conhecia ambos coletivos e o projeto de extensão, e gentilmente ofereceu ajuda ao coletivo nessa empreitada.

2016:

O Coletivo enfrentou complicações em permanecer com a feira semanal, especialmente pela dificuldade de os membros voluntários/militantes em poder organizar e participar da feira e pela incerteza do escoamento total dos alimentos. Dificuldades também em relação a plataforma de pedidos, a ferramenta era eficiente para as pessoas realizarem os pedidos, mas para o coletivo inserir as informações e disponibilizar a oferta dos alimentos era mais dificultoso, pois ainda era preciso utilizar uma planilha de controle manual para contabilizar a quantidade total de alimentos e enviar para os agricultores, bem como para controlar os pagamentos feitos pelos participantes da compra coletiva.

2017:

O coletivo passou a realizar novamente os pedidos via WhatsApp e a sistematização através de planilha. O foco das entregas voltou a ser totalmente no galpão da Associação Oeste com as feiras nas Assembleias de moradia aos finais de semana e entregas de cestas abertas aos sábados na Associação.

2018:

O coletivo começou a fazer entregas a domicílio em Diadema, São Bernardo do Campo e São Paulo nas proximidades da cidade de Diadema. As entregas eram feitas por um motoqueiro que é morador da cidade de Diadema e conheceu o coletivo porque realizava aula de capoeira de Angola no galpão da Associação Oeste para as crianças do bairro. As aulas de capoeira de Angola eram realizadas de forma voluntária no galpão da Associação sendo parte da frente de esporte e cultura da Comissão da Associação. As aulas de capoeira estão retornando, pois havia parado por conta da pandemia.

2019:

O coletivo começou a fomentar novos grupos de consumo com uma logística organizada junto aos agricultores do Assentamento Ipanema em Iperó. Foram criados 03 grupos, localizados no ABCD e em São Paulo. Além das feiras e

entregas a domicílio eram disponibilizadas cestas fechadas (P, M e G) do Assentamento e uma cesta alternativa dos outros agricultores parceiros montada pelos membros do coletivo. O total de pedidos semanal era de no máximo 100 cestas, ou seja, em torno de 300 cestas por mês além dos alimentos da feira. A logística do Assentamento Ipanema para os grupos e galpão era feita por membros do coletivo com transporte utilitário alugado.

2020:

Foram feitas campanhas de divulgação dos grupos de consumo para novos integrantes e criação de novos grupos. Na pandemia a procura para participar das compras coletivas aumentou, em média se distribuíram mensalmente 700 cestas agroecológicas, cerca de 4.900 toneladas de alimentos. A logística do Assentamento Ipanema para os grupos e galpão passou a ser feita por um voluntário da Associação e do coletivo, morador de Diadema, que incentivado por essa logística remunerada conseguiu comprar um caminhãozinho. Foi feita uma pesquisa para conhecer os impactos da pandemia nos participantes da compra coletiva da rede de abastecimento dos CCRUs. O coletivo junto ao projeto de extensão da UFABC aprofundou o debate sobre a elaboração de uma plataforma para ajudar com as tarefas de oferta e sistematização dos pedidos tentando construir diferentes parcerias, com as Cestas Camponesas do MPA do Rio de Janeiro e posteriormente com o projeto Agroecos. O Coletivo se debruçou em ferramentas para sistematizar os pedidos, a princípio foi feito um formulário online, desenvolvido pela bolsista do projeto de extensão da UFABC e depois o coletivo adota nova plataforma para automatizar algumas tarefas destinada às compras coletivas realizada na logística centrada no galpão da Associação Oeste. Site (<https://coletivocru.company.site/>) gerenciado por membros do coletivo que também eram discentes da UFABC e colaboradores do projeto de extensão. O Site disponibiliza uma plataforma gratuita de compra e venda de produtos, também existe na plataforma ferramentas pagas visando melhor gerenciamento do usuário, mas o coletivo optou por não utilizá-la para não acarretar mais custos.

2021:

O coletivo estabeleceu uma parceria com uma empresa de programação, através de um militante que participa das atividades da Associação Oeste e do coletivo, e se ofereceu para a construção de um aplicativo (<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.nioox.CCRU>). Foram distribuídas o total de 5.496 cestas, além dos alimentos das feiras. No final do ano o coletivo fez visitas ao Assentamento Ipanema com o objetivo de conhecer novos agricultores assentados para uma nova logística de pedidos.

2022:

O Coletivo voltou a montar as cestas fechadas no galpão da Associação Oeste com o objetivo de ter mais variedade e autonomia na escolha dos alimentos e dos agricultores contemplados nos pedidos. Foram incluídos na logística do Assentamento Ipanema novos agricultores. O coletivo passou a remunerar duas pessoas, uma mulher e um menino caseiro do galpão da Associação, para a montagem das cestas que também eram feitas por membros do coletivo de forma voluntária. O aplicativo do coletivo que estava em fase de testes começou a ser utilizado pelos participantes da compra coletiva, apenas os grupos de consumo continuam a organizar os pedidos via formulário online e envio do total de pedidos via grupo de WhatsApp.

Abaixo podemos ver a figura 20 da feira realizada pelo coletivo na Assembleia de moradia da Associação Oeste de Diadema antes da pandemia:

Figura 20 - Feira do CCRU na Assembleia de moradia da Associação Oeste de Diadema



Fonte: Autora, 2014.

O coletivo sempre priorizou a realização de feiras, pois verificou que a feira é uma forma antiga de adquirir alimentos tornando-se hábito da população e, portanto, possibilita maior acesso a alimentos na periferia. Ademais, a agroecologia proporciona a oferta de alimentos diversos fazendo com que a população se identifique com alimentos regionais e da época proporcionando o resgate histórico das suas origens (ancestral, regional e cultural) com o alimento.

Contudo, existem desafios a serem vencidos na realização da feira: esclarecer às famílias da comunidade sobre os benefícios dos alimentos agroecológicos; mostrar que todas e todos podem se alimentar de forma saudável e sustentável por um preço acessível; incerteza do escoamento total dos alimentos, pois na feira a venda não é certa ocasionando perdas de alimentos, caso não seja doado rapidamente, por exemplo, como é o caso das folhas ou do brócolis e couve flor, além de acarretar dificuldades no pagamento aos agricultores/as.

Figura 21 - Feira do CCRU na Avenida Marginal do Serraria em Diadema



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

Apesar de com os pedidos antecipados na compra coletiva e a escolha prévia dos alimentos que vão compor as cestas (fechadas ou abertas) não há problemas com desperdícios, quando, por algum motivo isso ocorre, os alimentos podem ser doados, pois o pedido e pagamento foi realizado antecipadamente não ocasionando prejuízo ao coletivo. A forma de cesta fechada possibilita a descoberta de novos sabores e valoriza os alimentos de época, adequando as práticas alimentares à periodicidade sazonal de oferta de alimentos, fundamental para a produção agroecológica e livre de agrotóxicos.

No que diz respeito a realização das tarefas, o coletivo acredita que a garantia do trabalho voluntário/militante é fundamental para o coletivo, pois possibilita um envolvimento político dos membros e também um alimento mais barato, porque na medida que são adicionados custos na oferta maior será o preço final do alimento, afetando a democratização do acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. No entanto, algumas atividades necessitam ser remuneradas para o funcionamento do coletivo, como por exemplo a logística de ir buscar os alimentos nos territórios dos agricultores/as e as entregas das cestas a domicílio.

Ademais, a participação ativa no coletivo possibilita outros benefícios para além da remuneração, por exemplo: a proximidade maior com os agricultores, pois ao realizar as atividades da compra coletiva há uma interação maior na comunicação com contato para

solicitar a lista de oferta, bem como realizar os pedidos e os pagamentos aos agricultores. Também existe a possibilidade de ter acesso a lista completa de ofertas, tirar dúvidas em relação ao alimento diretamente com o agricultor, pedir e experimentar alimentos não encontrados nos mercados varejistas convencionais que não foram disponibilizados nas cestas, dentre outros benefícios.

Realizamos um formulário anônimo para conhecer o perfil e opinião das pessoas que participam da gestão do coletivo CCRU, CCRU-Solo e grupos de consumo da rede. Foram colhidas 14 respostas, que ajudaram a compreender o perfil dos participantes e as dinâmicas de funcionamento e desafios vivenciados pelas experiências dos grupos. Sobre os participantes da gestão, se observou que a maioria são mulheres (71,4%). Em relação a autodeclaração (cor, raça), considerando a classificação usada pelo IBGE, 42,9% se declararam branca(o), 28,6% parda(o), 21,4% preta(o) e 7,1% amarela(o). Sobre a faixa etária maioria (57,1%) têm de 36 a 50 anos, seguido (21,4% cada) de 18 a 24 anos e a partir de 51 anos. Curiosamente todas(os) da gestão possuem grau de escolaridade superior.

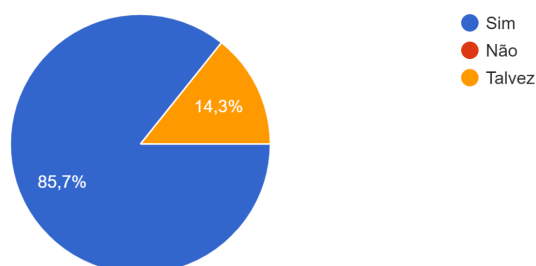
Em relação a principal motivação para o coletivo existir, a maioria (85,7 %) respondeu que é construir relações mais justas e solidárias de produção e consumo, em oposição às hegemônicas, depois com 78,6% as motivações: possibilitar a produção, o abastecimento e o consumo de alimentos ambientalmente sustentáveis; oferecer acesso a alimentos de qualidade a um preço mais acessível; apoiar a agricultura familiar e camponesa na comercialização de seus produtos; realizar remuneração justo a agricultura familiar e camponesa; contribuir na permanência da agricultura familiar e camponesa no campo, seu modo de vida e sua autonomia, por último com 64,3% as motivações: aproximação entre camponeses/as e consumidores/as; fortalecer a relação entre o campo e cidade; possibilitar a produção, o abastecimento e o consumo de alimentos saudáveis.

De forma interessante todas(os) participantes da gestão acreditam que o coletivo possibilita proximidade (geográfica e social/relacional) entre agricultoras(es) e consumidoras(es) em torno da compra coletiva direta e das atividades desenvolvidas. Em relação às instâncias de decisão do coletivo, 85,7% acreditam que são democráticas, horizontais, e fomentam e respeitam a participação de todos, sendo que 14,3% responderam que talvez, como podemos observar na imagem com gráfico 22 abaixo:

Gráfico 22 - Pesquisa sobre as instâncias de decisão do coletivo

Considera que as instancia de decisão do coletivo são democráticas, horizontais, e fomentam e respeitam a participação de todes?

14 respostas



Fonte: Autora, 2022.

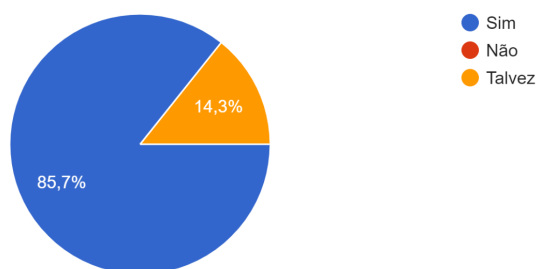
Ao perguntarmos no formulário se alguma vez sentiu que sua opinião não foi considerada, 71,4% respondeu que não, 14,3% que talvez e 14,3% que sim. No que diz respeito a transparência nas informações do coletivo e/ou rede, 92,9% responderam que sim, acredita que existe transparência nas informações do coletivo e/ou rede, e 7,1% respondeu que talvez. Da mesma forma, a transparência das finanças, 92,9% responderam que sim, as finanças do coletivo são tratadas de forma transparente, e 7,1% respondeu que talvez.

De maneira interessante todas(os) acham que a formação dos preços das cestas/alimentos é transparente e fiel aos princípios do coletivo. Sobre o coletivo procurar algum lucro pelas suas atividades, 50% consideram que não, 36% que sim e 14,3% talvez. A respeito das questões de gênero, raça e classe, 78,6% acha que o coletivo, na sua atuação, atividades e decisões, considera tais questões, sendo que 21,4% acha que talvez. Sobre a oportunidade de participação das decisões das mulheres em relação aos homens, 85,7% consideram que as mulheres têm a mesma oportunidade de participar das decisões que os homens e 14,3% talvez, como podemos observar na imagem com gráfico 23 abaixo:

Gráfico 23 - Pesquisa sobre oportunidade de participação das decisões das mulheres em relação aos homens

Considera que as mulheres tem a mesma oportunidade de participar das decisões que os homens?

14 respostas

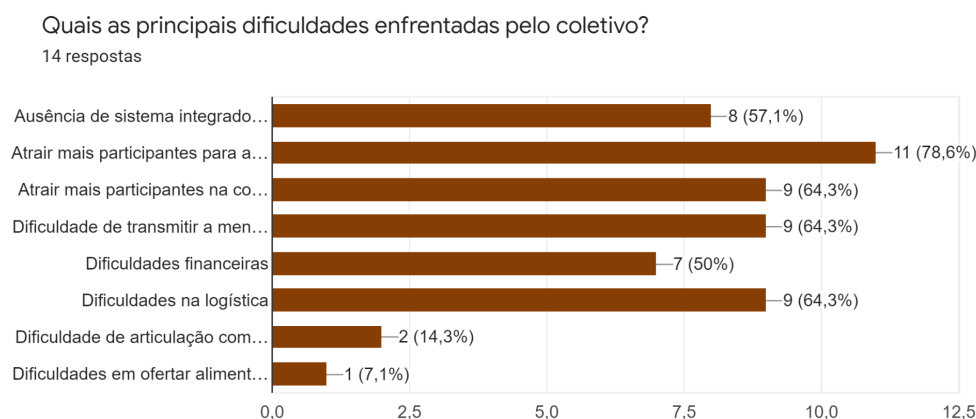


Fonte: Autora, 2022.

Com relação a distribuição das tarefas e o trabalho interior do coletivo, 50% considera adequado, 28,6% talvez e 21,4% não. Nesse sentido, sobre alguma vez se tem sentido sobrecarregada ou cansada pelas atividades que realiza no coletivo, 42,9% responderam que não, 35,7% talvez e 21,4% sim.

Por fim, a respeito das principais dificuldades enfrentadas pelo coletivo, 78,6% respondeu atrair mais participantes para a gestão coletivo, 64,3% atrair mais participantes para a compra coletiva; dificuldade de transmitir a mensagem do coletivo (princípios e objetivos) aos participantes da compra coletivas; dificuldade na logística, 57,1% ausência de sistema integrado para sistematização dos pedidos, 50% dificuldades financeiras, 14,3% dificuldade de articulação com movimentos sociais, redes, agricultores etc. e 7,1% dificuldades em ofertar alimentos para as pessoas que estão próximas fisicamente do galpão, conforme podemos observar na imagem 24 abaixo.

Gráfico 24 – Pesquisa sobre principais dificuldades enfrentadas pelo coletivo



Fonte: Autora, 2022.

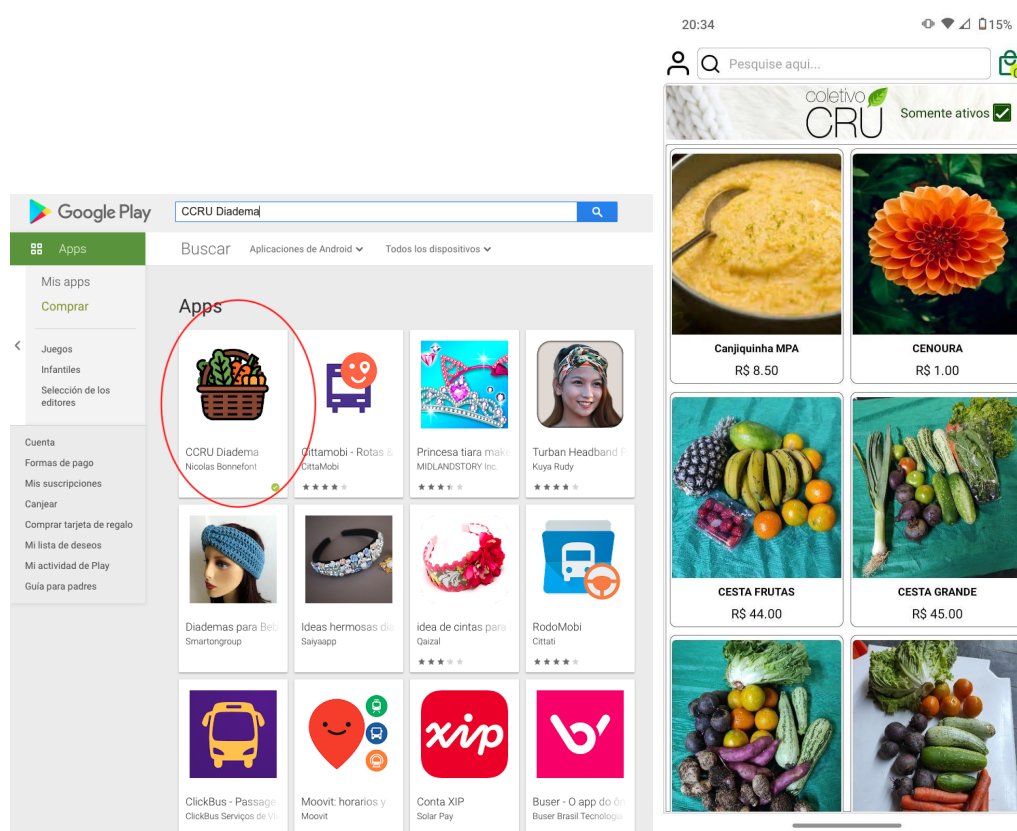
Ainda em relação às dificuldades, vale destacar a necessidade do coletivo, que também é observada em diversos GCRs da rede nacional e da rede da região metropolitana de São Paulo em relação às ferramentas para automatizar e organizar os diferentes momentos da logística do pedido, recebimento e distribuição das cestas, permitindo uma melhor oferta e organização dos pedidos, bem como do controle dos pagamentos. Tal ferramenta pode simplificar os procedimentos vindos destas ações, atribuindo maior organização e sustentação ao coletivo, autonomia para o participante da compra coletiva e maiores possibilidades de escoamento de produção para os agricultores/as.

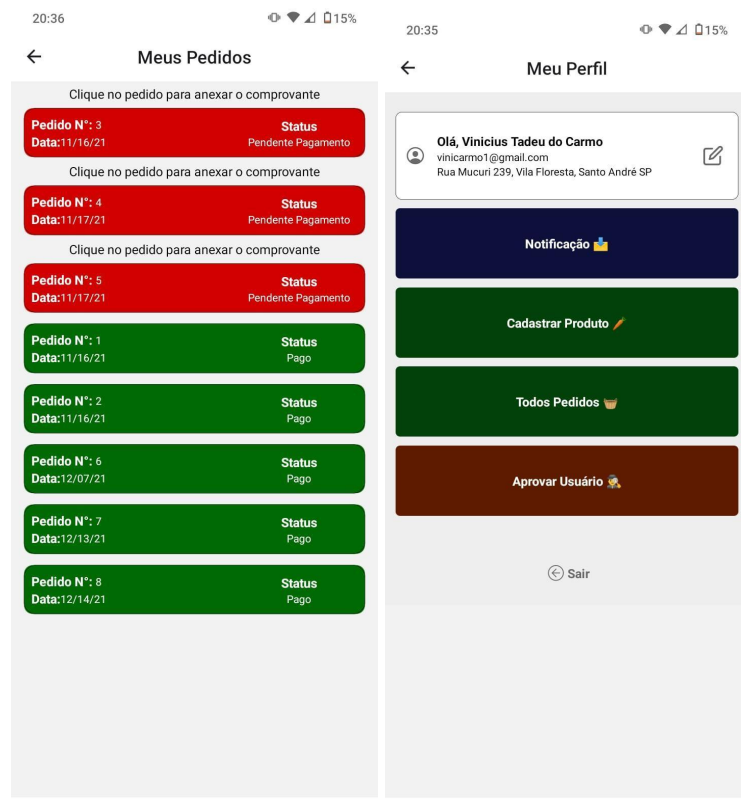
O coletivo considera que automatizar essas atividades pode otimizar e facilitar bastante o trabalho com as compras coletivas permitindo aumentar a capacidade de oferta de alimentos sem sobrecarregar com mais tarefas os membros da gestão, além de possibilitar mais tempo aos integrantes do coletivo para que possa se dedicar a outras atividades, como por exemplo de formação e comunicação. Neste sentido, o coletivo junto ao projeto de extensão da UFABC tem procurado desenvolver uma plataforma para ajudar com essas tarefas de oferta e sistematização dos pedidos na busca de ferramentas para aprimorar este processo.

Com o aumento dos pedidos no ano de 2020 na pandemia, o CCRU passou a pensar em formas de ofertar e sistematizar os pedidos sem acarretar custos ao coletivo. No ano de 2021 o coletivo estabeleceu uma parceria com uma empresa de programação para a construção de um aplicativo, com um valor reduzido para a elaboração do app de R\$3.000,00 (três mil reais). O aplicativo está disponível para download para o sistema Android no

PlayStore sob o nome CCRU Diadema. Ao longo do ano foram realizadas compras teste pelo aplicativo para aprimorar as funcionalidades segundo as necessidades da logística, pedidos, financeiro e comunicação, além das diversas reuniões para criação e melhoria do aplicativo. Espera-se no futuro adaptar o app para as distribuições do CCRU-SOLO realizadas na UFABC, assim que haja condições de segurança sanitárias adequadas para que as atividades presenciais sejam retomadas. Na figura 25 abaixo podemos ver algumas telas do aplicativo em teste:

Figura 25 - Aplicativo em teste





Fonte: Aplicativo em teste. Acesso via celular pela plataforma Play Store, 2021

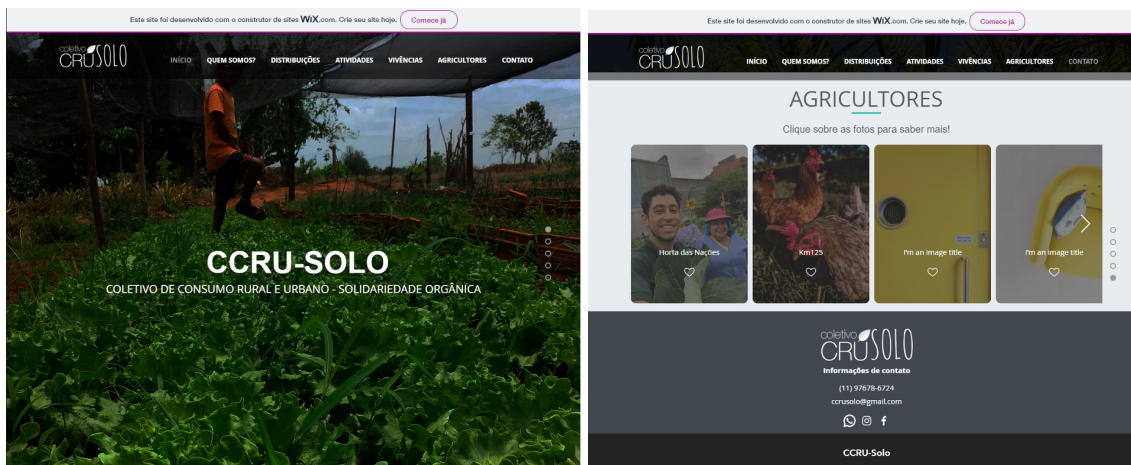
As compras coletivas dos grupos de consumo responsável fomentados pela rede dos CCRUs ainda são realizadas através de grupos de WhatsApp, tendo um grupo para cada GCR com os participantes da compra coletiva e um grupo com os coordenadores dos GCRs para organizar os pedidos e a entrega dos alimentos, bem como os pagamentos ao CCRU, para posterior pagamento total do pedido aos agricultores/as.

Também está em desenvolvimento um novo layout para o blog do CCRU-Solo e posterior réplica e ajuste para o CCRU. Visando uma rápida e fácil adaptação das pessoas que compõem a gestão do projeto ao novo blog do CCRU-Solo, o coletivo utiliza a plataforma de criação de sites Wix. Dessa forma, a bolsista do projeto de extensão adaptou ao máximo o layout que o coletivo havia pensado para o site, embora a plataforma Wix tenha suas limitações, o layout ficou muito parecido com o projeto inicial. No estágio de desenvolvimento atual, o site aguarda algumas informações para, então, ser publicado e replicado ao CCRU.

A ideia do CCRU é utilizar este blog para informações gerais do coletivo, como identidade do coletivo, atividades, vivências, informações dos agricultores parceiros, publicações de boletins, de receitas e informações nutricionais sobre o alimento, e textos para

formação, direcionando a realização do pedido das compras coletivas para o aplicativo, vencida a fase de teste. Na figura 26 abaixo podemos ver algumas telas do blog do CCRU-Solo:

Figura 26 - Blog do CCRU-Solo em desenvolvimento



Fonte: Blog do CCRU-Solo, 2021. Acesso pelo link: <https://ccrusolo.wixsite.com/ccrusolo>

Com o surgimento da pandemia da covid-19 o CCRU avaliou a necessidade de não parar com o abastecimento na cidade, com todas as adaptações e cuidados necessários para reduzir o risco de disseminação do vírus. O coletivo discutiu em suas reuniões sobre a importância de contribuir com o acesso a alimentos frescos agroecológicos e a preços acessíveis neste momento de pandemia em que as desigualdades sociais e econômicas foram aprofundadas gerando dificuldades no acesso a alimentos saudáveis, prejudicando o direito humano à alimentação adequada. Tendo em vista que esses alimentos são essenciais para a saúde, pois, se trata de alimentos nutritivos e contribui para o fortalecimento do sistema imunológico, do mesmo modo ao continuar com as compras coletivas possibilita uma renda direta (sem intermediários) aos agricultores, pois como abordado anteriormente o investimento e as políticas públicas voltadas a agricultura familiar no país está sendo sucateada pelo atual governo e as feiras foram paralisadas pelo risco de propagação do vírus.

Então, o coletivo que já tinha uma expertise no fomento de novos grupos de consumo e uma logística estruturada de entrega de cestas fechadas com o coletivo Raiz Verde optou por paralisar a feira e se dedicar no formato de distribuição das cestas fechadas com abertura de novos grupos, entregas no galpão da Associação e a domiciliar para respeitar as medidas sanitárias de distanciamento social que evitam a propagação da covid-19.

Contudo os desafios para os circuitos populares de abastecimento são muitos. Com o início da pandemia houve a suspensão das compras coletivas de alimentos do Coletivo CRU SOLO centradas na UFABC. Porém o Coletivo CRU-Associação Oeste em parceria com o CRU-Solo e acompanhado pelo projeto de extensão em 2020 conseguiu manter as atividades de distribuição e ampliar as entregas em Diadema, SBC, Santo André e São Paulo. Então, o Coletivo incentivou a formação de novos grupos de consumo no ABCD Paulista e SP com objetivo de não concentrar as distribuições de alimentos em apenas um ponto de distribuição.

Os grupos que conseguiram viabilizar um mínimo de 10 cestas agroecológicas entraram na rede. Foram ofertados quatro tipos de cestas fechadas disponibilizadas para os pontos: pequena com cinco variedades de alimentos (R\$22,00), média com seis variedades de alimentos (R\$ 29,00), grande com oito variedades de alimentos (R\$ 39,00) e de frutas com cinco variedades de alimentos (R\$ 39,00), além de uma cesta alternativa com alimentos de agricultores/as não contemplados nas demais cestas exclusivas para as entregas no galpão e a domicílio. O nome, a composição e o valor da cesta alternativa é definido a cada semana de entrega. Os alimentos das cestas são colhidos e as cestas são montadas e higienizadas na sexta-feira no Assentamento Ipanema (Iperó-SP) pelo coletivo de produção Raiz Verde. Os alimentos da cesta alternativa eram oriundos da RAMA - Rede de Agricultoras Mulheres Agroecológicas, da Barra do Turvo - Vale do Ribeira em articulação com a Rede de Grupos de Consumo da Região Metropolitana de SP, da COOPAFASB - Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras - Vale do Ribeira e da agricultora familiar Veruza Siqueira - do cinturão verde. Na madrugada o caminhão passava em todos os pontos da rede, entregando as cestas previamente solicitadas. Esses novos grupos têm um ponto previamente marcado (casa, escola, sede de movimento) e um responsável que recebe os alimentos, recolhe os depósitos e transfere os valores ao coletivo CRU quem transfere o valor do pedido total aos produtores(as), a logística está inclusa no valor das cestas.

Além disso, o coletivo CRU disponibiliza contato de todos os(as) agricultores/as caso os novos grupos queiram se aventurarem em trazer alimentos dos demais agricultores da rede, porém percebemos que essa ação complexifica um pouco para os nascentes grupos de consumo, mas que apesar disto estão a pedir alimentos da agricultura familiar localizada no cinturão verde - Veruza Siqueira. Durante a pandemia em média se distribuíram mensalmente 700 cestas agroecológicas, ou seja, cerca de 4.900 toneladas de alimentos da agricultura camponesa, familiar e comunidades tradicionais. No ano de 2020 foram entregues o total de 5.277 cestas agroecológicas.

Abaixo segue planilha com todos os Grupos de Consumo fomentados pela rede de abastecimento dos CCRUs, no entanto, alguns se dissolveram por diversos motivos como dificuldade em receber os alimentos por conta do horário ou falta de local, dificuldade de conseguir trabalho voluntário para organizar as atividades da compra coletiva, possibilidade de participação em outras formas de adquirir alimentos em ocasião da diminuição de casos da covid-19 por conta da vacina, dentre outros motivos:

Figura 27 - Rede de grupos de consumo que participam dessa logística

	Grupo	Bairro	Cidade
1	Amigxs CCRU	Vila Assunção	Santo André
2	Anchieta	Bairro Anchieta	São Bernardo do Campo
3	Apeoesp - subsede Santo André	Centro	Santo André
4	Assunção	Jardim Paramount	São Bernardo do Campo
5	Casa Helenira Preta	Vila Bocaina	Mauá
6	CCRU - Associação Oeste de Diadema	Vila Conceição	Diadema
7	CCRU-Solo na pandemia	Vila São Pedro	Santo André
8	CCRU-Solo Vila Prudente	Vila Prudente	São Paulo
9	Comer Saudável	Bairro São José	São Caetano do Sul
10	Esperança	Vila Esperança	São Bernardo do Campo
11	Jordanópolis	Bairro Jordanópolis	São Bernardo do Campo
12	Mães da Mooca	Mooca	São Paulo
13	Patriarca	Vila Santa Teresa	São Paulo
14	Permaperifa	Jardim Cláudia	São Bernardo do Campo
15	São Pedro	Vila São Pedro	Santo André

Fonte: Autora, 2022

Por enquanto, em função da pandemia, o apoio dos CCRUs aos grupos é fundamental, mas o objetivo é que no futuro sejam grupos autônomos, assim como o CCRU e o CRU-Solo, que são coletivos parceiros, atuam na mesma rede, mas que tem autonomia na gestão e atuação.

Então, podemos pegar como exemplo a atual atuação dos CCRUs na pandemia, caracterizando como redes capilares (ver figura 18), pois o coletivo faz as entregas dos alimentos da compra coletiva no território e para os demais pontos da rede. Ademais, a dinâmica de funcionamento dos GCRs pode mostrar-se de outras formas conforme forem enfocados outros aspectos do funcionamento, como a organização (ou o fluxo) dos pedidos ou dos pagamentos (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011).

Atualmente, o público que acessa os alimentos pela comercialização tem o perfil de classe média e em alguns casos em bairros mais periféricos (Jd. Esperança, Jd. Cláudia, Jd. Conceição). Quando o coletivo fazia feira na Associação, o perfil dos participantes era mais de pessoas do local (Vila Socialista).

Em 2020 os coletivos organizaram um formulário para conhecer os impactos da pandemia nos participantes da compra coletiva da rede de abastecimento. Foram colhidas 130 respostas, que ajudaram a compreender o perfil dos participantes e os desafios enfrentados na alimentação. Sobre os participantes da compra coletiva, se observou que a sua maioria são mulheres (86%), com idade entre 22 e 73 anos, assim como as participantes da gestão dos coletivos, que são em sua maioria mulheres. Em relação ao município que reside: 32% declarou morar em São Bernardo do Campo, 23.1% em Diadema, 21,5% em Santo André e 21,5% em São Paulo.

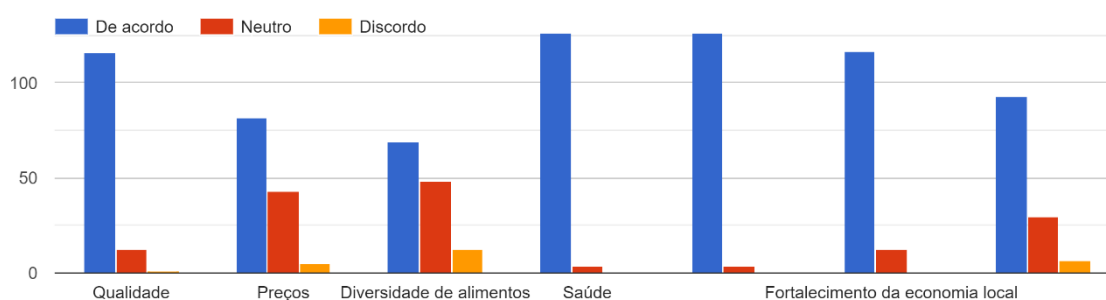
Em relação à participação na rede de abastecimento dos CCRUs, 62% já participava nos coletivos antes da pandemia e apenas 21,5% se incorporou apenas na pandemia, o restante declarou uma participação esporádica ao longo do tempo. De maneira interessante, sobre o consumo de alimentos agroecológicos antes de participar dos coletivos, a resposta foi de 50% para sim e 50% para não. Isto é, entre as participantes das compras coletivas, algumas já tinham arraigado a prática de consumo destes alimentos e enquanto outras começaram com esta prática através das atividades dos Coletivos. Quanto ao local onde realizava a compra destes alimentos 71% respondeu que comprava alimentos certificados vendidos em mercados

e/ou hortifrutis, 24% com outros Coletivos ou Movimentos Sociais de fortalecimento da agricultura familiar, 15% em hortas Comunitárias, 19% em hortas Particulares e 7% em outros estabelecimentos, ou seja, a maioria das participantes puderam ter uma ação mais político sobre a alimentação consumindo estes alimentos através do Coletivo na pandemia.

Sobre as motivações para participar do abastecimento popular dos CCRUs, nas respostas existe uma tendência por dar importância maior às questões de saúde e de contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar. Os preços e a diversidade dos alimentos foram fatores pouco relevantes, como podemos observar na figura abaixo.

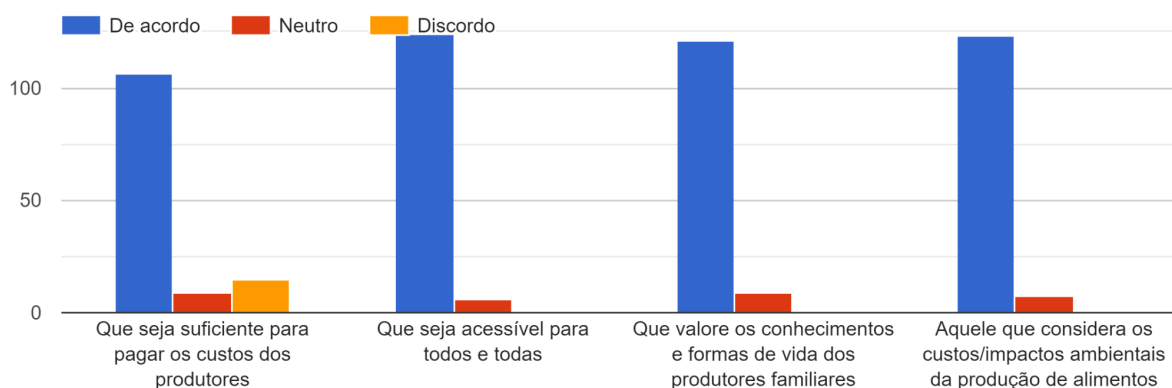
Gráfico 28 - Motivações que levaram a participar dos coletivos.

Por que escolheu comprar as cestas de alimentos dos CCRU?



Fonte: Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2020.

Sobre o consumo de alimentos convencionais, 73% das participantes responderam que diminui a frequência de compra de alimentos convencionais e 24% ainda consome frequentemente alimentos convencionais, ou seja, ainda existe a necessidade de complementar a alimentação com outros alimentos que não são oferecidos pelo coletivo, mas que ao participar da compra coletiva possibilita uma diminuição do consumo de alimentos convencionais. A respeito do que é preço justo para os alimentos, a maioria das respostas entendeu que seja suficiente para pagar os custos dos agricultores com algumas discordâncias ou neutralidade, também que seja acessível, valorize os conhecimentos e formas de vida dos agricultores familiares e que considere os custos/impactos ambientais da produção, ambas respostas com algumas neutralidades. Abaixo segue imagem com gráfico sobre as respostas sobre o que é preço justo para os alimentos:

Gráfico 29 - Com gráfico sobre as respostas sobre o que é preço justo para os alimentos

Fonte: Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2020.

Também durante a pandemia os coletivos realizaram duas campanhas de doações de cestas agroecológicas, campanha Solidariedade de Classe, entregando cestas mensal para 40 famílias distribuídas na região da Associação Oeste (Vila Conceição e Vila Socialista), no geral para famílias que perderam emprego/renda com a pandemia, e a campanha Hortas e Aldeias em parceria com o NEA-UFABC, entregando cestas agroecológicas mensal para três aldeias indígenas Guarani: Guyrapaju, Brilho do Sol e Krukutu, que fazem parte da Terra Indígena Tenondé Porã.

No ano de 2020 foram entregues 327 cestas na campanha Solidariedade de Classe e 400 cestas na campanha Hortas e Aldeias. A campanha Solidariedade de Classe está em vigor até o agora, no entanto, a periodicidade nas entregas das cestas reduziu bastante devido ao fato de as doações terem diminuído ao longo da pandemia. No ano de 2021 foram entregues em torno de 96 cestas na campanha Solidariedade de Classe. Podemos observar nas informações levantadas pelo coletivo localizada na tabela de controle das doações e em conversas com estas pessoas nas entregas que as cestas foram destinadas em sua maioria para mulheres mães, autodeclaradas negras e que são responsáveis financeiramente pelos lares, o levantamento mostrou também que a renda destas pessoas estava prejudicada em função do desemprego e que contavam apenas com bicos do tipo faxineira, algumas são aposentadas e sua renda era essencial para a família, outras recebem algum tipo de auxílio governamental como o bolsa família, benefício assistencial e o auxílio emergencial. Durante as conversas nas entregas das cestas da campanha também podemos verificar a dificuldade dessas pessoas em receber alimentos in natura e minimamente processados, algumas falam que as cestas que

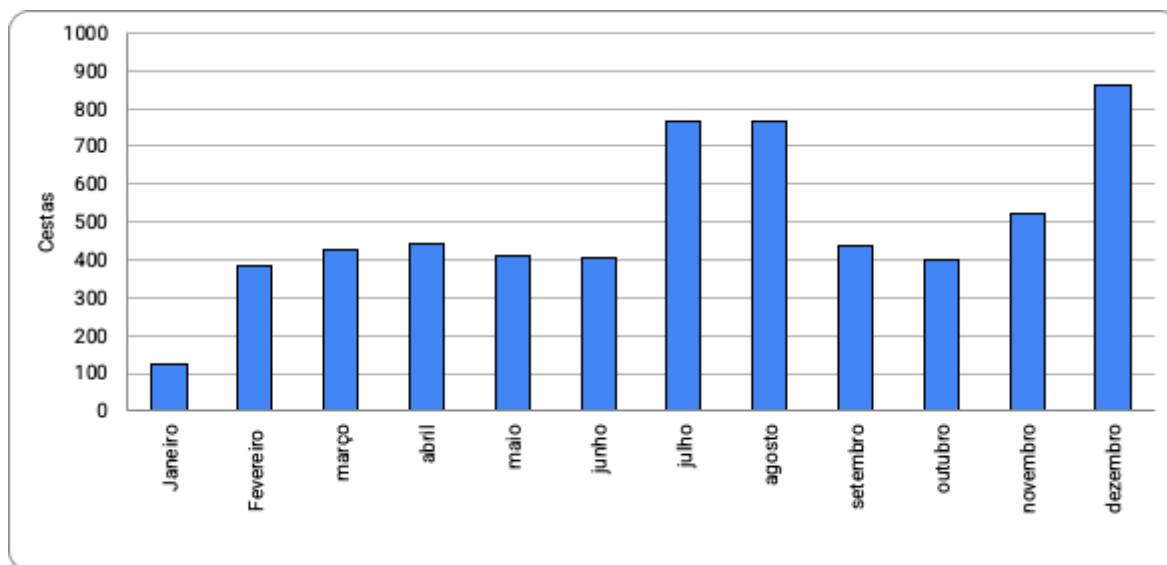
recebem de doação são as cestas básicas de redes varejistas convencionais. Abaixo podemos ver foto de uma cesta de doação da campanha Solidariedade de Classe:

Figura 30 - Cesta de doação da campanha Solidariedade de Classe



Fonte: Autora, 2020.

Em 2021 foram distribuídas o total de 5.496 cestas em 25 distribuições quinzenais realizadas do 30 de janeiro ao 22 de dezembro, incluindo as 301 cestas da Campanha de Natal Solidário aos trabalhadores(as) em situação de terceirização na UFABC, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do ABC (SINTUFABC). Na média foram distribuídas 490 cestas a cada mês, fortalecendo as organizações de agricultores/as de um lado e fornecendo alimentos saudáveis e acessíveis aos moradores/as de diferentes bairros do ABCD e região metropolitana de São Paulo do outro (Figura 31).

Gráfico 31. Cestas agroecológicas distribuídas em 2021

Fonte: Relatório Final do Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2021

A logística localizada na Vila Conceição/Vila Socialista (Diadema), com entregas no galpão da Associação e a domicílio em Diadema, São Bernardo do Campo e região metropolitana de São Paulo foi mais expressiva, distribuiu 3.589 cestas no ano, ou seja, 65% das cestas agroecológicas distribuídas pela logística dos CCRUs de 1.907 cestas dos grupos da rede dos CCRUs, ou seja, 35% das cestas agroecológicas distribuídas pela logística dos CCRUs.

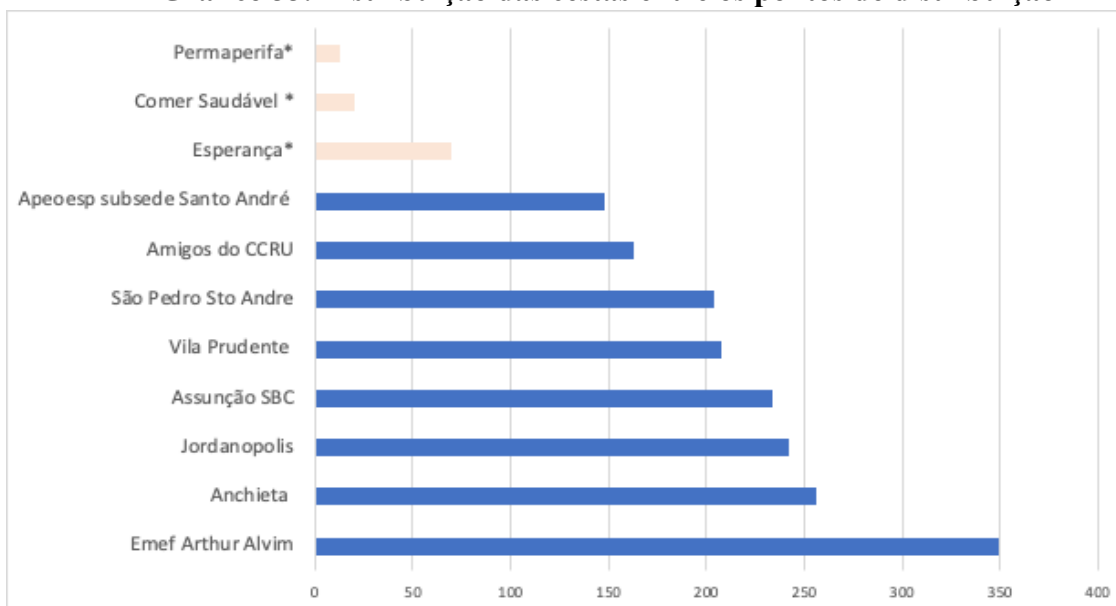
Uma das tarefas de fortalecimento desses grupos foi a realização de uma nova divulgação dos pontos, a fim de que mais pessoas pudessem conhecer e participar das compras coletivas e assim contribuir com um dos objetivos do projeto que é aumentar o acesso a alimentos agroecológicos e a renda dos(as) camponesas estimulando a autonomia e agroecologia. Abaixo podemos ver a imagem da campanha de promoção dos pontos de distribuição da rede.

Figura 32. Campanha de promoção dos pontos de distribuição.



Fonte: Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2021.

Ao longo do ano de 2021 se formaram três novos pontos de distribuição: Vila Prudente (SP), São Caetano do Sul (SCS) e APEOESP de Santo André. Infelizmente o grupo de São Caetano foi desativado devido a falta de pessoas para gerenciar o recebimento das cestas de alimentos. E os grupos Esperança e Permaperifa, deixaram de existir como pontos, mas continuaram participando das compras coletivas através da logística do galpão da Associação. A rede finalizou o ano com 8 pontos de distribuição ativos: Amigos do Cru (Santo André), Vila São Pedro (Santo André), Vila Assunção (Santo André), APEOESP de Santo André, Bairro Anchieta (São Bernardo do Campo), Jordanópolis (São Bernardo do Campo), Vila Prudente (São Paulo) e Emef Artur Alvim (São Paulo). Estas distribuições não seriam possíveis sem o trabalho voluntário realizado pelos/as militantes dos coletivos e a colaboração dos participantes das compras coletivas sendo de especial importância os e as representantes de cada ponto de distribuição que recebe os alimentos em casa, muitas vezes na madrugada, e entrega as cestas. Abaixo segue figura com distribuição das cestas entre os pontos de distribuição:

Gráfico 33. Distribuição das cestas entre os pontos de distribuição

*Pontos que deixaram de funcionar.

Fonte: Relatório Final do Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2021.

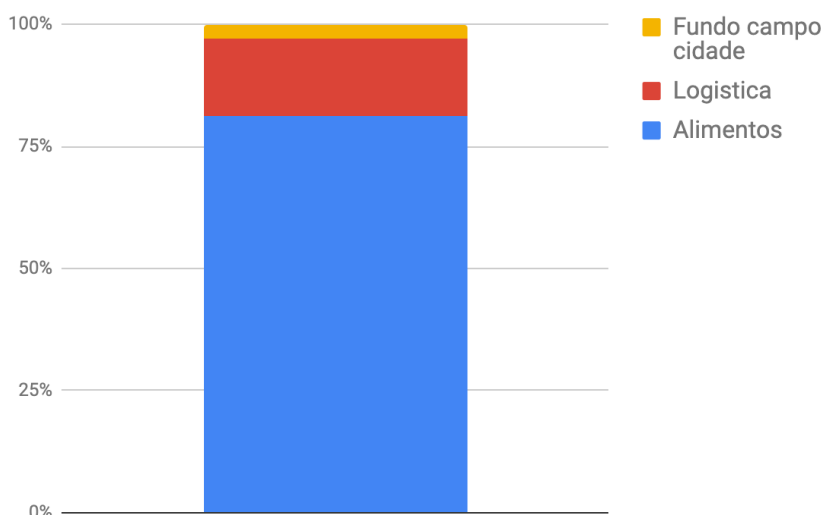
Em abril de 2021 houve mais uma plenária para fazer avaliação das compras coletivas, discutir a qualidade dos alimentos, a composição das cestas, questões de produção, o destino do fundo campo-cidade, dentre outros assuntos referente a compra coletiva e no meio das demandas dos agricultores foi proposto uma nova composição de preços das cestas fechadas do Coletivo Raiz Verde tendo em vista que os agricultores estavam sofrendo com as constantes mudanças climáticas, especialmente com as fortes geadas que ocorreram neste ano e com a falta de insumos orgânicos para a produção. Então, a plenária decidiu pela mudança nos valores das cestas que a passou a ser: pequena com cinco variedades de alimentos (R\$24,00), média com seis variedades de alimentos (R\$ 32,00), grande com oito variedades de alimentos (R\$ 45,00) e de frutas com cinco variedades de alimentos (R\$ 32,00), além de uma cesta alternativa com alimentos de agricultores/as não contemplados nas demais cestas exclusivas para as entregas no galpão e a domicilio.

Ainda decidiu incentivar mais a campanha de doação de cestas no território da Associação Oeste para as famílias sem renda e/ou dificuldade em acessar alimentos de qualidade com a possibilidade de destinar a próxima parte do fundo campo-cidade para as cestas de final de ano/natal da campanha. A plenária também decidiu diminuir o valor do fundo campo-cidade incluso no valor das cestas para não aumentar muito o valor final das

cestas e destinar o fundo reunido até abril para ajudar na produção de novos canteiros que foram prejudicados na geada e de adequar o espaço de concentração e armazenamento dos alimentos do coletivo Raiz Verde no Assentamento, garantindo especialmente um ambiente ventilado, com sombra e protegido dos animais roedores com o objetivo de garantir qualidade do alimento.

Na média do ano, a constituição dos custos das cestas se distribui da seguinte maneira: 81% para o pagamento dos alimentos, 16 % logística, e 3% para o fundo coletivo campo-cidade para ações da rede, como investimento no armazenamento e qualidade dos alimentos, por exemplo.

Gráfico 34 - Constituição dos preços das cestas.



Fonte: Relatório Final do Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2021.

Porém com o aumento dos preços foi observado uma redução nos pedidos das cestas, fazendo com que o debate sobre um dos principais objetivos do coletivo de possibilitar o acesso popular à alimentação saudável e adequada para os trabalhadores e trabalhadoras da cidade fosse tema de diversas reuniões da gestão do coletivo. Abaixo segue figura 35 que compara a composição anterior e atual (2021) dos preços das cestas fechadas vindas do Coletivo Raiz Verde para a rede dos CCRUs:

Figura 35 - Comparação da composição anterior e atual (2021) dos preços das cestas fechadas vindas do Coletivo Raiz Verde para a rede dos CCRUs

Composição Anterior				
	Custo de produção + frete	Fundo	Logística - CRU	Total
P	16,00	2,00	4,00	22,00
M	22,00	2,00	5,00	29,00
G	30,00	2,00	7,00	39,00
F	30,00	2,00	7,00	39,00
Composição atual				
	Custo de produção + frete	Fundo	Logística - CRU	Total
P	19,20	0,80	4,00	24,00
M	26,40	0,60	5,00	32,00
G	36,00	2,00	7,00	45,00
F	36,00	1,00	7,00	44,00

Fonte: CCRU- Associação Oeste de Diadema, 2021

Vale destacar que este ano se adquiriram alimentos agroecológicos de outros agricultores/organizações (Tabela 18) não contemplados nas cestas fechadas do coletivo Raiz Verde. Os alimentos de outros agricultores/organizações foram incluídos nas cestas alternativas e cestas de doação da Campanha Solidariedade de Classe. De alguns agricultores se adquire alimentos a cada quinze dias e de outros como é o caso da COOTAP e do MPA se realizam compras coletivas de alimentos não perecíveis que foram incluídos nas cestas ao longo de várias entregas. No caso da Cootap se comprou arroz agroecológico junto a rede de grupos de consumo da região metropolitana de SP e do MPA se comprou feijão, café, farinha de milho e de mandioca, cachaça, entre outros produtos dessa organização camponesa, se somando na logística de entrega de alimentos das cozinhas comunitárias/solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. No ano de 2021, os coletivos conseguiram um retorno financeiro para os agricultores/as no valor total de R\$ 173.325,12, sendo: para o Coletivo Raiz Verde o valor de R\$ 108.006,89, para a RAMA- mulheres do Vale do Ribeira o valor de R\$ 18.508,21, para a COOPAFASB o valor de R\$ 13.774,66, para a COOTAP o valor de R\$ 11.707,46, para a agricultora familiar Veruza o valor de R\$ 6.042,00, para o MPA o valor de R\$ 5.240,00, para o agricultor assentado Gabriel Porto Boaventura o valor de R\$ 3.844,40, para o agricultor assentado Ivan Junior Correa o valor de R\$ 2.370,00, para a

agricultora assentada Lurdes Wasem R\$ 280,00, para o apicultor familiar Albino R\$ 1.800,00, para avicultor KM125 o valor de R\$ 1.010,00, para agricultora Fátima o valor de R\$ 533,50 e para o agricultor familiar André - Horta Das Nações o valor de R\$ 208,00.

A logística realizada pelo coletivo Raiz Verde com os CCRUs ajudou muito na organização do abastecimento de alimentos durante os períodos de extrema dificuldade na pandemia, especialmente porque o coletivo dividia os custos da logística de Iperó para os grupos e galpão e também porque os alimentos já vinham higienizados e as cestas eram montadas no assentamento, evitando mais contato com o alimento e aglomeração para a montagem.

Mas, apesar destes fatores, o coletivo avaliou que ao deixar a responsabilidade da escolha dos agricultores e da composição das cestas fechadas nas mãos de um coletivo, no caso o coletivo Raiz Verde, prejudicou o processo de autonomia e estreitamento das relações do coletivo com os agricultores. Na pandemia não foi possível realizar visitas de campo e conhecer todos agricultores do coletivo Raiz Verde, ficando apenas com as plenárias e reuniões on-line onde apenas lideranças do coletivo participavam ou ficando apenas com as conversas rápidas durante a logística de recolhimento dos alimentos no assentamento. Além do fato do custo das cestas fechadas não estarem compatíveis com a população que se pretendia atingir.

Por isso, no final do ano de 2021 (meses de novembro e dezembro), com a vacinação da população avançada e com todos os cuidados sanitários, a gestão do coletivo realizou visitas no Assentamento Ipanema e pode incluir mais agricultores/as assentados que não são do Coletivo Raiz Verde na logística da compra coletiva.

Infelizmente durante a pandemia e até o começo do ano de 2022 os participantes da compra coletiva não puderam realizar visitas aos agricultores/as, mas há uma compreensão de todas e todos em relação às problemáticas advindas da covid-19 durante estes últimos anos e a possibilidade de visita para o ano de 2022 com a diminuição dos casos de infectados e a vacinação.

Com isso, no ano de 2022 houve diversas mudanças no processo da compra coletiva, além da utilização do novo aplicativo o coletivo passou a realizar a montagem das cestas fechadas no galpão da Associação Oeste de Diadema, buscando englobar todos e todas agricultores(as) parceiros nas compras coletivas. A montagem das cestas no galpão das

Associação Oeste de Diadema é feita por militantes/voluntários dos Coletivos, bolsistas do projeto de extensão da UFABC e duas pessoas da cidade de Diadema remuneradas, sendo: uma mulher mãe e a outra pessoa um adolescente, filho da caseira do galpão da Associação Oeste que mora há pelo menos 12 anos neste local. As entregas das cestas aos grupos são feitas aos sábados de manhã com o caminhãozinho. Abaixo segue foto 36 da montagem das cestas no galpão da Associação Oeste de Diadema.

Figura 36 - Montagem das cestas no galpão da Associação Oeste de Diadema



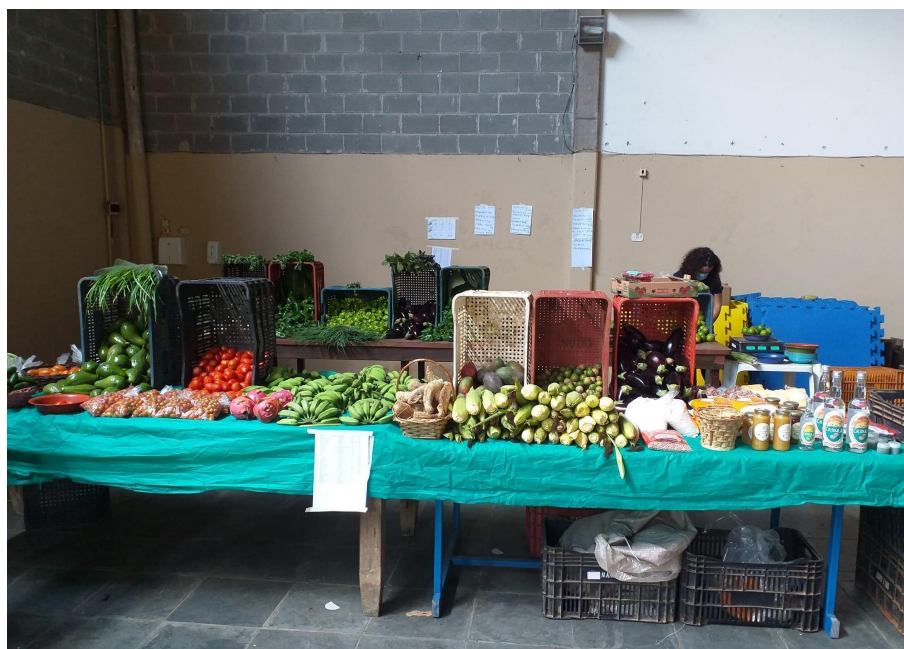
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

O Coletivo também modificou sua forma de organização da compra coletiva, assim como organizou uma reunião de avaliação da última entrega e planejamento da próxima compra coletiva. Com as ofertas em mãos a composição das cestas é definida pelas pessoas que se disponibilizaram a participar deste subgrupo chamado de Montagem das Cestas. As cestas são disponibilizadas aos grupos da rede e no aplicativo do CCRU, no aplicativo também é disponibilizado alimentos avulsos para os pedidos que irão retirar no galpão da Associação ou que serão entregues a domicílio.

A avaliação do último pedido é feita também nesta reunião de avaliação e planejamento pelas pessoas presentes e através de um formulário de avaliação aplicado a todas(os) participantes da compra coletiva. O formulário conta com comentários sobre a composição, tipo de cestas, diversidade de alimentos e algum problema que possa ocorrer na cesta e/ou na entrega. Ainda nessa reunião é feita a escala de voluntários para participar da montagem das cestas realizada quinzenalmente na sexta-feira à noite no galpão da Associação Oeste de Diadema, quando todos os alimentos vindos de diversos territórios camponeses se concentram no galpão.

As cestas disponibilizadas são definidas a cada reunião a partir dos nomes de cestas Pequena, Grande e de Frutas, buscando contemplar a maioria dos agricultores/as parceiros da rede, garantir diversidade, inclusive com mais ofertas de PANCs, um preço acessível e ao mesmo tempo viabilizar o frete quando realizado pelo coletivo. As feiras na Associação Oeste voltaram a funcionar aos sábados, das 14h às 17h, junto às entregas das cestas fechadas no galpão e a domicílio pelo motoqueiro. Abaixo podemos ver imagem da feira no galpão da Associação Oeste:

Imagem 37 -Feira no galpão da Associação Oeste de Diadema



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Atualmente para viabilizar o frete do Assentamento Ipanema foi definido entre os agricultores e o CCRU que será descontado o valor de 20% (vinte por cento) no valor total de

cada pedido dos agricultores. Os fretes do Assentamento Ipanema e dos alimentos da RAMA que chegam no Butantã em São Paulo são feitos pelo CCRU. O Coletivo inclui 20% (vinte por cento) nas cestas e nos alimentos da feira e 30% (trinta por cento) nos alimentos avulso no aplicativo, para viabilizar os fretes e cobrir outros custos como por exemplo: a energia da câmara fria, as sacolas, dentre outros. Já o frete dos outros alimentos é feito pelas logísticas organizadas pelos agricultores/organizações/cooperativas com o valor incluso no alimento.

Agora também para entregar os alimentos nos GCRs da rede dos CCRUs cada grupo precisa realizar o pagamento de 50,00 (cinquenta reais) para o motorista, independente de quantas cestas serem entregues, pois com a alta nos preços do combustível e com a instabilidade na quantidade de pedidos de cestas de cada grupo é mais viável desta forma. Os grupos abrem os pedidos via formulário eletrônico, disponibilizam no grupo do WhatsApp, atualizam os participantes da quantidade de pedidos realizados até o momento e após o fechamento dos pedidos dividem o valor do frete por cesta fechada.

Em relação a composição das cestas, agora não se baseia na quantidade de itens, mas sim na diversidade e no valor acessível. De maneira significativa, podemos observar que os alimentos estão com preço acessível chegando a ser igual ou ser mais barato do que um alimento convencional encontrado nas feiras e nas redes varejistas de supermercado, por exemplo no mês de abril de 2022 o tomate molho, no coletivo o valor final foi de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) o quilo do tomate para molho agroecológico, já na mesma data na rede varejista de supermercado Carrefour da cidade de Diadema encontramos por R\$ 11,89 (onze reais e oitenta e nove centavos) 600g de tomate para molho convencional, da mesma forma o tomate italiano, no mês de abril no coletivo o valor final foi de R\$ 8,10 (oito reais e dez centavos) o quilo do tomate italiano agroecológico, já na rede varejista de supermercado Carrefour da cidade de Diadema encontramos por R\$ 19,38 (dezenove reais e trinta e oito centavos) o tomate italiano convencional. O quiabo também, no mês de abril no coletivo o valor final foi de R\$8,50 (oito reais e cinquenta centavos) o quilo do tomate agroecológico, já na rede varejista de supermercado Carrefour da cidade de Diadema encontramos por R\$ 8,77 (oito reais e setenta e sete centavos) 300 gramas de quiabo convencional. Na figura 38 abaixo podemos observar a última disponibilidade das cestas fechadas da compra coletiva e os valores com essa nova formulação:

Figura 38 - Exemplo da disponibilidade das cestas fechadas da compra coletiva com nova formulação

Cesta de Frutas R\$37,00		Cesta Grande R\$42,00
700g de Maracujá		1 maço de Rúcula
600g de Abacate		1 maço de Couve
700g de Caqui rama forte		1 kg de Abobora paulista
1 kg de Banana nanica		250g de Quiabo
600g de Goiaba		1 kg de Mandioca
1 kg de Laranja		3 espigas de Milho
		1kg de Tomate para Molho
Cesta Pequena R\$30,00		400g de Pepino japonês
1 maço de Couve		20g de Pimenta Rosa
500g de Abobrinha		500g de Limão rosa
3 espigas de Milho		
500g de Abobora paulista		
1 kg de Mandioca		
1 Maço de Manjeriçã		
1kg de Tomate para Molho		

Fonte: Autora, 2022

Com essa nova organização observamos que houve mais envolvimento principalmente das coordenações dos grupos da rede ao garantir mais participação na escolha dos alimentos que vão compor as cestas, também houve maior entendimento sobre as organizações dos agricultores/as parceiros da rede, especialmente sobre a logística e oferta de alimentos, bem como a avaliação das entregas e planejamento das próximas de forma mais participativa. Abaixo segue a imagem 39 com novo fluxo de organização das atividades da compra coletiva:

Figura 39 - Novo fluxo de organização das atividades da compra coletiva



Fonte: Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2022.

A primeira entrega do ano de 2020 contou com o total de 224 cestas agroecológicas e com a feira no galpão da Associação. Verificamos que normalmente no começo do ano os pedidos tendem a aumentar e depois ocorre uma baixa em seguida estabiliza, foi assim também neste primeiro quadrimestre do ano de 2022. Atualmente a quantidade média de cesta agroecológicas está sendo 120 cestas agroecológicas.

A quantidade de GCRs também diminuiu, começou o ano com 7 grupos, CRU-Diadema, Anchieta (São Bernardo do Campo), Assunção (São Bernardo do Campo), Jordanópolis (São Bernardo do Campo), Patriarca (São Paulo), Vila Prudente (São Paulo) e a junção dos grupos São Pedro, Amigxs do CCRU e Apeoesp (Santo André). Agora a quantidade é de 5 grupos, CRU-Diadema, Anchieta (São Bernardo do Campo), Patriarca (São Paulo), Vila Prudente (São Paulo) e a junção dos grupos São Pedro, Amigxs do CCRU e Apeoesp (Santo André). O grupo Assunção (São Bernardo do Campo) sentiu dificuldades em relação ao horário que as cestas estavam chegando, porque a princípio as cestas estavam sendo montadas no sábado de amanhã e o coletivo não estava conseguindo finalizar a montagem até às 10h como planejado, outra dificuldade pelo grupo foi complicações dos

membros voluntários/militantes em poder realizar as tarefas do grupo para viabilizar a compra coletiva, mas continuaram participando das compras coletivas através da logística do galpão da Associação. Já o grupo Jordanópolis (São Bernardo do Campo) alegou dificuldades em relação ao horário que as cestas estavam chegando.

A mudança nas práticas alimentares que envolve buscar compreender a cadeia de produção, abastecimento e consumo em que se faz parte, atuando nos processos de decisão e atividades que envolvem a agroecologia, economia solidária e feminista e a soberania alimentar é necessária para intervir ativamente na sociedade, mas apresenta dificuldades.

É necessária a constante reflexão sobre os modelos de produção e de consumo atuais, como uma ferramenta de educação ambiental, política e social. Tanto agricultores(as) como consumidores (as) precisam de alternativas que mostre que é possível atuar sob princípios cooperativos e de autogestão que prezam o estreitamento nas relações entre as classes populares do campo e da cidade, em uma cadeia de escoamento que não explore o ser humano e o meio ambiente, com planejamento entre produção e consumo.

O CCRU pretende planejar a produção e a logística com camponeses que produzem ou estão em transição agroecológica e criar canais de escoamento na cidade conectando-se com outros grupos de consumo para compras coletivas e trocas de experiências. Tanto no campo como na cidade, procura-se fortalecer a autonomia das pessoas e organizações, da mesma forma procura-se garantir o acesso a alimentos saudáveis. Por tudo isso, o coletivo acredita que as formas de funcionamento e atuação se encontram em constante debate.

5.1 Experiência da Rede Sampa de grupos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo

A partir da atuação da Rede Nacional dos GCRs surgiu a rede de GCRs do Estado de São Paulo, que conta, dentre outros GCRs, com a participação do CCRU e do CCRU-Solo.

Dessa forma, surgiu a Rede de Grupos de Consumo Responsável Sampa, derivada da Rede Brasileira. A Rede GCRs Sampa tem se reunido periodicamente para avançar nas articulações da logística compartilhada, aproximar-se de produtores parceiros, estreitar relações e trocar experiências, fortalecendo o consumo responsável na região [...] a Rede de GCRs Sampa

se apresenta como experiência a ser multiplicada em outros territórios, mostrando que a proximidade entre os grupos permite, além das trocas simbólicas, interações práticas como logística solidária e compras compartilhadas, promovendo maior diversidade de produtos nos grupos, divisão de custos com transporte, entre outros ganhos coletivos. (GONÇALVES, MASCARENHAS, 2018, p. 250)

A rede de GCRs Sampa continua se articulando, especialmente em torno da compra coletiva de alimentos agroecológicos das agricultoras quilombolas da Barra do Turvo - Vale do Ribeira/SP intitulada Rede de Agricultoras Mulheres Agroecológicas - RAMA.

A produção das mulheres não está dividida entre consumo e comercialização. Todas as plantas presentes no sistema são plantadas a partir de mudas e partes vegetativas que as próprias mulheres preparam. Mesmo o plantio cuja prioridade é a comercialização, aquele feito em roças (como o milho e a mandioca), é dividido entre o consumo da família e a venda. (SOF, p.68, 2021)

Em 2016, a Rede estabeleceu uma parceria com a ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF), em um contexto em que a instituição atuava na região do Vale do Ribeira/SP, através de um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltado especificamente para mulheres, uma modalidade de ATER criada no âmbito da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (SOF, 2018). Além da assistência técnica feita pelas agrônomas da SOF, a ONG tem como objetivo difundir o feminismo em diversos setores da sociedade, sensibilizando tanto homens quanto mulheres a lutar pela igualdade entre ambos.

Neste sentido, a SOF realiza diversas atividades com as agricultoras, por exemplo: Curso de feminismo e agroecologia “Sementeira Feminista” realizado em 2022; Encontro feminista “Derivas Feministas” realizado no final do ano de 2021; Mutirão de práticas agroecológicas, economia feminista e solidária (2019), dentre outras atividades importantes para promover o reconhecimento do trabalho, conhecimento e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida e a promoção da autonomia, igualdade e liberdade das mulheres. Observamos que a SOF é uma importante parceira das mulheres agricultoras e quilombolas da RAMA, com essa parceria possibilitou a construção da rede na Barra do

Turvo - Vale do Ribeira e o estreitamento das relações com a rede Sampa, na região Metropolitana de São Paulo.

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o Vale Ribeira está localizado na região do litoral sul do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná. Trinta e um municípios compõem a região sendo 8 paranaenses e 23 de São Paulo, os municípios de São Paulo são: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juitituba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí. As agricultoras quilombolas da RAMA se concentram no município da Barra do Turvo.

O Vale do Ribeira tem os mais baixos índices de desenvolvimento do Estado de São Paulo e apresenta sua economia baseada principalmente na agricultura, mineração e extrativismo vegetal. Os parâmetros socioeconômicos e demográficos, tais como mortalidade infantil, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, condições de habitação e níveis de renda e de escolaridade, apresentam todos uma imagem contrastante com o restante do Estado. Além disso, o Vale do Ribeira é uma região peculiar por ser uma das áreas menos urbanizadas do estado, com grande parcela da população vivendo em áreas rurais e desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência e extrativistas.

Razões históricas, dificuldades de acesso e condições naturais adversas às atividades econômicas garantiram até hoje um relativo isolamento do Vale e a preservação dos seus recursos naturais. A região do Vale concentra os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país, que acabaram por despertar a atenção nacional e internacional, desencadeando um crescente debate sobre a importância da conservação desses recursos, uma vez que a Mata Atlântica está hoje reduzida a menos de 5% da sua extensão original e é um dos biomas mais ameaçados do Planeta.

Como resultado da ação do Estado e do movimento ambientalista conservacionista nas últimas décadas, grande parte do território da região do Vale constitui-se de unidades de conservação, entre as quais se incluem Áreas de Proteção Ambiental, estações ecológicas e parques estaduais. Esses diversos tipos de unidades de conservação possuem diferentes graus de restrição ao estabelecimento das populações e às atividades econômicas.

Em seu território se encontram o maior número de comunidades remanescentes de quilombos de todo o estado de São Paulo, comunidades caiçaras, indígenas Guarani, pescadores tradicionais e pequenos agricultores rurais familiares. Existem tensões sobre a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, sobreposição, demarcação e titulação das terras das comunidades dos quilombos, algumas ainda sem a regularização definitiva de sua situação fundiária. Por isso, essas comunidades continuam sendo uma resistência dentro desse território rico para a vida, mas ameaçado pelo capitalismo para o lucro. Por isso, essas comunidades continuam sendo uma resistência dentro desse território rico para a vida, mas ameaçado pelo capitalismo para o lucro.

Neste contexto é que estão inseridas as agricultoras da RAMA. A rede iniciou suas atividades com 5 (cinco) grupos de mulheres agricultoras: Esperança, As Perobas, Margaridas, Rosas do Vale e Cedro. Antes da pandemia, ano de 2019 a rede contava com 8 (oito) grupos e agora conta com 11 (onze) grupos: CEA-FIM, Esperança, Rio Vermelho, Girassóis do Vale, As Margaridas, Perobas, Pariquera Açu, Rosas do Vale, Ribeirão Grande, Rocha e Anhemas, envolvendo em torno de 51 (cinquenta e uma) mulheres agricultoras quilombolas. Antes da pandemia, as mulheres junto à SOF se organizam através de encontros. Durante a pandemia, os encontros entre os grupos de agricultoras pararam, mas, no começo do ano de 2022 puderam realizar novamente.

Esses encontros mensais sempre se iniciam com um café reforçado e um mutirão pela manhã na roça de algumas agricultoras da Rede. Na parte da tarde, seguem as reuniões, sempre com muitos assuntos, voltados à comercialização para São Paulo, às feiras em Registro e também temas do cotidiano relacionadas com o que chamam de “o despertar das mulheres”, suas necessidades e processos de enfrentamento a desafios como a violência nas comunidades. (SOF, 2019)

O nome da rede, Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), foi definido no ano de 2019, após três anos de consolidação da rede. Na ocasião ocorreu a primeira Assembleia Geral de agricultoras e quilombolas de Barra do Turvo. A Assembleia contou com a participação de aproximadamente de 50 agricultoras, quando pudemos participar como representante da rede sampa.

O nome RAMA, que se origina de uma comparação com a rama de batata doce, foi dado pelas mulheres agricultoras em 2019, representando a

diversidade da produção agroecológica realizada por elas. A batata doce, plantada cada qual a sua forma – em uma roda, em coroa, em leira – se enrama e espalha. (SOF, p.3, 2021)

Desta forma, com as compras coletivas e as atividades realizadas pela rede e o acompanhamento técnico da SOF procura-se gerar um maior empoderamento individual e coletivo das agricultoras. Acredita-se que a geração de renda, a valorização do trabalho e do seu conhecimento auxiliam na participação ativa dessas mulheres nas organizações públicas e familiares.

Segundo a agricultora da RAMA, Izaldite (2020)

“[...] tudo o que aconteceu nas nossas vidas, todo esse despertar é muito importante, eu sei que não só na minha vida, mas na de muitas mulheres e famílias que hoje, além de mandar para São Paulo, também aprendemos a comer melhor o que a gente tinha no quintal e não dava valor. E hoje nós damos”, “[...] Há quatro anos, quem imaginava que hoje a gente poderia estar mandando quatro toneladas de alimento para São Paulo? Imagina? Nós começamos de mansinho, devagarinho, e agora está essa enorme evolução das coisas, de mulheres, de venda, de conhecimento, de amizade”. (SOF, 2020)

Sobre a rede Sampa, inicialmente era formada pelos GCRS: CCRU- Associação Oeste de Diadema, CCRU-Solo da UFABC, ComerAtivamente da USP, Horta di Gueto do Taboão da Serra, CAUS de São Paulo, Conexão Agroecológica Urbana Social de São Paulo e SOF de SP, também fazia parte da compra coletiva loja Quitandoca e o Programa Reviravolta ambos de São Paulo. A rede ainda não definiu definitivamente seu nome, mas em diversos documentos consta o nome Rede Sampa, por isso, preferimos identificá-la desta forma.

A rede Sampa também realiza reuniões mensais, presencial antes da pandemia e on-line durante a pandemia. No ano de 2022, no mês de abril, a rede Sampa voltou a realizar reuniões de forma presencial. Além das reuniões, a rede conta com um grupo de WhatsApp para comunicação da rede e outro grupo de WhatsApp com as agricultoras para envio de ofertas e demais informações.

Durante a pandemia, a única atividade presencial que a rede realizava eram os mutirões de recebimento dos alimentos da RAMA, concentrado no Galpão Agroecológico do

Butantã. Mas, também, organizou atividades on-line, como por exemplo o acolhimento em rede que contou com duas atividades. Uma atividade fechada (com inscrição) de roda online com conversa sobre agroecologia, campo-cidade, economia solidária e agricultura familiar, além do acolhimento de novos interessados a participar das compras coletivas a partir de um grupo de consumo da rede Sampa, na ocasião pudemos apresentar o mapa que elaboramos com a localidade dos GCRs, Institutos e projetos que participam da rede principalmente durante a pandemia. Outra atividade online aberta (live) com a participação de agricultoras do grupo Rosas do Vale, que trouxe a história da RAMA e falou mais sobre a produção agroecológica e quilombola das mulheres que fazem parte da Rede. Também contamos com a participação dos GCRS para trazer as experiências da Rede de Grupos de Consumo de São Paulo que atuam junto à RAMA; do trabalho que vem sendo desenvolvido no Grupo Araçá, no Vale dos Sinos e a participação da agricultora da Comuna Irmã Alberta - MST, que falou da importância dessas conexões no fortalecimento Campo-Cidade. Abaixo podemos ver as figuras com a divulgação dos eventos de conversa e acolhimento da rede.

Figura 40 - Divulgação dos eventos de conversa e acolhimento em rede.

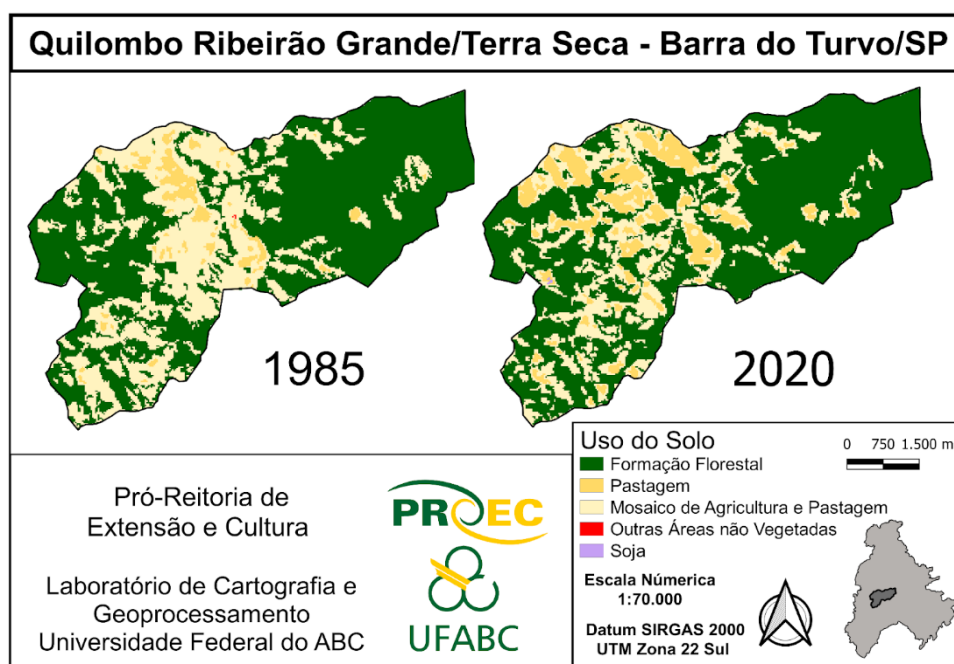


Fonte: Rede de Grupos de Grupos de Consumo Responsável e SOF, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D9MQFHQI_DA

Também na pandemia, o CCRU-Solo formou uma parceria para um projeto de georreferenciamento no quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, na Barra do Turvo, que forma parte da RAMA e do qual são adquiridos alimentos como parte da parceria com a SOF. As lideranças deste movimento buscaram o CCRU para uma parceria com o projeto do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento da UFABC de automapeamento do território de comunidades, buscando o automapeamento do território dos quilombos Terra Seca/Ribeirão Grande em 2022.

Também existe a possibilidade de criação de base de dados nos territórios onde o CCRU é parceiro, a proposta está em construção. Foram produzidos mapas temáticos e personalização de arquivos de aplicativos APP's, hidrografia, hipsometria, UC's, imóveis do CAR, limites territoriais, uso da terra, localidades, obras e edificações, pontos de referência, altitude, relevo e sistema viário. No ano de 2022 será realizado o automapeamento junto à comunidade. O projeto Cru-Solo tem grande abrangência geográfica quando consideradas as regiões produtoras em conjunto com as consumidoras. A criação de uma base de dados geográficos poderá subsidiar a incorporação futura dos dados de produção junto aos agricultores, bem como a modelagem espacial da distribuição dos alimentos até o chegar ao consumidor final. Abaixo podemos ver o mapa do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca realizado pelo projeto.

Mapa 41 - Mapa do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca



Fonte: Relatório Final do Projeto de Extensão CCRU-Solo, 2021.

As compras da rede Sampa com a RAMA tem por objetivo fortalecer um mecanismo de venda/compra direta dos alimentos produzidos pelas quilombolas. Alimentos variados e nutritivos da mata atlântica, desde os mais conhecidos (como: a banana, a farinha de mandioca e de milho, o arroz, o feijão, o palmito pupunha, açafrão, Cana-de-açúcar crioula, compotas e extrato de tomate) até os menos conhecidos (como: o cuscuz quilombola, a polpa de cajamirim, a folha de taiá e a flor do Amazonas), além das ervas medicinais, pomadas, tintura e xarope. A lista de produtos atualmente comercializados pelas mulheres inclui mais de 200 itens, entre in natura, processados e fitoterápicos.

Desta forma, busca-se possibilitar a aproximação e o fortalecimento da relação entre as agricultoras e consumidores (as), com a valorização de alimentos da agricultura familiar a preço justo, o respeito e a valorização das comunidades, conhecimentos e culturas tradicionais, bem como do meio ambiente e da saúde do ser humano. E com o objetivo de fortalecer a confiança entre os coletivos de consumo e as agricultoras, quanto ao alimento agroecológico (para não necessitar de uma certificação formal), e a construção de uma relação alternativa campo/cidade a rede organiza visitas/intercâmbios/vivências/caravanas campo-cidade, no processo de organização do grupo, mutirões e nas rodas de conversa com trocas de experiências e intervenções culturais (danças e poemas). As mulheres da rede também foram juntas à Marcha das Margaridas em Brasília, dentre outras atividades. Os princípios reitores da rede são: agroecologia, feminismo, economia solidária e soberania alimentar.

[...] pela valorização de alimentos da agricultura familiar a preço justo, baseada nos princípios do feminismo, da agroecologia, da economia solidária e da soberania alimentar. Isto é, a comercialização se adequa à produção diversa das mulheres e busca enfrentar os desafios para incluir progressivamente a todas, assim como obter a maior variedade de produtos. Considera a produção das mulheres na agricultura, a promoção de sua autonomia por meio da apropriação do resultado da comercialização e o incentivo à sua auto-organização para que a iniciativa continue a existir mesmo após o final do projeto, independente de recursos externos (SOF, 2018, p. 64).

A figura 42 mostra um intercâmbio da Rede nas comunidades quilombolas onde vivem e plantam as agricultoras da RAMA na Barra do Turvo - Vale do Ribeira/SP:

Figura 42 - Intercâmbio da Rede no Vale do Ribeira/SP



Fonte: SOF, 2018. Disponível em: <https://www.sof.org.br/barra-do-turvo-sedia-intercambio-com-grupos-de-consumo-responsavel/>. Acesso em: 07/06/2020

Aos poucos a rede foi crescendo, tanto a rede Sampa quanto a rede da RAMA, durante o período de pandemia observou-se que o número de grupos da rede de São Paulo aumentou e consequentemente a quantidade de pedidos da compra coletiva. Novos grupos de agricultoras entraram na RAMA também, apresentando grande importância da articulação em rede entre o campo e a cidade na pandemia para o acesso à alimentação adequada e saudável, para a autonomia das agricultoras e para a valorização da agroecologia. Vale destacar que tais grupos puderam participar das compras coletivas porque a rede após estes anos de atuação conseguiu ter uma expertise nos processos da compra coletiva (planilha de oferta, frete, mutirão de recebimento, por exemplo), podendo dar uma resposta rápida à crise.

As mulheres da RAMA, através da comercialização de alimentos para a rede dos grupos de consumo de São Paulo, têm mostrado que esse circuito de vendas, autogestionado e construído mutuamente com os grupos de consumo, faz mais sentido para elas se comparado a outras experiências de comercialização que participam ou participaram. (SOF, p.68, 2021)

Além do aumento da renda é importante destacar o aumento da diversidade dos produtos cultivados e consumidos.

Na primeira conversa elas diziam que tinham quatro ou cinco produtos. Visitando junto com elas seu quintal, outras possibilidades foram identificadas, e a vontade de experimentar outros sabores manifestada [...] A lista de produtos atualmente comercializados pelas mulheres abrange 70 itens. Elas veem a valorização dos produtos que antes eram desconsiderados, como o açafraão, como uma valorização do seu trabalho e por fim delas mesmas. (MARQUES, IYUSUKA, FRANCO, NOBRE, 2018, p. 11).

No final do ano de 2019 a rede contava com 8 grupos que participavam da compra direta de alimentos agroecológicos das agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo, conforme mencionado acima, contava também com 8 grupos de agricultoras e quilombolas. As compras ocorriam mensalmente com uma quantidade média de pedido de 1,500.8 (unidade ou kg) de alimentos, no valor médio total de R\$ 7.762,25, para cada pedido coletivo realizado.

No final do ano de 2020, durante a pandemia, a rede contava com 13 grupos que participavam da compra direta de alimentos agroecológicos das agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo, contava também com 10 grupos de agricultoras e quilombolas. As compras ocorriam de forma mensal e quinzenal (a partir de julho), com uma quantidade média de pedido de 2.619,00 (unidade ou kg) de alimentos, no valor total de R\$ 13.559,00, para cada pedido coletivo realizado.

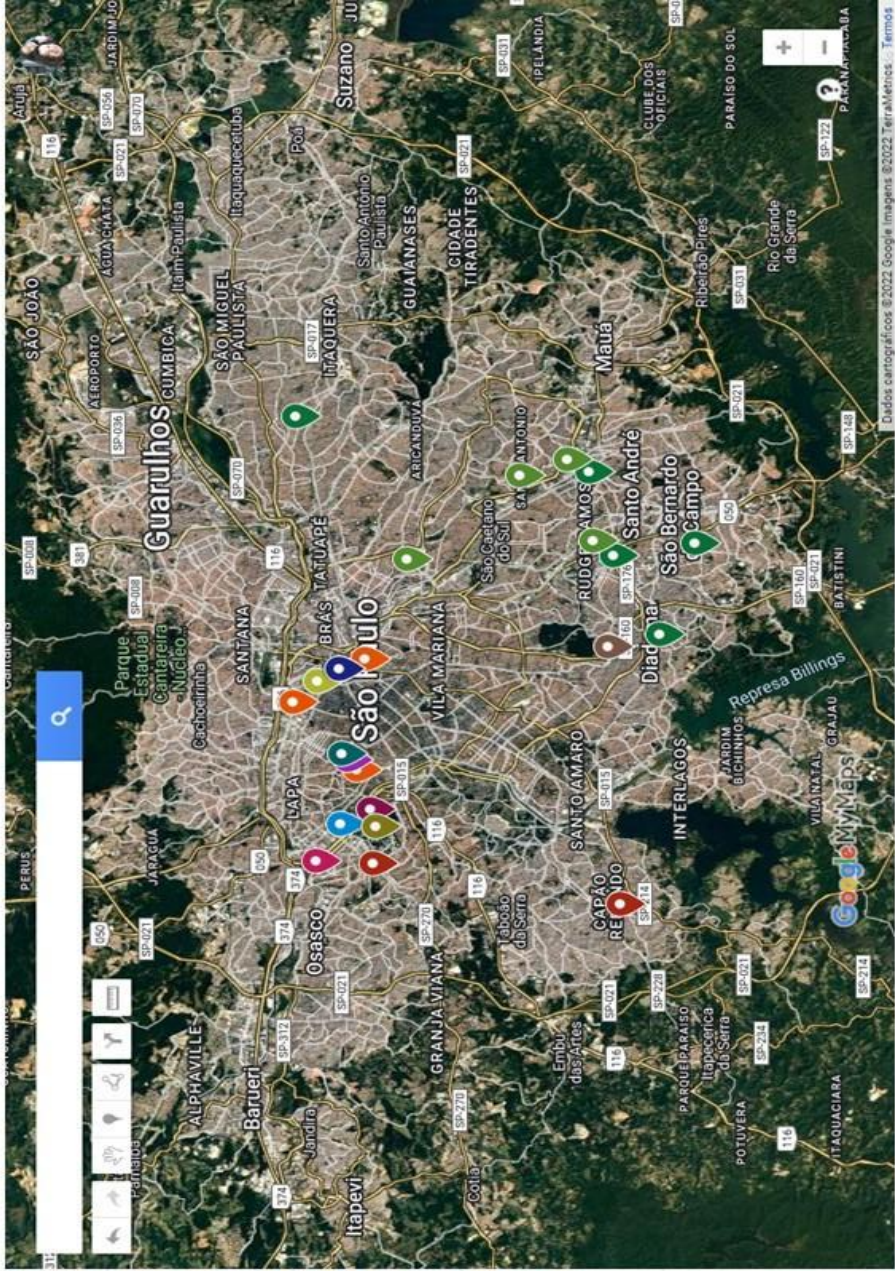
No ano de 2021, ainda em um cenário intenso de transmissão da covid-19, a rede contava com aproximadamente 13 grupos que participavam da compra direta de alimentos agroecológicos das agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo, contava também com 12 grupos de agricultoras e quilombolas. As compras ocorriam de forma mensal e quinzenal com uma quantidade média de 2.722,00 (unidade ou kg) de alimentos, no valor total de R\$ 15.723,50, para cada compra coletiva realizada. No entanto, houve meses que o pedido era maior por conta do aumento das arrecadações e compra para as campanhas de doação.

Atualmente, no ano de 2022, os pedidos estão sendo realizados apenas mensalmente, com 11 grupos que participam da compra direta de alimentos agroecológicos das agricultoras e quilombolas da Barra do Turvo, conta também com 11 grupos de agricultoras e quilombolas. A quantidade média de pedidos está sendo de 2.166,67 (unidade ou kg) de alimentos, no valor de aproximadamente R\$ 11.893,33, para cada compra coletiva realizada.

Como podemos observar a quantidade de pedidos diminuiu após o pico maior de pandemia, pois antes os pedidos eram realizados a cada quinze dias, portanto, a unidade ou kg de pedidos diminuiu, assim como o valor transferido às agricultoras. Acreditamos que essa redução de pedidos ocorreu por conta da baixa nas doações realizadas às instituições que faziam tais projetos, da mesma forma a quantidade de grupos da rede participando da compra coletiva está oscilando pelo mesmo motivo, falta de verba para continuar com as doações.

Com novas iniciativas se incorporaram à Rede durante a pandemia, surgiu a necessidade de mapear todos esses grupos para ter uma visão da abrangência da Rede e conhecer um pouco das características de cada coletivo. Abaixo podemos observar o mapeamento dos GCRs, Institutos e projetos que participaram da rede de compras coletivas de alimentos agroecológicos da RAMA durante o maior pico de pandemia com o mapa de coletivos e iniciativas da rede Sampa no ano de 2021. O mapeamento será atualizado constantemente conforme necessidade da rede para visualização das ações parceiras, no entanto, criamos uma cópia do mapeamento atual para arquivo pessoal da autora (<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1ZdMgsoBXVuNn4nk7H76kxnel4OltToA&usp=sharing>)

Mapa 43 – Mapeamento de coletivos e iniciativas da rede Sampa no ano de 2021



Rede



RAMA

Grupos de Consumo Responsável

- CAUS - Centro
- CAUS - Paraiso
- CAUS - Pinheiros

CCRU-Associação Oeste de

Diadema

- Amigos do CCRU
- CCRU Arthur Alvim
- CCRU Assunção SBC
- CCRU Jordanópolis SBC
- CCRU-Solo Anchieta

CCRU- Solo APEQESP Santo

André

- CCRU-Solo São Pedro
- CCRU-Solo Vila Prudente

ComerAtivaMente

Feminismo e Agroecologia

CUCA - Coletivo da Unifesp de

Consumo de Alimentos

Compra Coletiva

- Instituto Feira Livre
- Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã

Comercialização Direta

- Instituto Chão
- Instituto Banu
- Galpão Alimenta

Evento - Doação

- Quebrada Orgânica
- Pontes da Terra
- Projeto De Ponta a Ponta
- Sopão das Manas

Fonte: Autora, 2021. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/1/edit?mid=15hLHShvghtWv8JUezpS9tZb42_Injz-t&usp=sharing

Durante a pandemia, grande parcela de alimentos da compra coletiva da rede de SP foram direcionadas para campanhas de solidariedade às famílias sem ou de baixa renda e acesso à alimentação adequada e saudável, conforme explicado acima. Vamos pegar como exemplo o CCRU- Associação Oeste de Diadema, que realizou uma campanha de cestas solidárias agroecológicas para 40 famílias da periferia da cidade de Diadema (Vila Conceição/Vila Socialista), e no ano de 2020, foram realizadas 8 entregas, no total de 297 cestas, com retorno de renda de R\$ 9.223,66 aos camponeses(as) parceiros(as) do coletivo, inclusive da RAMA. No ano de 2021 o CCRU realizou 13 entregas de cestas agroecológicas com alimentos da RAMA, participou das compras mensais e no mês de novembro da compra quinzenal e mensal, com retorno total de R\$ 18.508,21 para as agricultoras da RAMA.

Durante os trabalhos realizados para a conversa e acolhimento em rede, produzimos um formulário para mapear os grupos que participaram da compra coletiva no ano de 2021, para possibilitar uma visão da abrangência da Rede, conhecer algumas características de cada coletivo e também pensar nas nossas demandas de comunicação. Responderam ao formulário 12 grupos, como podemos observar na figura abaixo:

Figura 44 - Grupos/iniciativa que participaram da compra coletiva no ano de 2021

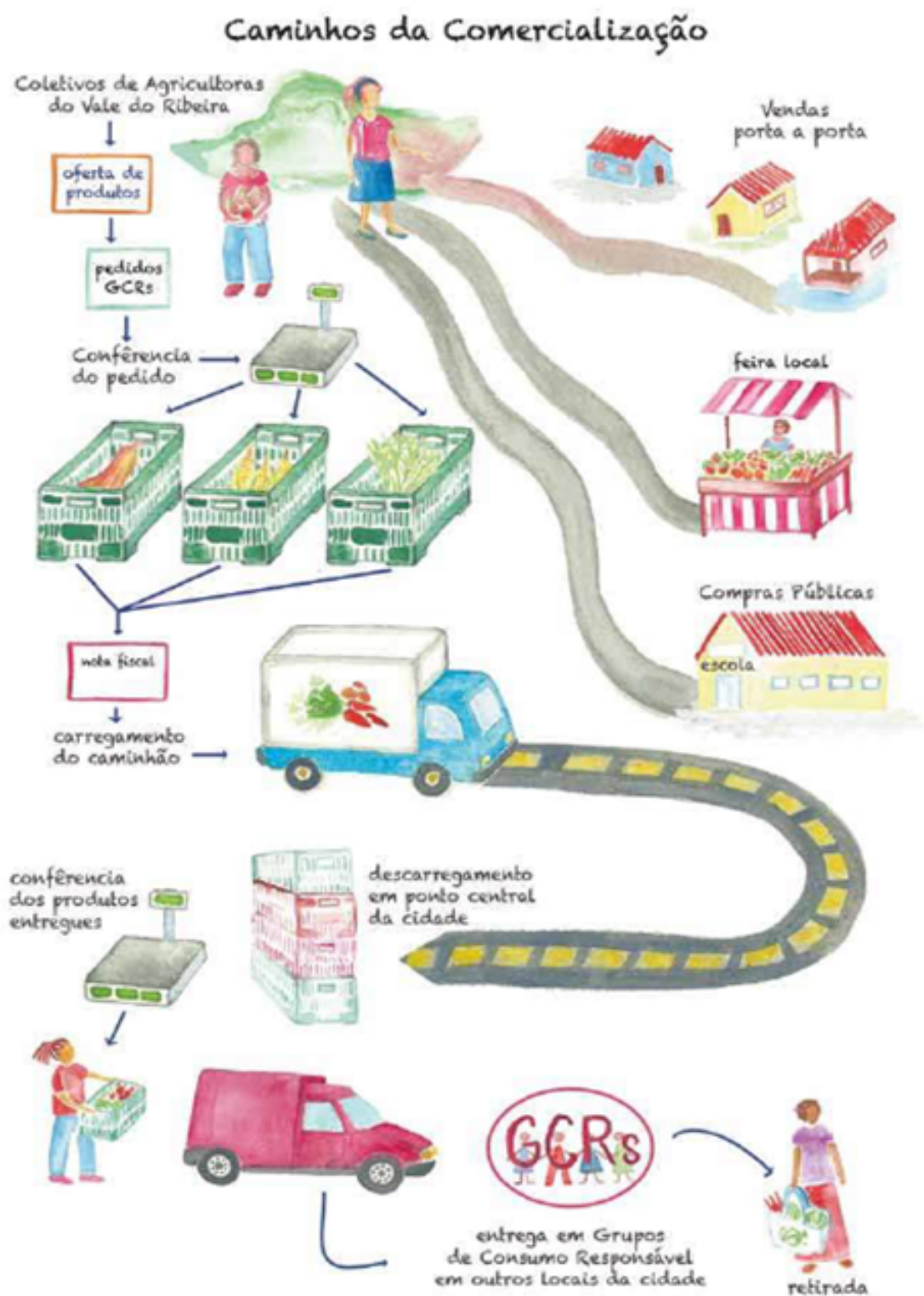
Nome do Grupo/Iniciativa	Características da atuação	Ano de criação	Região de atuação	Participa da Compra Coletiva da RAMA
ComerAtivamente	Compra coletiva	2007	Oeste	Mensal
Quebrada Orgânica	Doações, Eventos	2018	Sul	Mensal
Pontes da Terra	Doações, Eventos	2020	Outro	Outro
Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã	Compra coletiva	2016	Oeste	Mensal
Instituto Feira Livre	Compra coletiva	2017	Centro	Quinzenal
Instituto Chão	Comercialização Direta	2015	Oeste	Quinzenal
Instituto Barú	Comercialização Direta	2018	Oeste	Quinzenal
Projeto de Ponta a Ponta	Doações	2020	Oeste	Quinzenal e mensal
CUCA - Coletivo da Unifesp de Consumo de Alimentos	Compra coletiva, Comercialização Direta	2018	Diadema	Mensal
CAUS	Doações, Compra coletiva	2017	Centro	Mensal

Feminismo e Agroecologia	Compra coletiva	2017	Oeste	Mensal
CCRU	Compra coletiva, Doações	2014	ABCD e Zona Leste	Mensal

Fonte: Santana, Marília; Silva, Renata, 2021.

Os alimentos agroecológicos das agricultoras da RAMA são entregues em sua maioria na região metropolitana de São Paulo para grupos de consumo responsável, institutos, ponto de economia solidária, galpão e diversos projetos de doação de alimentos in natura (cestas) e também preparados (sopas e marmitas). Durante a pandemia e até mesmo antes dela, podemos observar o papel bastante significativo dos GCRs na comercialização dos alimentos das agricultoras e para o funcionamento da rede em São Paulo. A figura 46 mostra os "caminhos da comercialização" da rede RAMA.

Figura 45 - Comercialização dos alimentos do coletivo RAMA



A comercialização pretende se adequar à produção diversa das mulheres e busca enfrentar alguns desafios em conjunto, como a apropriação coletiva de todo o processo de compra. Entre todas e todos planejar a produção, recolher a oferta, organizar a lista de alimentos disponíveis (feita via planilha, que conta atualmente com 1.192 linhas), fazer os pedidos e os mutirões de entrega e recebimento, realizar e verificar os pagamentos, bem como criar uma rede de mobilização para as questões nacionais, conflitos territoriais, políticas públicas etc.

O circuito de comercialização começa com o grupo da rede Sampa responsável pela respectiva compra coletiva do mês pedindo aos grupos de agricultoras as ofertas de alimentos disponíveis, depois dos pedidos feitos e enviados às agricultoras, elas dividem a demanda entre elas. O custo da logística é do pagamento da diária do motorista que vem dirigindo o caminhão da prefeitura de Barra do Turvo, o valor é dividido entre os grupos de consumo.

Em São Paulo os GCRs recebem os alimentos no mutirão e também é feita a logística reversa das caixas dos grupos de agricultoras e de embalagens. Os grupos de consumo separam e encaminham seus pedidos para o abastecimento em seus territórios. Abaixo podemos ver imagem do mutirão de recebimento dos alimentos da RAMA realizado pelos coletivos da rede Sampa, no galpão Agroecológico, no Butantã - SP

Figura 47 - Mutirão de recebimento dos alimentos da RAMA realizado pelos coletivos da rede Sampa:



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021.

Para a rede Sampa, os processos operacionais manuais e o trabalho voluntário/militante, no sentido que dificulta os integrantes dos GCRs se dedicarem integralmente, são dificuldades encontradas para uma melhor atuação em rede. No entanto, apesar destas dificuldades observamos que na pandemia a atuação em rede foi fundamental para viabilizar o abastecimento de alimentos na cidade.

Percebemos que a rede está expressa a economia solidária, principalmente em relação a forma autogestionada de organização, onde as agricultoras organizam a produção de acordo com seus conhecimentos e vontades e também através de mutirões, são firmados acordos entre as agricultoras e grupos de consumo (consumidores) sobre preço, logística, qualidade do alimento e outras questões, a relação é construída coletivamente e tem mais relação com o modo de vida das agricultoras e aspectos políticos, sociais e ambientais, do que a exigências

dos mercados convencionais. O feminismo é agregado no sentido da autonomia, o trabalho das mulheres é visibilizado através da rede.

As agricultoras e quilombolas da RAMA responderam com rapidez à necessidade dos grupos para o abastecimento de alimentos de qualidade a preço acessível e os grupos conseguiram incorporar novas iniciativas a partir de sua experiência de realizar as tarefas das compras coletivas. São cinco anos de auto-organização em rede na luta pelo território, pela agroecologia, pelo feminismo, pelo antirracismo e pela soberania alimentar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento predominante da agricultura brasileira é o modelo capitalista, difusor do latifúndio e do agronegócio, que visa a exploração produtiva e econômica em detrimento das questões ambientais e sociais, ou seja, visa o lucro desenfreado em detrimento da vida. Tal modelo gera diversos impactos e desigualdades, como por exemplo a fome, crises alimentares e ambientais, dentre outros. Segundo Fernandes (2014), a hegemonia do agronegócio no Brasil (e no mundo) não aceita outro modelo de desenvolvimento que não seja o modelo agroexportador de commodities em grande escala com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos.

Este modelo impõe uma agricultura baseada em grandes escalas e no uso intensivo de agrotóxicos, com avanços tecnológicos voltados para a produção intensa e padronização do alimento, provoca permanente processo de expropriação e exploração dos camponeses e de povos e comunidades tradicionais e, ainda, gera conflitos e disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato, tendo em vista que defendem modelos diferentes de desenvolvimento. O avanço do agronegócio pelo território brasileiro significa o monopólio do território pelo capital monopolista com a conivência do governo brasileiro, que mantém um modelo de desenvolvimento que favorece apenas ao capital em detrimento dos povos tradicionais e seus territórios (FERNANDES, 2014).

Ademais, o regime alimentar corporativista hegemônico impõe um sistema alimentar globalizado, controla toda a cadeia alimentar e beneficia a distribuição de alimentos em cadeias longas e restritas a poucas e grandes redes varejistas de supermercado que centraliza a venda dos alimentos e gera maiores perdas e desperdícios. Nesse cenário, perde também o trabalhador da cidade (consumidor), pois existe uma alienação em relação aos processos referentes à cadeia produtiva, mantendo-o distante de questões como sazonalidade, custo de produção, impacto ambiental, remuneração e condições de trabalho justas para quem produz.

Alimentos ancestrais, que são parte da identidade cultural, desaparecem da mesa e paladar da população, também das áreas de mata, cada vez menores frente a expansão da monocultura, ocasionando em mudanças nas culturas alimentares locais. Basta ver a dificuldade da população periférica de baixa renda em encontrar alimentos saudáveis (frescos/ in natura) que deveriam compor a base das refeições, e a oferta cada vez maior de alimentos

ultra processados, com baixo valor nutricional, que pode contribuir com diversos problemas de saúde causados por dietas inadequadas e pelo uso do agrotóxico.

Além da dificuldade no acesso a alimentação saudável e adequada há um cenário crescente de fome, alta no desemprego, queda de renda e aumento nos preços dos alimentos, em meio a crise sanitária da covid-19. Neste cenário, as mulheres têm sido as mais prejudicadas, elas são historicamente responsáveis pela alimentação das famílias e por isso têm que lidar com a problemática da fome, buscando formas de colocar comida na mesa. Os domicílios chefiados por mulheres são os mais atingidos com insegurança alimentar grave, por exemplo. Em relação a distribuição de renda no país, as mulheres negras são as mais prejudicadas.

Por tudo isso, faz-se necessário reconhecer e fortalecer o campesinato como modelo estratégico no desenvolvimento da agricultura, sobretudo as mulheres agricultoras quanto à produção e ao abastecimento de alimentos, elas são as principais responsáveis pela biodiversidade na produção e pela guarda e troca de sementes, por exemplo. A camponesa e o camponês têm uma capacidade histórica de resistência política no enfrentamento ao avanço do capital, contra a exploração, a subalternidade e a expropriação gerida pelo capitalismo.

Assim, movimentos camponeses, agricultores familiares, pescadores tradicionais, indígenas, sem terras, quilombolas e outras organizações sociais no campo e na cidade, especialmente a Via Campesina, apresentam a Soberania alimentar como construção contra-hegemônica as políticas neoliberais impostas pelo agronegócio, defendendo que o alimento não é uma mercadoria, mas sim um direito humano e um bem social. Defende a necessidade cada vez maior do papel restaurador da agroecologia contra o processo de degradação ambiental e social, para alimentar o mundo e garantir a autodeterminação dos povos no controle dos territórios, das águas, das sementes e da biodiversidade.

Na cidade, trabalhadores e trabalhadoras se organizam em movimentos com independência de classe reivindicando moradia, alimentação, saúde e educação digna em busca de melhores condições de vida rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, somando às reivindicações das camponesas e dos camponeses.

Dessa forma, experiências de movimentos contra-hegemônicos que buscam criar uma aliança campo-cidade em torno da soberania alimentar, agroecologia e economia solidária e

feminista vêm crescendo, articulando circuitos de proximidade na construção de novas perspectivas para um sistema alimentar alternativo.

Essas experiências comunitárias fortalecem o sistema alimentar campesino por meio dos circuitos curtos de proximidade através dos grupos de consumo responsável e suas redes em torno das compras coletivas de alimentos agroecológicos direto do campesinato sem visar o lucro. Pensam diferentes formas de produção e abastecimento de alimentos agroecológicos, bem como formas de comercialização e consumo crítico desses alimentos, que aproxima camponeses e trabalhadores da cidade (consumidores), garanta a permanência do camponês no campo e sua autonomia, também, o acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis e a preservação da biodiversidade.

A experiência de circuitos de proximidade traz em seus princípios a economia solidária, baseado nos princípios de comunidade, solidariedade, democracia, cooperação e autonomia, frente à economia de mercado capitalista. Tais experiências se organizam em torno da autogestão, as atividades são desenvolvidas democraticamente com práticas contrárias à estrutura hierárquica e às desigualdades inerentes do capitalismo.

Vimos que dentre as formas de organização dos empreendimentos de economia solidária as mulheres se encontram em sua maioria nos grupos informais. Para as mulheres ainda é mais difícil participar e acompanhar a dinâmica das iniciativas da economia solidária formalizadas, e também manter as iniciativas informais, sendo que há dificuldades no acesso a recursos e na participação, visto que na sociedade capitalista patriarcal as mulheres realizam diversas tarefas importantes para a produção da vida (trabalho doméstico e de cuidados), mas que são invisibilizadas e desvalorizadas, dificultando a participação da mulher em diversos espaços.

Por isso, a economia feminista aparece para somar com a economia solidária, propondo considerar a questão de gênero na economia e colocar a vida no centro das preocupações, somando-se aos importantes princípios trazidos pela economia solidária, exercitando práticas democráticas, autogestionadas e solidárias unido a igualdade de gênero. Traz o debate do reconhecimento do trabalho, da contribuição econômica e dos conhecimentos que as mulheres detêm, ou seja, o reconhecimento de sua relevância e atuação na produção social da vida, o que implica sair de uma lógica de mercantilização da vida para uma lógica de bem estar da sociedade e sustentabilidade da vida.

As mulheres estão comprometidas na defesa dos comuns como a terra, água, biodiversidade e os direitos historicamente conquistados, que apresenta as bases para o desenvolvimento de novas formas de reprodução social a partir dos caminhos comunitários, de cooperação e responsabilidade.

A pesquisa sobre o CCRU mostrou que o coletivo tem atuação territorial por se tratar de uma frente de alimentação no movimento de moradia, também tem fortalecido os vínculos com diferentes grupos, cooperativas e associações de agricultores familiares, assentados e quilombolas, assim como a rede de GCRs de São Paulo. A construção da relação campo-cidade, a partir da perspectiva das ações do CCRU, demonstram potencialidades e dificuldades na aproximação das dinâmicas dos agricultores e trabalhadores (consumidores), e também da própria gestão de um coletivo.

O CCRU experimentou diversas formas comunitárias de organizar suas atividades, sempre com base nos seus princípios de agroecologia, soberania alimentar e solidariedade de classe e preceitos da autogestão. Formas e experiências que estão em constante debate e adaptação.

A dinâmica de atuação com a presença de um grupo gestor e de subgrupos de gestão (logística, finanças, comunicação e formação), e a realização de assembleias/plenárias e de reuniões da gestão, são fundamentais para a realização das atividades do coletivo e da tomada de decisão de forma democrática.

As atividades do coletivo são dinâmicas, envolvem desde a responsabilidade pela abertura e fechamento dos pedidos, contato com agricultores, planejamento da logística, controle financeiro, etc. Ademais, as atividades de formação presentes nos debates, oficinas, mutirões, rodas de conversa, lives, troca de receitas e preparo de pratos com os alimentos do coletivo, caravanas/intercâmbio ao agricultor(a), campanhas etc possibilita uma conscientização entre os participantes e garante uma atuação mais política do coletivo.

As atividades são feitas em sua maioria de forma voluntária/militante e algumas tarefas são remuneradas. Embora a participação ativa no coletiva possibilita outros benefícios para além da remuneração. No grupo gestor existe a presença predominante de mulheres, assim como em relação às participantes da compra coletiva.

A forma de abastecimento de alimentos é variada, vai desde as feiras no galpão da Associação Oeste de Diadema até as cestas fechadas, com entregas em pontos do grande ABCD e região metropolitana de SP e a domicílio em Diadema e região metropolitana de SP, possibilitando um público que acessa os alimentos pela comercialização com perfil de classe média e em alguns casos em bairros mais periféricos, tendo em vista que o coletivo está localizado em um bairro periférico.

Verificou-se que para as pessoas da gestão a principal motivação para o coletivo existir é construir relações mais justas e solidárias de produção e consumo, em oposição às hegemônicas. O coletivo busca construir instâncias de decisão democráticas, horizontais, e fomenta e respeita a participação de todos. Na sua atuação, atividades e decisões busca considerar as questões de gênero, raça e classe.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo coletivo encontramos: atrair mais participantes para a gestão coletivo; atrair mais participantes para a compra coletiva e dificuldade de transmitir a mensagem do coletivo (princípios e objetivos) aos participantes das compras coletivas. Outra dificuldade encontrada tanto no CCRU e na sua rede de coletivos de consumo, como na rede Sampa de GCR é a ausência de sistema integrado para sistematização dos pedidos. Tal ferramenta pode simplificar os procedimentos da compra coletiva, atribuindo maior organização e sustentação ao coletivo, autonomia para o participante da compra coletiva e maiores possibilidades de escoamento de produção para os agricultores.

Com o surgimento da pandemia da covid-19 o CCRU não parou com o abastecimento na cidade, discutiu-se a necessidade de contribuir com o acesso a alimentos frescos agroecológicos e a preços acessíveis neste momento de pandemia em que as desigualdades sociais e econômicas foram aprofundadas e também continuar possibilitando uma renda direta (sem intermediários) aos agricultores/as. Foram realizadas adaptações e cuidados necessários para reduzir o risco de disseminação do vírus.

O coletivo incentivou a formação de novos grupos de consumo no ABCD Paulista e SP com objetivo de não concentrar as distribuições de alimentos em apenas um ponto de distribuição e não realizar aglomerações. Com a vacinação e diminuição dos casos graves do vírus da covid-19, o coletivo pôde voltar com as feiras junto às cestas fechadas, no entanto, alguns grupos de consumo da rede tiveram dificuldades em continuar com as atividades e se

dissolveram, algumas pessoas continuam a realizar compra coletiva de cestas agroecológicas através do CCRU ou se incorporaram a outro grupo.

O CCRU pretende planejar a produção e a logística com camponeses que produzem ou estão em transição agroecológica e criar canais de escoamento na cidade conectando-se com outros grupos de consumo para compras coletivas e trocas de experiências. Tanto no campo como na cidade, procura-se fortalecer a autonomia das pessoas e organizações, da mesma forma procura-se garantir o acesso a alimentos saudáveis. Por tudo isso, as formas de funcionamento e atuação se encontram em constante debate buscando enfrentar os desafios.

O Coletivo também se relaciona em rede com a rede de GCRs na região metropolitana de São Paulo (Rede Sampa). Os GCRs se conheceram e estreitaram laços a partir da participação na Rede Nacional dos GCRs. A rede Sampa se articula desde 2016 especialmente em torno da compra coletiva de alimentos agroecológicos das agricultoras quilombolas da Barra do Turvo - Vale do Ribeira/SP intitulada Rede de Agricultoras Mulheres Agroecológicas – RAMA em parceira com a ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF).

Observou-se que com as compras coletivas e as atividades realizadas pela rede e o acompanhamento técnico da SOF gerou um maior empoderamento individual e coletivo, principalmente das agricultoras e quilombolas. Acredita-se que a atuação em rede, a geração de renda, a valorização do trabalho e do seu conhecimento auxiliam na participação ativa dessas mulheres nas organizações públicas e familiares e gera mais autonomia às mulheres.

A rede tem crescido durante os anos, tanto o número de iniciativas na região metropolitana de São Paulo como o número de grupos de mulheres agricultoras e quilombolas na Barra do Turvo. Além das compras coletivas, a rede realiza atividades de formação e diálogo. A rede possibilita um apoio entre as iniciativas e outros projetos são desenvolvidos, como por exemplo o projeto de georreferenciamento no quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca.

Durante o período de pandemia observou-se que o número de grupos da rede Sampa aumentou e consequentemente a quantidade de pedidos de compra coletiva. Tais aumentos foram possíveis com base na experiência da rede em produzir alimentos agroecológicos e realizar as compras coletivas, apresentando grande importância da organização comunitária em rede entre o campo e a cidade na pandemia para o acesso à alimentação adequada e

saudável, para a renda e autonomia das agricultoras, e consequentemente para a valorização da agroecologia. Durante a pandemia, grande parcela de alimentos da compra coletiva da rede Sampa foram destinados para as campanhas de solidariedade às famílias sem ou de baixa renda e acesso à alimentação adequada e saudável. No entanto, a quantidade de pedidos diminuiu após o pico maior de pandemia, por conta da baixa nas doações realizadas às iniciativas que faziam tais projetos, da mesma forma a quantidade de grupos da rede participando da compra coletiva está oscilando pelo mesmo motivo, falta de verba para continuar com as doações.

Os processos operacionais manuais e o trabalho voluntário/militante, no sentido que dificulta os integrantes dos GCRs se dedicarem integralmente às tarefas, são dificuldades encontradas para uma melhor atuação em rede. No entanto, apesar destas dificuldades, na pandemia a atuação em rede foi fundamental para viabilizar o abastecimento de alimentos na cidade. As agricultoras e quilombolas da RAMA junto à SOF responderam com rapidez à necessidade dos grupos para o abastecimento de alimentos de qualidade a preço acessível e os grupos conseguiram incorporar novas iniciativas a partir de sua experiência de realizar as tarefas das compras coletivas.

Essas experiências comunitárias mostram a importância da aliança campo-cidade para a soberania alimentar e evidencia a relevância das mulheres no campo e na cidade, tanto na produção como no abastecimento e consumo dos alimentos sobretudo na defesa dos comuns e na sustentabilidade da vida, principalmente num momento de crise sanitária da covid-19 e de fome no sistema capitalista. Podemos observar nessas experiências espaço de discussão, aprendizado, apoio e de luta política, por igualdade, direitos, pela terra e pela democratização do acesso ao alimento saudável.

Tais tecnologias socioterritoriais contra-hegemônicas, produzidas principalmente pelas mulheres, traz dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política, possibilitando uma troca de saberes e inovações em torno de uma rede sociotécnica que compõem de forma integrada o processo de territorialização, apontando a necessidade de uma transformação social e a construção de uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

REFERÊNCIAS

- ABESSA, D., Famá, A. & Buruaem, L. The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts. *Nat Ecol Evol* 3, 510–511 (2019). <https://doi.org/10.1038/s41559-019-0855-9>
- ALMEIDA, Fabíola R.R; GRANDO, Gustavo H. C; SOUZA, Nayã M; DAROLT, Moacir R. Circuitos de Circulação e Comercialização de Alimentos Agroecológicos entre Redes. *In: Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social [livro eletrônico] / Moacir Roberto Darolt, Oscar José Rover, (organizadores). -- Florianópolis, SC : Estúdio Sempelo, 2021.*
- BARBIERI, Luciana; RUFINO, Sandra. A GESTÃO DA AUTOGESTÃO NAS COOPERATIVAS. *In: A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais/ Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo; Núcleo de Gestão da ITCP-USP ... [et al.]. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.*
- BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local. *In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.*
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Atlas: geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia.** São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária. FFLCH - USP, 2019.
- BOTTEGA, Ana; Bouza, Isabela; Cardomingo, Matias; Pires, Luiza Nassif; Pereira, Fernanda Peron. **Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil,** Nota de Política Econômica nº 018, MADE/USP.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 51-62, 2007.*
- BRAZ, Marcones Ivo; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Circuitos alimentares de proximidade: conceitos, definição e práticas. *In: Revista de Geografia, vol. 35, n. 3, 2018.* Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/236672>. Acesso em: 20 maio 2021.
- CALABRÓ, Guilherme. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: um passo a passo para começar e estabelecer um GCR/** [elaboração de textos Guilherme Calabró, Morgane Retière] Piracicaba : Instituto Terra Mater, 2016.
- CASTRO, J. de. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.**
- COLETIVO DE CONSUMO RURAL URBANO. Diadema. **ATA - I Plenária do Conselho - Aliança Campo/Cidade,** 08 de agosto de 2015. 7 p.
- CONSEA. **Avanços e desafios da implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil.** Brasília, Rio de Janeiro: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH, 2009.

CONAB. Compêndio de Estudos Conab, vol. 20, 2019, Brasília, 2019.

CONAB. Compêndio de Estudos Conab, vol. 27, 2020, Brasília, 2020.

COSTA, Jussara Carneiro; **Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação!**, Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba, PR: Instituto Kairós, 2013. p.139-170.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba, PR: Instituto Kairós, 2013. p.139-170.

DAROLT, Moacir Roberto *et al.*. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. In: **Ambiente e Sociedade**, vol. XIX, n. 2., abr-jun., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>. Acesso em: 15 maio 2021.

DELAFOULHOUZE, Manuel; CEZAR, Raul Matias. Grupos de Consumo Responsável: As Cestas Solidárias no Paraná. In: **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social [livro eletrônico]** / Moacir Roberto Darolt, Oscar José Rover, (organizadores). -- Florianópolis, SC : Estúdio Semprelo, 2021.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO, FIDA, OMS, PMA; UNICEF. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020. Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692es>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Global food losses and food waste: extent, causes and prevent**. Roma: FAO, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e00.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva, Tradução de Luiza Mançano. In: **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres** / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. In: **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, vol. 4, n.7, 2019. p. 188 – 209. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/563/412>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorios y soberanía alimentaria, Revista Latinoamericana de Estudios Rurales. *In: Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, vol. 2, n.3, 2017. p. 22 – 39. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/114>. Acesso em: 07 fev. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos: uma leitura preliminar da produção do conhecimento na geografia agrária brasileira a partir dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros de Geógrafos. *In: Revista Terra Livre*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 1, n. 42, 2014. p. 23 – 46. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/560>. Acesso em: 13 jan. 2021.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaração de Nyéléni**: Foro Mundial pela Soberania Alimentar. Nyéléni, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GELBCKE, Daniele Lima *et. al.*. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis/SC. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 26, n. 3, p. 539-560, out., 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_a_proximidade. Acesso em: 20 maio 2021.

GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. **Consumo responsável em ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017. Disponível em: https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2017/04/Consumo_Responsavel_Em_Acao.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

GONÇALVES, Juliana; MASCARENHA, Thais. Grupos de consumo responsável no Brasil: aproximando consumidores e produtores em redes agroecológicas e solidárias. *In: CASSARINO, Julian Perez et al. (orgs). Abastecimento alimentar e mercados institucionais: redes alternativas e mercados institucionais*. Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018.

HONÓRIO, Olivia Souza. **Desertos e Pântanos Alimentares em uma Metrópole Brasileira**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Tem veneno nesse pacote: o perigo duplo dos ultraprocessados**: além dos malefícios já conhecidos para a saúde pública, eles também estão contaminados por agrotóxicos. São Paulo: Idec, 2021. Disponível em: https://idec.org.br/system/files/ferramentas/idec_cartilha_tem-veneno-nesse-pacote.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2010. **Cidades:** Ribeira. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/diadema/panorama>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2010. **Cidades:** Diadema. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeira/panorama>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, Editor: IBGE Ano: 2021 Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n. 38
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. **OS NOVOS DADOS DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NOTA METODOLÓGICA E ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIOESTRUTURAIS DOS EMPREENDIMENTOS**, Relatório de Pesquisa, 2016.

INSTITUTO DIADEMA DE ESTUDOS MUNICIPAIS, Idem. **Diadema e a cidade informal**. São Paulo, 2011.

LIMA, Thiago; PEREIRA, Iale; BARBANTI, Olympio. O Agrogolpe e a política externa: desmantelo da diplomacia do combate à fome e fortalecimento do agronegócio. *In: Revista OKARA: Geografia em debate*, v.12, n.2, p. 396 - 421, 2018. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 13 março 2021.

MALUF, R. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *In: Ensaios FEE*, vol. 25, n. 1, 2004. p. 299-322. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061>. Acesso em: 11 abril 2021.

MARQUES, Glaucia dos Santos; IYUSUKA, Sheyla Saori; FRANCO, Vivian Ferreira; NOBRE, Miriam. Feminismo e agroecologia: aproximando campo e cidades. *In: Cadernos de Agroecologia*. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, vol. 13, n. 1, jul., 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/545>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MASCARENHAS, Thais Silva; GONÇALVES, Juliana; BENSADON, Ligia Scarpa. A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede. *In: Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 41, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41835>. Acesso em: 11 abril 2021.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Modernização da Agricultura no Brasil e os Novos Usos do Território. Rio de Janeiro: Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011, p. 290-322. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Porto Alegre: Editora da UNESP; Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. *In: Revista Agrícolas: experiências em Agroecologia*, vol. 1, n. 1, 2004. p. 11-14. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista-agriculturas/>. Acesso em: 22 março 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_. Acesso em: 05 junho 2021.

MONTEIRO, C.A., CANNON, G., LAWRENCE, M., COSTA LOUZADA, M.L. and PEREIRA MACHADO, P. 2019. Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system. Rome, FAO. <http://www.fao.org/3/ca5644en/ca5644en.pdf>

NIEDERLE, Paulo André. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. *In: Revista Agrícolas*, vol. 10, n. 2, jun., 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agrícolas-V10N2-Editor-convidado.pdf>. Acesso em: 30 abril 2021.

NOBRE, Miriam. MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA. *In: A Outra Economia*, organizado por Antonio Cattani. Editora Veraz e Unitrabalho, Porto Alegre, janeiro de 2003.

NOBRE, Miriam, Iyuzuka, Sheyla Saori. **Como se entrelaçam feminismo e agroecologia**. *In: Curso do Núcleo de Estudos em Economia Aplicada*, NEA/UFSCar, 2014.

NOBRE, M. N. P.; et al. **Economia feminista e soberania alimentar: avanços e desafios**. Brasília, DF: Oxfam, [2014]. 61 p. Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/ECONOMIA-FEMINISTA-E-SOBERANIA-ALIMENTAR.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

OXFAM INTERNACIONAL. **Informativo nº 166**: Por trás das marcas: justiça alimentar e as “10 Grandes” empresas de alimentos e bebidas. 2013. Disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp166-behind-the-brands-260213-pt_2.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

PISTELLI, Renata de Salles S., MASCARENHAS, Thais Silva. **Organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo: Instituto Kairós, n.1, 2011. (Caminhos para práticas de consumo responsável). Disponível em: <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2020/10/Grupos-de-Consumo.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PRIMAVESI, A. M. Agroecologia e manejo do solo. *Revista Agrícolas: experiências em agroecologia*, v. 5, nº 3, setembro de 2008.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. (et. al.) **O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar**. Estado, políticas públicas e território. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no

Contexto da Pandemia da Covid-19. Brasil, 2021. Disponível em:
<http://www.olheparaafome.com.br/#manifestu>. Acesso em: 04 maio 2021.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ROVER, Oscar José; RIEPE, Ademir de Jesus. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 38, ago., 2016. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/41984>. Acesso em: 13 maio 2021.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos Curtos de Comercialização como Inovação Social que valoriza a Agricultura Familiar Agroecológica. *In: Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social [livro eletrônico]* / Moacir Roberto Darolt, Oscar José Rover, (organizadores). -- Florianópolis, SC : Estúdio Sempredo, 2021.

SANSOLO, Davis Gruber; JUSTO, Marcelo Gomes; SCHIAVINATTO, Mônica; VILLANI, Giovanna Gross; FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Tecnologias Socioterritoriais, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *In: Tecnologia social e reforma agrária popular* – vol. 1 / organizado por Davis Gruber Sansolo, Felipe Addor, Farid Eid. – São Paulo : Cultura Acadêmica Editora, 2021.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. (orgs.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em:
<https://br.boell.org/pt-br/2018/09/04/atlas-do-agronegocio-fatos-e-numeros-sobre-corporacoes-que-controlam-o-que-comemos> . Acesso em: 20 jan. 2020.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, SOF. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado**/ Maria Lúcia Silveira e Taís Viudes de Freitas. São Paulo: SOF, 2007. 96 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 1).

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, SOF. **Práticas feministas de transformação da economia**: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira. São Paulo: SOF, 2018.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, SOF. **Feminismo, agroecologia e a união entre campo e cidade**: 4 anos da RAMA com a rede de grupos de consumo responsável. 30/10/2020. Disponível em:
<https://www.sof.org.br/feminismo-agroecologia-uniao-campo-cidade-4-anos-rama-e-rede-grupos-de-consumo-responsavel/>. Acesso em: 14 maio 2020

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, SOF. **(Re)conhecendo a agroecologia feminista**: agroecossistemas e redes das agricultoras do Vale do Ribeira (SP, Brasil). São Paulo, 2021, 87p.

SHAW, J. **World Food Security, a history since 1945**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIA CAMPESINA. Editorial: Mercados Campesinos. *In: Boletín Nyéléni*, n. 27, set., 2016. Disponível em:

https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2016/10/Nyeleni_Newsletter_Num_27_ES.pdf. Acesso em: 07 abril 2021.